



Nem tudo são rosas:

refletindo os preconceitos, as lutas e conquistas femininas

Clarisse Ismério e Carine Prevedello (Org.)



Clarisse Ismério e Carine Prevedello
Organizadoras

NEM TUDO SÃO ROSAS:

REFLETINDO OS PRECONCEITOS, AS LUTAS E CONQUISTAS FEMININAS



© Vecher EduCom, 2021.

Os direitos autorais e intelectuais de cada um dos textos contidos nesta obra pertencem a cada um dos seus autores. A Vecher Editora e Livraria não se responsabiliza pela verificação de plágio, sendo os autores de cada capítulo responsáveis pela sua produção acadêmica.

Ilustração de capa: Marcela Meirelles

Responsável editorial: Marcelo Rodríguez

ISBN: 978-65-993242-7-7

DOI: 10.47585/nemtudosasrosas

Vecher Editora e Livraria
Avenida Paulista, 171, 4º andar
CEP 01.311-904
São Paulo, SP
www.editora.vecher.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

N433 Nem tudo são rosas [recurso eletrônico] : refletindo os preconceitos, as lutas e conquistas femininas / organizado por Clarisse Ismério, Carine Prevedello ; capa de Marcela Meirelles. - São Paulo : Vecher, 2021.
126 p. : il. : PDF ; 1,2 MB.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-993242-7-7 (Ebook)

1. Mulheres. 2. Resistência. 3. Feminismo. 4. Preconceitos. 5. Lutas. 6. Conquistas. I. Ismério, Clarisse. II. Prevedello, Carine. III. Meirelles, Marcela. IV. Título.

2021-2942

CDD 305.42
CDU 396

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:

1. Feminismo 305.42
2. Feminismo 396

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	7	A sujeita universal e a ocupação de espaços políticos: uma análise de indicadores eleitorais com perspectiva interseccional de raça e gênero	65
Por ora, mais espinhos do que rosas para uma multidão de mulheres Esther Grossi		Izabel Belloc	
Violência doméstica contra as mulheres negras no Brasil a partir de abordagens feministas negras e decoloniais Ana Emydio, Fernanda Lima e Iara de Menezes	10	Autoria feminina no século XIX: a vida e obra de Ana Augusta Plácido Maria Luísa Taborda Santiago	75
Liberdade de expressão nas redes sociais: reflexões sobre o discurso de ódio contra mulheres Bruna Novack, Natalia Willrich e Vilmar Pina	20	Memórias de educadoras pretas: evidências do racismo estrutural nas instituições de ensino de Bagé e Uruguaiana/RS Mariana Abreu	81
O Empoderamento na publicidade contemporânea: interações e discursos na plataforma #JuntasArrasamos Camila Morales e Alice Milagres	30	Autorretrato das narrativas de mulheres docentes: poesias de desenhos pessoais e profissionais Paula Lemos Silveira e Vaneza Silva da Rosa	91
Mulheres e trabalho doméstico: uma análise a partir de Silvia Federici Carine Prevedello	40	Por uma liberdade toda nossa: da opressão à emancipação das mulheres Samanta Bergmam e Fabiane Lazzaris	101
Revisitando os simbolismos e representações do feminino Clarisse Ismério	47	A naturalização do abuso ao feminino: atenção mulheres, um passo à frente quem nunca foi molestada! Stéfani Romero e Silvia Vargas	109
Vidas educadoras: fragmentos da história das mulheres no Rio Grande do Sul Clarisse Ismério	55	Histórias de leves enganos e parecenças: a literatura subversiva de Conceição Evaristo Wilma dos Santos Coqueiro	118

APRESENTAÇÃO

Foi um prazer prefaciар este livro intitulado “Nem tudo são rosas: refletindo os preconceitos, as lutas e conquistas femininas”. Encanta-me ver tantas pessoas juntas escrevendo, refletindo e pesquisando sobre um tema tão essencial: a Mulher. A Mulher espezinhada em sua essência. Espezinhada a Mulher branca e mais ainda a Mulher negra.

Este livro é muito bem-vindo neste momento, porque ele aborda aspectos centrais das experiências humanas. Eu gostei muito de lê-lo. Lendo-o, dei-me conta de que eu fui uma felizarda em minha história familiar, do ponto de vista de minha posição como mulher. Meu pai amava profundamente minha mãe e também a admirava intelectualmente. Aliás, tanto ele como ela, para sua época e para onde moravam, ou seja, no interior do interior do Rio Grande do sul, estudaram bastante. Inclusive, minha mãe foi aluna dileta de Ana Aurora do Amaral Lisboa, presente no texto desse livro: Vidas Educadoras. Meu pai tinha uma postura avançadíssima no tratamento com mamãe e com suas quatro filhas. Por outro lado, meu marido foi também um bom pró feminista.

Presumo que, por causa disso, eu nem supunha que seria tolhida por ser mulher, tanto na minha vida estudantil, incluindo a acadêmica, como na minha vida social, profissional e política partidária, enquanto fui filiada ao PT. Mas, indiscutivelmente, fui.

A começar por um namorado que pretendia vir a ser médico. Quando manifestei minha intenção de também fazer medicina, ele argumentou que medicina não era adequada para mulheres. E eu desisti de me apresentar para o vestibular em faculdade de medicina e me apresentei para estudar matemática. Como gostei muito de ter estudado matemática, não lamento minha mudança de rumo, como consequência de uma pobre posição machista.

Na minha militância político-partidária, esse viés machista, particularmente, foi evidente em minha primeira inserção ao aceitar o convite do então prefeito Olívio Dutra para ser sua secretária de Educação no município de Porto Alegre. Fui uma excelente secretária, tanto que o Unicef considerou minha gestão como uma das mais bem sucedidas nessa área. Fui tão boa

secretária que o adversário do PT, nas eleições que se seguiram, como trunfo eleitoral, anunciou que, se eleito, eu continuaria como secretária nessa pasta. O candidato petista levou-me ao seu programa eleitoral de televisão para declarar que eu continuaria secretária de Educação quando ele fosse eleito. Pois, ele foi eleito e não me reconduziu ao cargo.

Nem tudo são rosas... aliás, por ora, na vida das mulheres, há muito mais espinhos do que rosas para uma multidão de mulheres. Mas, “não está morto quem peleia.” Este livro traz bons elementos para embasar essa peleia. Por exemplo, quando lembra o papel que foi atribuído à mulher num dos mitos da criação do mundo, onde as mulheres, na figura da Eva, são altamente nocivas, porque ela se deixou seduzir pela serpente. A Mulher tirou a humanidade do paraíso. Portanto, ela é a grande pecadora, a pessoa sem fortaleza moral, a que merece ser punida até hoje, das formas mais vis e perversas. A metáfora da maçã vem a ser esclarecida no falso resgate do feminino que se fez através de Maria, a mãe de Jesús. Esse falso resgate está centrado no âmbito sexual. Maria resgata Eva ignorando o sagrado de sua vagina. A remissão do pecado original, que somente participamos se formos batizados, se fez por uma mulher que consegue até a proeza de ser mãe sem sexo. A mulher merece ser punida, porque ela é a fonte dos pecados. O pecado é o sexo. Que mutilação empobrecedora das riquezas humanas! Essa mutilação é a retirada positiva do corpo no nosso viver.

Até o positivista Augusto Comte exalta seu ideal de figura feminina na pessoa de Clotilde de Vaux, a quem amou numa relação fraterna, sem nunca tocá-la.

Além disso, Maria é louvada por sua submissão absoluta aos desígnios de Deus, sem questioná-los. Assim devem agir todas as mulheres aos desígnios dos homens, porque Deus não envia um anjo a todas as mulheres, como o fez para Maria.

Ademais dessa condenação do sexual sob a responsabilidade da mulher, porque ela excita indevidamente os homens, só à mulher foi reservado o espaço doméstico. Incluir os homens nele põe em perigo sua virilidade. Nesse particular, o livro que prefacio me suscitou uma especial

questão – a do trabalho doméstico. Por que esse seria exclusivo das mulheres? Cozinhar e limpar são tarefas que tem como único produto o bem estar dos beneficiados. A mercadoria que elas produzem é o conforto de quem as usufrui. Delas não resulta um produto com valor objetivo de mercado. E ela é uma necessidade universal. Todo ser humano precisa alimentar-se e assear a si e ao seu ambiente. Normalmente quem é contratada para realizar essas tarefas, por parte dos mais aquinhoados, as realizam também para si próprias, pois não podem pagar para tal. Parece-me mais justo e adequado que elas sejam de responsabilidade universal dos envolvidos – homens e mulheres. Cozinhar e limpar devem ser atribuições de todos em família. Jamais só para mulheres ou para outras mulheres. Agora na pandemia, as faxineiras foram das duas categorias mais infetadas, porque suas famílias empregadoras não abriram mão de seu trabalho.

Outrossim, nesse livro é salientada a presença expressiva de mulheres saindo do privado para o público como professoras. Na qualidade de pesquisadora sobre o aprender e o ensinar, ocorre-me enfatizar que salvo os grandes nomes que aqui são citados, infelizmente, a presença da mulher no ensino escolar é vista como uma extensão de seu papel doméstico. Para esse papel não há formação, porque não há, para ele, ciência constituída. Enquanto mães e esposas, nós tateamos aleatoriamente, apenas apoiadas na alternância entre ensaio e erro. Acontece que esse não é o caso do ensino de conhecimentos mais complexos que cabe à escola. Para ele existe ciência constituída – a DIDÁTICA. Todo professor tem que se construir dois conhecimentos, a saber o de sua disciplina e o de como ensinar essa disciplina.

Com efeito, Nem tudo são rosas: refletindo os preconceitos, as lutas e conquistas feministas é uma excelente, útil e agradável leitura. Ela nos leva a pensar e isso é extremamente valioso, pois como disse dom Helder Câmara: “não há melhor maneira de ajudar alguém do que ensinar-lhe a pensar”. Pensando, lembrei que ouvi de um bom psicanalista que às mulheres só lhes resta ter um

buraquinho, isto é, sua vagina, como sua extrema carência. Ao me dar conta de que esse buraquinho é que dá razão e objetivo ao pênis, percebi o quanto esse psicanalista nada compreendera do fundamental papel da mulher para o par humano.

O pênis precisa ser tão enfatizado para a segurança emocional das pessoas de sexo masculino que não lhes basta tê-lo. Os homens precisam colocar um símbolo de seu pênis, no pescoço – a gravata – no centro do seu peito. A nós, Mulheres, nos basta a consciência de sermos portadoras, no nosso corpo, daquilo que permite uma conexão basilar para a unidade plural, objeto profundo de desejo de todo filhote de um homem e de uma mulher. Por essa razão, somos muito mais livres e criativas para nos vestirmos.

Desfazer a força da vinculação mulher-pecado, o que vem justificando penalizá-la até com a morte, é tarefa super exigente e demandante de muito empenho. Se a idéia de que a terra é plana persiste apesar de tudo, com muito mais razão, Eva como responsabilizada pela desgraça humana aí está no inconsciente coletivo como justificativa infeliz de tanto comportamento machista. Há que se assegurar lugar para as ciências nas estruturas lógicas e assegurar lugar para saudável dramática nas estruturas desejantes de cada parceiro nosso, nesse planeta.

Boa leitura e boa luta!

Esther¹.



1 Esther Pillar Grossi. Doutora em Psicologia Cognitiva pela École de Hautes Études en Sciences Sociales de Université de Paris, há 50 anos fundou o Geempa – Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia de Pesquisa e Ação, que até hoje é atuante em pesquisas sobre ensino-aprendizagem. Engajada no propósito de que “Todos podem aprender”, Esther é uma mulher que vive intensamente cada minuto de sua vida, apaixonada por arte e que acredita que esta é essencial no processo de aprendizagem. Encantada pela vida, é mãe do Beto, da Miriam e do Gabriel e avó do Cristiano, do Bruno e do Enzo, além de ter 20 afilhados ilustres espalhados pelo mundo.

In: ISMÉRIO, Clarisse; PREVEDELLO, Carine (Orgs.). Nem tudo são rosas [recurso eletrônico]: refletindo os preconceitos, as lutas e conquistas femininas. São Paulo: Vecher, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.47585/nemtudososaorosas>>.

Violência doméstica contras as mulheres negras no Brasil a partir de abordagens feministas negras e decoloniais

Ana Karolina Matias Emydio¹, Fernanda da Silva Lima² e Iara Schardosin Bayma de Menezes³

doi.org/10.47585/nemtudososaorosas1

1 Graduanda do curso de Direito pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Constitucionalismo Crítico Latino-Americano. Integrante do Grupo de Pesquisa NEGRA - Núcleo de Pesquisa em Gênero e Raça. E-mail: anakarolinaemydio@unesc.net

2 Doutora e Mestre em Direito (UFSC). Bacharel em Direito pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc). Professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Direito da Unesc (Mestrado em Direito). Coordena de forma compartilhada com a professora Dra Lucy Cristina Ostetto o Núcleo de Pesquisa em Gênero e Raça (NEGRA/UNESC). E-mail: fernandalima@unesc.net

3 Graduanda do curso de Medicina pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc). Integrante do Grupo de Pesquisa LASEG – Liga Acadêmica de Sexualidade e Estudos de Gênero. E-mail: iarasbmenezes@gmail.com

Introdução

Inicialmente, considera-se importante situar que este breve ensaio foi construído a seis mãos, de forma interdisciplinar e guiadas por um objetivo comum. Nesta escrita, somos duas mulheres brancas acadêmicas ainda em formação e uma mulher negra doutora. Os encontros e as trocas partilhadas sobre pensar os feminismos de forma crítica nos levou a esta escrita, potencializada pelo espaço comum em que seguimos nos formando - o Núcleo de Estudos em Gênero e Raça/Unesc, coordenado de forma partilhada pelas professoras Fernanda da Silva Lima (Direito) e Lucy Cristina Ostetto (História). O NEGRA constitui-se num espaço de pesquisa-ação, cuja abordagem é decolonial e afrocentrada. Organiza-se a partir do diálogo e enquanto espaço de luta, de (re)existência, afetividade, acolhida e de produção de epistemologias outras.

Todas nós estamos estudando os feminismos negros e decolonial, tencionando os conhecimentos produzidos a partir de ideias eurocêntricas estruturadas em um universalismo abstrato que exclui saberes outros (KILOMBA, 2019). Partindo deste ponto de vista, propomos expor temas urgentes numa linguagem comprometida em romper com o academicismo eurocentrado, sempre ancorado sob uma falsa neutralidade mantenedora de narrativas hegemônicas e universalizantes. Por isso, nos insurgimos e reafirmamos um pensar intelectual e militante e, no que tange aos estudos sobre as mulheres, encontramos nos feminismos negros e decoloniais o potencial libertador, não só por se constituírem por meio da luta, mas por que fraturam a estrutura colonial de gênero vigente. Assim, é possível fraturar a estrutura patriarcal, cisheteronormativa, colonial, que habita o espaço acadêmico e segue reproduzindo contextos coloniais que reforçam estruturas de poder (LIMA; SOUSA, 2020).

Como já afirmou Talíria Petrone (2019), “[...] o feminismo é uma urgência no mundo, no entanto, nem todo feminismo é capaz de libertar todas as mulheres, e não é mais possível aceitar que o feminismo deixe corpos pelo caminho.” Não é mais possível teorizar de forma universal sobre as lutas feministas e as questões de gênero desarticuladas de outras matrizes de opressão, como a raça,

a classe, a sexualidade, entre outras. A contra-narrativa das mulheres negras apresenta-se contra o ‘teorizar’ excludente, que tenta silenciá-las e invisibilizá-las.

A universalização de ‘conhecimentos’ fez com que muitas mulheres não aderissem ao movimento feminista liberal - dito inicial - que dizia ser um espaço de afirmações e representatividades (HOOKS, 2019). Assim, no seio das lutas feministas existiam diversas questões emergindo: Afinal, para quem é o feminismo? Como a história é contada? Quem a conta? E quais as consequências de um movimento com raízes excludentes e coloniais?

Enfatizar o debate através do feminismo decolonial é incentivar a ruptura epistemológica, política, eurocêntrica dos contextos que foram universalizados e intensivamente apagam histórias e distorcem narrativas. O feminismo negro e decolonial abre espaços para que seja possível refletir diversidades, saberes outros e também novas abordagens culturais, econômicas e sociais, capazes de fraturar a ideologia simplista que silencia outras formas de produzir conhecimento (FEMENÍAS, 2007).

Dito isso, partindo de movimentos feministas no Brasil, novos espaços foram ganhando evidência. Uma das reivindicações partiu das denúncias sobre as violências domésticas e familiares vivenciadas por diversas mulheres em espaços considerados privados (KIEFER; SEABRA; JÚNIOR, 2016). Após tensionamentos oriundos dos movimentos feministas e sociais, ocorreu a criação da Lei Maria da Penha, no ano de 2006, para acolher as mulheres vítimas de violências domésticas.

Entretanto, apesar da importância do marco normativo, algumas mulheres passaram a problematizar o alcance jurídico que revela as dificuldades das mulheres negras no acesso às ferramentas legais oferecidas pela Lei Maria da Penha. Da mesma forma, nos casos de violência doméstica, o sistema de justiça, dado o seu modelo universal, segue assentado numa base estruturalmente racista (CARNEIRO, 2017).

Diante disso, o objetivo deste trabalho é evidenciar as epistemologias feministas negras e abordagens decoloniais em espaços onde a construção de normas geram impacto na vida das mulheres, principalmente evidenciando as ferramentas jurídicas que conformam situações racistas. Desdobra-se

esse objetivo em outros três tópicos: a) Enfatizar a história dos movimentos feministas partindo das produções e inquietações presentes nas abordagens dos feminismos negros e decoloniais; b) Destrinchar a ferramenta de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica no Brasil, expondo suas fragilidades com relação às mulheres negras; c) Tencionar o descaso com as pautas raciais no sistema judiciário, evidenciando as amarras racistas que impedem uma aplicação integral de normas para proteção das mulheres negras no Brasil. A pesquisa parte da abordagem dedutiva, cujo levantamento foi feito por meio de análise bibliográfica e levantamento documental.

Reflexões sobre os feminismos

É na perspectiva de ser um pensamento crítico construído na luta que o feminismo negro e decolonial se apresentam potentes e contra-hegemônicos. Rompem com as noções genéricas e abstratas do que é ‘ser mulher’, fraturam a noção de opressão comum (HOOKS, 2019) entre as mulheres e tecem críticas ao patriarcado universal. Para Lugones (2008), as teorias generalizantes não são adequadas e nem representativas das necessidades do grupo de mulheres não-brancas, e sim, fontes de dominação e propagação da colonialidade.

Infelizmente, em muitos espaços acadêmicos não há o tensionamento sobre o conhecimento colonizado. Logo, mulheres que sofrem opressões de raça, classe, sexualidade não têm suas categorias introduzidas nesses espaços, e a hierarquia de saberes continua sendo mantida (MELO *et al*, 2019).

A supremacia branca, além de propositalmente dificultar a articulação entre as mulheres negras em espaços de visibilidade, elimina a possibilidade dessas mulheres falarem a partir do local social em que estão inseridas, pois há um processo de ‘representatividade’ em jogo que não considera as questões raciais. As feministas liberais não compreendem as intersecções entre raça, gênero, classe ou outras formas de opressão, pois se embasam em narrativas coloniais, excludentes, de falsa representatividade cujo interesse é manter o status quo. Com isso, os estudos feministas não se comunicam com grupos de

mulheres que não pertencessem às esferas privilegiadas (HOOKS, 2019).

Os espaços de falsa representatividade e superioridade branca nos movimentos feministas já eram denunciados por mulheres negras que enfrentavam as opressões sendo alvo não só de homens brancos, mas também de mulheres brancas. Ao contrário do que algumas feministas brancas procuram estabelecer, o feminismo decolonial e o feminismo negro não são grupos que visam apenas a tensionar o movimento feminista liberal, mas sim partir de uma própria realidade, perspectiva, narrativa e construção, consequentemente desmantelando a falsa representatividade do movimento feminista liberal (MELO *et al*, 2019).

A exclusão das demandas que denunciam o racismo como estruturante das violências reflete o fracasso do feminismo branco, pois replica, sustenta e não enfrenta o racismo. Algumas feministas brancas estão tão interessadas em refletir sua inserção na categoria enquanto oprimidas pelo sistema patriarcal que não refletem espaços outros, acabam não reconhecendo seu papel, seja como vítima, opressora ou reprodutora do racismo em uma sociedade colonialista e supremacista branca (KILOMBA, 2019).

Segundo Kilomba (2019), esse modelo de patriarcado, introduzido por um modelo eurocêntrico, sustenta as intersecções de opressão que mulheres negras enfrentam cotidianamente. Essa estrutura de opressão tem impossibilitado que suas vozes sejam ouvidas. A legitimidade de dar voz é algo que a supremacia branca tem filtrado e operado por meio de discursos coloniais em que classifica determinados grupos como apropriados ou não para falar e existir.

As intelectuais e ativistas [brancas] tendem a reproduzir a postura do feminismo europeu e norteamericano ao minimizar, ou até mesmo deixar de reconhecer, a especificidade da natureza da experiência do patriarcalismo por parte de mulheres negras, indígenas e de países antes colonizados. (GONZALEZ, 2008, p. 36).

O feminismo decolonial, conforme Castro (2020), busca romper com o que se considera o único ponto de partida, ou seja, a história única e colonialista. É preciso reivindicar o protagonismo

das mulheres focando nas suas experiências que são frutos de resistência à violência racista e colonial. Assumir um compromisso com o feminismo decolonial é reconhecer que as estruturas eurocêntricas estão igualmente amarradas ao racismo e ao gênero.

Sobre isso, Lugones (2008) analisa a diferença colonial, em seus aspectos materiais, econômicos, políticos e culturais, principalmente nos aspectos relativos à colonialidade do poder, elaborando o conceito de ‘sistema moderno/colonial de gênero’ que despreza as categorias de raça e classe em suas análises sobre mulheres colonizadas. Por isso, é preciso criticar modelos de conhecimento disseminados a partir da leitura colonial. Leitura colonial essa que é traçada dentro de um feminismo civilizatório, ou seja, aquele que impõe os padrões universais contribuindo para a perpetuação de ideologias dominantes sobre raça, classe e gênero.

A proposta decolonial propõe um desprendimento da colonialidade de poder, do ser e do saber. Esse desprendimento é entendido por meio do reconhecimento e legitimação dos saberes subalternizados, ou seja, reconhecer os pontos de partida que são interpretados de acordo com as experiências fora do espectro colonial, patriarcal, capitalista, branco e dominante. Trata-se de valorizar aquilo que é produzido de forma coletiva, sem colocá-lo como universal. Também é importante desprender dos discursos e estratégias que seguem objetificando grupos sociais como o ‘outro’, e assumir um compromisso com a descolonização de forma prática (CURIEL, 2018).

É neste sentido que as feministas decoloniais e, no nosso ponto de vista, o feminismo negro – ou a luta das mulheres negras no Brasil, têm diuturnamente enfrentado e resistido à opressão epistêmica, seja na academia ou em decorrência dos processos de luta (LIMA; SOUSA, 2021). Estamos fraturando e (re)posicionando a luta das mulheres negras a partir do seu próprio ponto de vista e de uma luta que é, sobretudo, coletiva (COLLINS, 2016).

No Brasil, as lutas das mulheres negras tornam-se mais visíveis a partir do final da década de 1970, coincidindo com o momento de abertura democrática e a inserção no debate público das pautas dos chamados ‘novos movimentos sociais’. Neste contexto é criado o Movimento Negro Unificado em 1978 e, no ano seguinte, ocorre o I Encontro Nacional de Mulheres com a divulgação de um manifesto por parte das mulheres negras. Em 1985, o Brasil sediou o III Encontro de Mulheres Latino Americanas em Bertioga/SP e, assim como em outros espaços⁴, as mulheres negras foram pouco atendidas em suas reivindicações. Em 1988, reuniram-se no Rio de Janeiro e promoveram o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, colocando o debate do racismo, do sexismo e do classicismo - além de outras opressões - na ordem do dia (MOREIRA, 2007).

Autoras como Rosália Lemos e Núbia Regina Moreira pesquisam sobre os movimentos e coletivos de mulheres negras há muito tempo. Consideram o NZINGA (Coletivo de Mulheres Negras do Rio de Janeiro), no ano de 1983, a primeira entidade do movimento feminista negro - mesmo a terminologia ainda não sendo invocada à época.

A criação do NZINGA é o marco para o Feminismo Negro contemporâneo no Brasil devido seu posicionamento político nas relações de gênero e raça. E vale destacar a relevância da iniciativa da ativista, professora mestre e a política, Lélia Gonzalez que iria iniciar a sistematização do pensamento feminista negro e faria de sua produção intelectual, um veículo de militância e de repúdio austero à Democracia Racial no Brasil. Em seus textos, encontram-se a denúncia do racismo, do sexismo, das discriminações por orientação sexual e suas incidências sobre as mulheres negras. Assim como as escritoras dos anos 1940 e 1950, Lélia pensava nos sistemas de opressão interseccionados [...]. (LEMOS, 2016, p. 21).

Do mesmo modo, Angela Figueiredo (2020) narra como o feminismo negro vai se

4 A pesquisadora e ativista Rosália Lemos (2016) conta a sua experiência num dos encontros com feministas brancas nos anos 1980. “Um dos episódios que me vem à memória refere-se a uma das reuniões do movimento feminista, quando as brancas contestavam nossas falas sobre a importância da luta por creches comunitárias. Ora, como éramos as babás e as empregadas domésticas de suas casas e, as nossas crianças ficavam “soltas” nas favelas quando trabalhávamos, o que poderia justificar a adesão às nossas reivindicações, mas “elas” foram aliadas às nossas propostas. A luta por creches comunitárias era uma bandeira tão importante para as mulheres negras moradoras das áreas pobres, que assumíamos com toda a força em nossa ação política.” (p. 19).

consolidando nos últimos anos no Brasil, seja como campo de atuação política e/ou teórica, fraturando o campo dos estudos feministas hegemônicos e abrindo espaço para as disputas de outras narrativas e epistemologias que levem em consideração a posição das mulheres negras e suas múltiplas opressões. Com isso, a autora demonstra que o alargamento do campo de estudos sobre o feminismo negro no Brasil também tem sido possibilitado pelas traduções de obras importantes e que recentemente conquistaram apreço das grandes editoras, embora, critica ela, autores e autoras negros brasileiros ainda tenham pouco acesso às mesmas (LIMA; SOUSA, 2021).

Violência doméstica e a Lei Maria da Penha

Conforme Santos *et al* (2019), a violência doméstica é manifestada por meio de qualquer ação ou omissão contra mulheres baseada no gênero e ocasione danos físicos, sexuais, psicológicos, morais, patrimoniais ou leve à morte. Essa violência também se configura como uma forma de dominação, exploração e opressão, em que as mulheres passam por um processo de invisibilidade. Em situações onde há violência, mulheres são forçadas a abrir mão da sua performance enquanto sujeito.

Por conta dessas violências, e de todo o processo de luta das mulheres, foi criada no Brasil em 2006 a Lei nº 11.340, também conhecida como Lei Maria da Penha, que simbolizou uma conquista marcante do movimento feminista brasileiro, que demonstrou uma interferência na ação política, questionando como o Estado responsabilizava-se diante das violências diárias contra mulheres. O ponto de partida da Lei é a crítica de como se estruturam as relações de gênero (CARNEIRO, 2017).

A Lei Maria da Penha representou um enorme avanço na exigibilidade de atuação pública no enfrentamento à violência contra a mulher, pois além de tipificar, definir e estabelecer as formas de violência doméstica contra a mulher, estabeleceu medidas de assistência, proteção e atendimento humanizado às vítimas, além de criar mecanismos para protege-las e coibir a violência (CARNEIRO, 2017). Portanto, a lei é uma ação afirmativa de enfrentamento a uma condição

histórica de violência, discriminação e opressão das mulheres. A pesquisadora Carmem Campos (2015) explica os serviços e ferramentas da Lei:

A rede de serviços para mulheres em situação de violência (rede especializada) é constituída por Centros de Atendimento à Mulher em situação de violência, Casas-abrigo, Casas de Acolhimento Provisório, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas, Promotorias Especializadas, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Central de Atendimento à Mulher, (180), Ouvidoria da Mulher, Serviços de saúde voltados para o atendimento aos casos de violência sexual e doméstica, Posto de Atendimento Humanizado nos aeroportos e Núcleo de Atendimento à Mulher nos serviços de apoio ao migrante.

Conforme a autora, apesar do grande marco, alguns problemas passam a surgir. Um deles é a localização dos serviços de proteção às mulheres, que é limitada, pois a maioria dos centros de atendimento encontram-se inseridos em capitais, não abarcando zonas rurais, distantes ou com número relativamente pequeno de habitantes. Outra situação que dificulta um atendimento com melhor preparo é a falta de comunicação entre os setores de atendimento. Tal falta de articulação dificulta o acesso das mulheres e, consequentemente, a implementação da Lei Maria da Penha.

Outra dificuldade localizada, é a insuficiência de delegacias especializadas no atendimento às mulheres. Por se tratar de experiências violentas, sensíveis e doloridas, a existência de delegacias especializadas é fundamental. Como se não bastasse, a estrutura das delegacias é precária, faltando recursos, ferramentas, materiais, demonstrando empecilhos estruturais à efetivação da Lei. Além das delegacias estarem despreparadas, as casas-abrigos direcionadas às mulheres em situação de grave ameaça ou risco de morte não estão inseridas em todos os estados brasileiros, sequer há casas-abrigo em todos os municípios demonstrando uma preocupação relacionada mais a cumprir normas do que se comprometer com o atendimento às mulheres (CAMPOS, 2015).

Apesar de ser uma rede importante, Campos (2015) explica que algumas mulheres relatam sofrer violências dentro da própria instituição, cujo local deveria significar apoio e segurança. Ademais, em algumas

casas-abrigo são ofertados cursos profissionalizantes, porém, ao situar os cursos oferecidos para incentivar a atividade econômica, percebe-se que não há, posteriormente, uma inserção das mulheres egressas no mercado de trabalho, trazendo a elas ainda mais insegurança, sofrimento e desgaste. O descaso evidenciado em relação aos atendimentos para as mulheres nas delegacias, casas-abrigo, centros de referência e juizados especializados - além das outras redes que trabalham conjuntamente com casos de violência doméstica - deve ser lido como uma forma de invisibilidade, principalmente quando se percebe que as mulheres mais afetadas pela má prestação de serviço são as mulheres negras (CAMPOS, 2015).

Algumas autoras já discutem estudos que revelam dificuldades das mulheres negras no acesso às ferramentas legais e ao sistema de justiça nos casos de violência doméstica. Algumas mulheres acabam denunciando as instituições que realizam atendimento jurídico, pois nesses espaços também ocorrem violações dos seus direitos, de modo a desumanizá-las e silenciá-las, tirando autonomia, voz e humanidade (CARNEIRO, 2017).

Conforme o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) de 2019, nos casos de violência doméstica parte significativa envolve alguém próximo da vítima: 76,4% dos agressores são conhecidos, sendo 39% parceiros e ex-parceiros, e 14,6% parentes. Esses dados revelam a forma como a violência se estabelece já na juventude e pode se agravar ao longo do tempo, especialmente quando a vítima não rompe a relação abusiva.

Essa desumanização é vivenciada não só dentro de um espaço que deveria ser seguro, como também nos órgãos estatais que deveriam enfrentar eficazmente a violência doméstica contra as mulheres negras. Suelaine Carneiro (2017, p. 9) pontua:

Analisando os números sobre a violência contra as mulheres no Brasil, entendemos que as mulheres negras não contam efetivamente com o apoio do Estado. Diante de todo o aparato jurídico que elencamos anteriormente, as mulheres negras dependem de si mesmas para viver uma vida sem violências.

Dados do primeiro semestre de 2017 retirados dos atendimentos relacionados ao Ligue 180 registraram 555.634 ligações, dessas quase 68 mil eram relatos de violência, sendo 51,06% violências físicas, 31,10% violências psicológicas, 6,51% violência moral, 4,86 % Cárcere privado, 4,3% violência sexual, 1,93% violência patrimonial e 0,24% relacionados ao tráfico de pessoas. Nessas ligações, 59,71% das mulheres que relataram casos de violência eram negras (CARNEIRO, 2017).

Cabe destacar que, no atendimento nos sistemas judiciários, as mulheres brancas recebem determinado atendimento (bom atendimento comparado às mulheres negras), enquanto as mulheres negras são deixadas de lado, num limbo dificilmente visado. Dentro da estrutura judiciária há seletividade, que pode ser analisada pelas lentes da segregação em que as taxas de violência contra as mulheres negras tendem a aumentar⁵. Sabe-se que essas situações têm nome, forma, origem e reprodutores, são facetas do racismo institucional e estrutural implantadas no sistema de justiça brasileiro (CARNEIRO, 2017).

Embora tenhamos abordado anteriormente o conceito de racismo, de forma ampla, é importante destacar as definições de racismo estrutural e institucional trabalhadas por Almeida (2018). O autor explicará o racismo estrutural como aquele que naturaliza as desigualdades raciais e atua como ‘carro chefe’ do racismo, já que é o que conduz, viabiliza e aperfeiçoa suas facetas para seguir desumanizando a população negra. Tal aperfeiçoamento é demonstrado por meio da criação de condições sociais que designam e normalizam a discriminação racial.

Já o racismo institucional, embora caracterizado de forma mais ‘sutil’, não é menos agressivo. As manifestações ocorrem por meio do tratamento discriminatório por conta da raça, ou seja, há imposição de barreiras que dificultam o acesso das pessoas negras em espaços institucionais. Além disso, há negligência, exclusão e ações conjuntas que colocam pessoas negras em espaços desumanizados e precários, e pessoas brancas em posição de poder e superioridade. Assim, o racismo institucional é a expressão e materialização do racismo estrutural (ALMEIDA, 2018).

Mulheres negras aparecem em indicadores que apontam crescimento nas agressões físicas, demonstrando que não estão recebendo as proteções asseguradas pela Lei 11.340/06. O crescimento de assassinatos contra essas mulheres, até 2013, teve um aumento de 54,2%, evidenciando obstáculos

⁵ Entrevista registrada em artigo sobre os 10 anos da Lei da Maria da Penha, realizada pela a repórter Rute Pina (2016) para o site Brasil de Fato.

maiores no acesso à justiça quando comparado às mulheres brancas (SEVERI, 2017).

A violência contra as mulheres negras no espaço público, em contraposição à violência contra as mulheres brancas que na maioria das vezes se restringe ao espaço privado, tem uma explicação muito plausível. As mulheres negras são lidas como o corpo sem mente, passam por um processo de negação de sua própria humanidade. É o corpo açoitado, cobiçado e hipersexualizado. Logo, as violências contra esses corpos no Brasil sempre foram naturalizadas, razão pela qual a análise dos indicadores sociais de violência não causa tanta comoção social.

Foi justamente pela violência colonial e escravocrata que as mulheres negras tornaram-se o ‘Outro’, não humano, não civilizado, sem cultura, sem história, um objeto. “Negar a humanidade plena das mulheres, tratando-nos como o Outro objetificado em múltiplos binarismos, demonstra o poder que o pensamento binário, a diferença formada por oposições e a objetificação exercem nas opressões interseccionais.” (COLLINS, 2019, p. 139). É este imaginário produzido pela violência colonial que inculca na estrutura social as imagens de controle que recaem sobre as mulheres negras.

Diante dessas análises é urgente aprimorar o debate sobre a violência contra as mulheres, partindo das visões decoloniais e feministas que estendam um olhar crítico às construções institucionais racistas. É preciso transformar de forma crítica as instituições de apoio às mulheres vítimas de violência doméstica, assim como enfrentar o universalismo do sistema judiciário e o universalismo da própria Lei Maria da Penha, pois as redes operantes do patriarcado, do sexismo e do racismo são reais e profundas, totalmente desprendidas de qualquer análise crítica (SEVERI, 2017).

O racismo institucional perpetuando mitos da branquitude

Para compreender a construção do sujeito universal e as estruturas jurídicas operantes, é preciso refletir sobre o padrão estabelecido sobre quem se destina a proteção contida na expressão ‘Direitos Humanos’. Pela teoria crítica dos direitos humanos, Alejandro Rosillo Martínez (2019) apresenta alguns

fundamentos ou usos desses direitos. Um dos fundamentos é o de que os direitos humanos possuem um caráter encantatório fixado a partir da estrutura normativa produzida pelo Estado e a partir dele. Ele é encantatório justamente por prever formalmente um catálogo ideal de direitos humanos, cujo uso funcional serve para manter o status quo. Outro fundamento dos direitos humanos é aquele que se constrói a partir dos processos de luta. Deve-se potencializar a legitimidade de mobilização a partir da sociedade, almejando romper e superar as desigualdades e as exclusões sociais. É particularmente neste uso e fundamento dos direitos humanos que este texto pretende se afirmar. Justamente por colocarmos o foco na trajetória de luta das mulheres negras e na construção do pensamento feminista negro e decolonial como uma abordagem epistemológica de resistência.

No Brasil, as pessoas crescem imersas com a ideia de viver em uma democracia racial. As pessoas brancas não se enxergam enquanto brancas, pouco discutem sobre branquitude, embora gozem de privilégios por meio da sua inserção em diferentes níveis hierárquicos. Nos espaços de intelectualidade, a branquitude acrítica reproduz a lógica colonialista que segue inferiorizando mulheres negras e negros. Isso ocorre por conta da designação do ‘lugar do branco’ e ‘lugar do negro’, demonstrando o racismo enraizado na academia e transportado para o sistema judiciário (CARDOSO, 2010).

O sistema judiciário é operado de forma a atender os interesses da elite, das pessoas brancas, ou de todas aquelas que adotam uma postura de manutenção ao status quo. Com isso, vale refutar a tese de neutralidade do sistema judiciário que flerta abertamente com o racismo. “Pessoas brancas controlam praticamente todas as instituições públicas e privadas deste país; isso permite que elas operem de acordo com os interesses do grupo racial dominante”, com isso o acesso às esferas do judiciário é meramente ilustrativo, já que não atende a população de modo igualitário (OLIVEIRA; CARVALHO, 2020).

No Brasil, o sistema de justiça é lido como uma máquina que condena e marca os corpos negros. Os discursos insistem em diminuir os impactos na vida da comunidade negra - em especial das mulheres negras - alegando que os Direitos Fundamentais são assegurados pela Constituição Federal Brasileira de 1988, como se a formalização de direitos desse conta de dismantelar o racismo (OLIVEIRA; CARVALHO, 2020).

Entender a operacionalização do racismo institucional no poder judiciário, e no sistema de justiça como um todo, é uma das formas de fraturar o padrão universalizante que segue erguendo obstáculos à população negra. Com a intensificação dos aparatos institucionais, as desigualdades são cada vez mais palpáveis, e ausência de discussão sobre branquitude, racismo, sexismo, por meio da universalização dos Direitos humanos, ampara escancaradamente decisões excludentes e hierarquizantes. Pires (2017) pontua ainda que o que tem acontecido sob a luz da ‘democracia racial’ é o silenciamento em massa do Poder Judiciário em relação às pessoas negras, já que foi estruturado para reproduzir o modelo patriarcal e escravista, que desumaniza e seleciona quem pode alcançar as ferramentas positivas institucionais. Ao refletir sobre a junção das entranhas racistas do poder judiciário e a violência doméstica, Pereira (2014, p. 31) diz:

A operação da ideologia racista no âmbito das relações sociais, da cultura, da economia e da política está vinculada à produção de construções sociais de gênero, organizadas por normas sociais que dividem os indivíduos entre os sexos femininos e masculinos e naturalizam relações de continuidade entre corpo, gênero, desejo/prática sexual e raça. Estas construções, combinadas de formas complexas, múltiplas e flexíveis à ideologia racista, estruturam um sistema de poder e privilégio da masculinidade e da branquitude.

Portanto, diante dessas colocações, esse orquestramento precisa ser reformulado e ressignificado. A atuação do Estado de forma conivente com as opressões patriarcais e racistas já eram observadas antes mesmo da criação da Lei Maria da Penha, pois houve o processo de esterilização em massa das mulheres negras, incentivo a imigração europeia e práticas outras de eugenia, demonstrando que há décadas o Estado segue operando por suas ferramentas cisheteronormativas, racistas e misóginas (PEREIRA, 2014).

Conclusão

Os feminismos negros e decolonial constituem uma necessidade para enfrentar as imposições colonialistas, pois rompem com as construções eurocêntricas que seguem dialogando com histórias

universalizantes e hierarquizantes. Essa ampliação possibilita a discussão do feminismo com os saberes produzidos em diversos espaços, como pontua bell hooks (2019), estimulando a elaboração de estratégias que sejam críticas, coletivas e inclusivas.

Ao situar a Lei Maria da Penha como um marco normativo para as mulheres, é preciso também incluir o acesso à justiça e ter em mente sua problematização. Para falar de acesso à justiça é necessário localizar o viés racista que emana de atitudes institucionais, e fundamental dismantlar o mito construído em torno da democracia racial. Com essa análise conjunta estabelecem-se compromissos com a realidade social e cultural das mulheres.

Para que ocorra a transformação dos órgãos que compõem o sistema de justiça, é urgente assumir uma postura de enfrentamento efetiva do sistema racista, patriarcal e cisheteronormativo. As mulheres só conseguirão acessar ao poder judiciário e às ferramentas de proteção quando houver um compromisso coletivo, uma luta definitivamente antirracista, antisexistista e anticapitalista. Essas medidas podem e devem ser tomadas com a intersecção entre os conhecimentos e experiências do Estado, produções nos ambientes acadêmicos, sistemas judiciários, comunidades e todos aqueles dispostos a contribuir com uma rede de apoio efetiva às mulheres vítimas de violências domésticas.

Além das contribuições aqui elencadas, frisa-se o compromisso da branquitude em promover espaços de debate sobre raça. Não só a branquitude precisa refletir de forma crítica, como os ambientes acadêmicos precisam possibilitar novos horizontes e perspectivas narradas por aqueles que são subalternizados pelas próprias hierarquias mantidas dentro desses espaços.

Apesar do avanço que a Lei Maria da Penha estabelece para algumas mulheres, há limites e barreiras dentro do sistema da ordem jurídico-positiva que dificultam o pleno funcionamento da Lei. Promover a comunicação entre as redes de atendimento às mulheres, garantir o acesso à justiça, formular e executar políticas públicas adequadas e focalizadas, são alternativas para ampliar as perspectivas a favor do enfrentamento das violências domésticas.

Com este breve ensaio pretendemos colocar as mulheres negras em pauta no debate sobre

a violência doméstica no Brasil. Iniciamos a escrita nos perguntando: Por que enquanto os índices de violência doméstica contra mulheres brancas diminuem, os índices de violência doméstica contra mulheres negras aumentam no Brasil? Não foi nossa pretensão responder diretamente a esta questão, mas, a partir dela, trazer à tona o debate sobre a complexidade das relações raciais e de gênero na sociedade brasileira. Encerramos com pelo menos uma certeza, a de que políticas públicas universais e o discurso universal dos direitos humanos estampado nas normas jurídicas jamais serão capazes de produzir igualdades e romper com o ciclo de violência contra os corpos negros, iniciado aqui desde o século XV.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte, MG: Letramento, 2018.

CAMPOS, Carmen Hein de. Desafios na implementação da Lei Maria da Penha. **Revista Direito GV** [online], v. 11, n. 2, p. 391-406, jul-dez. 2015.

CARDOSO, Lourenço. **O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil. 2014.** 290 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciencias e Letras (Campus de Araraquara), 2010.

CARNEIRO, Suelaine. **Mulheres negras e violência doméstica:** decodificando os números. 1. ed. São Paulo: Geledés Instituto da Mulher Negra, 2017.

CASTRO, Susana. Feminismo Decolonial. **Princípios: Revista de Filosofia**, Natal, v. 27, n. 52, jan.-abr. 2020, Natal.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado.** v. 31, n. 1 – jan/abril, p. 99-127, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro:** conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/>>.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0102, jan./abr. 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e invisível: A vitimização de mulheres no Brasil.** 2ª Ed, v.6, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo Afro-latino americano.** Organização de Flavia Rio e Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista:** Da margem ao centro. São Paulo, Perspectiva. 2019.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. Disponível em: <<https://www.institutomariadapenha.org.br/>>. 2018.

KIEFER, Cristian da Silva; SEABRA, Débora Totini, JÚNIOR, Luiz Antônio Soares. Feminismo, violência e poder: uma análise histórico-jurídica da trajetória e dos documentos que culminaram na lei maria da penha e no feminicídio. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito PPGDir/UFRGS**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, 2016.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. 1 Ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEMOS, Rosália de Oliveira. Os feminismos negros: a reação aos sistemas de opressões. **Revista Espaço Acadêmico.** Maringá/PR, n. 185, out., 2016.

LIMA, Fernanda da Silva; SOUSA, Leandra da Silva. **Por uma epistemologia feminista negra decolonial desde às margens no Brasil.** 2021. (mimeo)

LIMA, Fernanda da Silva; SILVA, Karine de Souza. Teorias críticas e estudos pós e decoloniais à brasileira: quando a branquitude acadêmica silencia raça e gênero. **Empório do direito**, São Paulo, jun. 2020.

LUGONES, María. **Colonialidad y Géreno.** Tabula Rasa. Bogotá, Colômbia, n. 9, p. 73-101, jul. -dic., 2008.

MARTÍNEZ, Alejandro Rosillo. Minicurso sobre teoria crítica dos direitos humanos. **II Seminário Internacional em Direitos Humanos e Sociedade e IV Jornada de Produção Científica em Direitos Fundamentais e Estado**. Criciúma: PPGD/UNESC, 2019.

MELO, Paula *et al.* Descolonizar o feminismo. Brasília: Editora FB, 2019.

MOREIRA, Núbia Regina. Feminismo negro brasileiro: igualdade, diferença e representação. **Anais do 31º Encontro da Anpocs**. Caxambu/MG: Anpocs, 2007.

OLIVEIRA, Lucas; CARVALHO, Marcos. Como o racismo guia a Justiça brasileira. **Ponte Jornalismo**. São Paulo, abril, 2020.

ZIMERMAN, Artur. Os ‘Brasis’ e suas desigualdades. Santo André, SP: Universidade Federal do ABC, 2017.

PETRONE, Talíria. Prefácio à edição brasileira. In: ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismos para os 99%, um manifesto**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2019.

PIRES, Thula. Direitos humanos traduzidos em pretuguês. **13th Mundo de Mulheres & Fazendo Gênero 11**, 1-12. Florianópolis: UFSC, 2017.

SANTOS, Vívian Matias dos. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. **Psicologia & Sociedade**, [s.l.], v. 30, 3.

SEVERI, Fabiana Cristina. **Enfrentamento à violência contra as mulheres e à domesticação da Lei Maria da Penha**: elementos do projeto jurídico feminista no Brasil. Ribeirão Preto, SP, 2017.

In: ISMÉRIO, Clarisse; PREVEDELLO, Carine (Orgs.). Nem tudo são rosas [recurso eletrônico]: refletindo os preconceitos, as lutas e conquistas femininas. São Paulo: Vecher, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.47585/nemtudosasorosas>>.

Liberdade de expressão nas redes sociais: reflexões sobre o discurso de ódio contra mulheres

Bruna Fucolo Novack¹, Natalia Vigil Willrich² e Vilmar Pina Dias Júnior³

doi.org/10.47585/nemtudosasorosas2

¹ Pós-graduanda em Direito Empresarial pela Faculdade Legale, <http://lattes.cnpq.br/4850230151833195>, e-mail: brunanovack@gmail.com

² Pós-graduanda em Direito e Processo do Trabalho pelo Centro Universitário UniDomBosco/Meu Curso e integrante do Grupo de Pesquisas sobre Direitos Humanos e Políticas Públicas para Crianças e Adolescentes (GEDIHCA-URCAMP), <http://lattes.cnpq.br/5459635493056509>, e-mail: nataliawillrich@hotmail.com

³ Doutorando em Políticas Sociais e Direitos Humanos (UCPEL) e Mestre em Sociologia (UFPEL), Docente do Curso de Graduação em Direito Centro Universitário da Região da Campanha (URCAMP), <http://lattes.cnpq.br/5140397389354346>, e-mail: vilmardias@urcamp.edu.br

Introdução

A liberdade de expressão é inerente ao ser humano, e um dos direitos basilares de uma sociedade democrática. É por meio dela que o cidadão pode se manifestar plenamente, sem qualquer tipo de controle ou represália por meio dos órgãos de governo ou de indivíduos com ideais diferentes dos seus. Uma sociedade que não conte com a participação ativa de todos os seus membros, livremente, acaba se tornando segregadora de minorias. Além disso, é a garantia do direito à liberdade de expressão que possibilita que haja uma reparação, sempre que tal liberdade não seja respeitada.

Da mesma maneira, o amplo acesso às redes sociais e à internet, como um todo na contemporaneidade, traz a capacidade cada vez maior de qualquer grupo ou pessoa manifestar-se; dá voz a quem, talvez, não tenha a oportunidade de expressão em qualquer outro lugar.

Todavia, tamanha liberdade, acompanhada da facilidade de criação de conteúdo, emissão de informações e possibilidade de anonimato, por vezes acaba encorajando discursos ofensivos, principalmente aos públicos considerados como ‘minorias’ ou historicamente passíveis de preconceito, como no caso das mulheres.

Assim, torna-se imprescindível delinear o que é exercício de liberdade de expressão, exposição de pontos de vista e opinião, e o que é ofensa contra a dignidade de outrem. Além disso, como pode, de certa forma, ser tolhido um direito fundamental quando este for mal utilizado.

A garantia constitucional da liberdade de expressão

A liberdade de expressão é indispensável para o exercício da democracia. Além disso, como comentado por Lembo (2007, p. 168), intrínseca à convivência social. Não se pode conceber uma sociedade realmente democrática, sem que seus indivíduos tenham a capacidade de externar suas opiniões sem constrangimentos. É, segundo Silva (2009, p. 234), na democracia que a liberdade pode se dar de forma mais predominante. O governo que não conta com a participação do povo se corrompe, sendo indispensável um farto debate público acerca de assuntos de interesse geral (MACHADO, 2002, p. 61).

A limitação referida acima é conhecida pela sociedade brasileira, já que foi a ela infligida aos tempos da Ditadura Militar, por meio, no que diz respeito à liberdade de expressão, da censura. Esta traduz-se em ação estatal de indicação ou impedimento da expressão de pessoa ou imprensa. Do mesmo modo, existe a censura indireta, que se expressa no uso desmedido de sanções na defesa de direito à honra alegadamente ultrajado, como também na falta de ação no que diz ao enfrentamento a ataques a meios de comunicação (RAMOS, 2016, p. 551).

No Brasil, atualmente, é adotada a ‘liberdade de expressão responsável’, onde os limites a ela são explícitos, como na vedação ao anonimato, e implícitos, quando há uma ponderação entre ela e os demais direitos (RAMOS, 2017, p. 622).

Segundo Chequer (2011, p. 18), a liberdade de expressão se traduziria em quatro categorias: asseguradora de satisfação individual, instrumento de alcance da verdade, garantidora da participação dos membros da sociedade nas decisões sociais e políticas e gerenciadora entre a estabilidade e a mudança da sociedade.

Na Constituição Imperial, em 1824, já se defendia o conceito de liberdade de expressão, ao dispor, em seu artigo 179, IV, a permissão de publicação de escritos, independente de censura, mas responsabilizando os abusos.

A garantia da liberdade de expressão foi assegurada até a Constituição de 1937. Contudo, ao longo do Governo do Presidente Getúlio Vargas, ela se extinguiu, sendo empregada a censura, como mecanismo que buscava impedir reproduções ou publicações de informações que fossem contrárias às ideias propagadas pelo governo. Já na Constituição de 1946, foi garantida a manifestação de pensamento. A Constituição de 1967, embora não tenha novamente extinto o princípio da liberdade de pensamento, impôs limitações à sua utilização, subordinando-o a preceitos dispostos como de ordem pública e bons costumes.

De outra banda, existem autores que defendem que a censura já ocorrera muito antes disso, já que a ideia de que esta seria apenas a proibição de publicação de textos e imagens é errônea. Em

verdade, a censura é qualquer ação que impeça a manifestação de ideias, independentemente do modo usado, e isto aconteceu no Brasil enquanto colônia de Portugal, já que esta última era uma monarquia, com a Igreja ditando a maneira da organização social. Desta forma, o futuro país era submisso tanto à coroa quanto à Igreja. Ocorreu até mesmo uma forma de censura além de proibição de impressões: a restrição da educação. Já que Portugal dependia do Brasil, temendo desfazer-se de sua possessão colonial, buscou afastá-la de qualquer modo de aprendizado, chegando inclusive a proibir a importação de livros e a fundação de universidades (CARVALHO, 2012, p. 5;11).

Contudo, a Constituição da República Federativa do Brasil protegeu em diversos de seus artigos este direito, tanto no capítulo destinado aos direitos e deveres individuais e coletivos quanto no da comunicação social, onde está disposto que “a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição” (BRASIL, 1988). Desta maneira, conforme disposto por Ramos (2016, p. 550), este agrupamento de direitos evidencia duas faces da liberdade de expressão: a que garante a expressão de pensamento e a que certifica o direito dos demais terem acesso à manifestação do pensamento de outros.

Sarlet *et al* (2013, p. 452) sustenta que o contido no artigo 5º da Carta Magna de 1988 é uma ‘cláusula geral’ que garante, com outros dispositivos, a liberdade de expressão nas suas inúmeras manifestações: liberdade de comunicação e informação – chamada usualmente de ‘liberdade de imprensa’, liberdade de expressão artística, liberdade de manifestação do pensamento, etc. O referido direito está contido, inclusive, na Lei nº 12.965/2014, conhecida como o ‘Marco Civil da Internet’, que garante, no artigo 19, a liberdade de expressão, impedindo a censura (BRASIL, 2014). De acordo com Ramos (2016, p. 554), inclusive na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, prepondera a ideia liberal da proteção da liberdade de expressão, inclusive na comunicação de massa. Para o referido Tribunal, a soma dos dispositivos constitucionais referentes à ‘Comunicação Social’ manifesta que os meios de comunicação de massa podem persuadir cada indivíduo e ajudam a formar a opinião pública, tornando-se uma ‘instituição-ideia’.

A sociedade contemporânea é formada por diversos grupos sociais. Vivemos em uma sociedade plural, onde deve prevalecer uma expectativa de inclusão. Nessa linha, defende Lenza (2016, p. 1.172) que a igualdade não deve ser almejada somente de modo formal, como também deve ser pretendida a forma material, já que um Estado efetivador dos direitos humanos busca uma igualdade real, distinta daquela somente formalizada na lei. Partindo desse pressuposto, a liberdade de expressão deve agir como garantidora da dignidade humana, não como segregadora de comunidades minoritárias. O direito à citada liberdade é pleno, porém não deve ser, de qualquer forma, incondicional, já que ao colidir com outro direito fundamental, estes devem ser estudados e ponderados (LEAL, 2013).

O preconceito de gênero manifestado como discurso de ódio conta o sexo feminino nas redes sociais

A comunicação por meio da rede mundial de computadores se diferencia das demais pois qualquer pessoa que a ela tenha acesso, poderá emitir e consumir informações. Segundo Lemos (2006, p.39):

Na cultura pós-massiva, que constitui a atual cibercultura, produzir, fazer circular e acessar cada vez mais informação tornam-se atos quotidianos, corriqueiros, banais. Para dar exemplos concretos, podemos dizer que blogs e podcasts tornaram-se novas formas de emissão textual, imagética e sonora pelas quais cada usuário faz o seu próprio veículo.

A internet, como modo de rápida propagação de conteúdo, tem um enorme potencial colaborativo, na medida em que dá voz à grande parte da população que não teria oportunidade de expressão em outro local. As redes sociais servem como ambiente de criação de projetos, parcerias e interação positiva (AGUIAR, 2015, p. 9).

Todavia, tamanha facilidade de formação e prolação de conteúdo, faz com que determinados indivíduos se utilizem da oportunidade de criação e possível anonimato para a

prática de crimes e expressão de discurso de ódio.

Nas palavras do ministro Gilmar Mendes,

Uma das formas mais odiosas de desrespeito aos direitos da pessoa humana é aquela que se embasa no preconceito relativamente às minorias e que se revela no praticar ou incitar a prática de atos e sentimentos hostis em relação aos negros, aos índios, aos judeus, aos árabes, aos ciganos, etc. (BRASIL, p. 77).

Ademais, como disposto por Souza (2011, p. 24), as vítimas do discurso de ódio não passam somente por mero incômodo com ideias esdrúxulas, já que o discurso gera consequências em sua vida pessoal e convivência com os demais grupos sociais.

Conforme defende Potiguar (2009), no discurso de ódio, os indivíduos atingidos não são tratados como pessoas, mas como seres ínferos, que podem ser humilhados e excluídos, assim como historicamente o discurso foi utilizado para justificar a escravidão. A intervenção estatal, com o objetivo de inclusão, é incompatível com a proteção ao discurso do ódio, já que “tal manifestação é em essência segregacionista e tem por objetivo humilhar e calar a expressão das minorias” (FREITAS; CASTRO, 2013, p. 327).

Segundo Souza (2011, p. 27), os efeitos desfavoráveis do discurso de ódio não afetam somente as vítimas, mas toda a sociedade. Os alvos sofrem com o ataque à sua dignidade e autoestima, bem como um possível estranhamento da sociedade e, em decorrência, toda a sociedade torna-se mais fragilizada, na medida em que qualquer tipo de intolerância coíbe uma atuação em comunidade igualitária e saudável. Essas consequências variam, mas é indiscutível que o prejuízo à sociedade é grave e deve ser levado em consideração pelo Estado.

Felisberto (2017, p. 40) destaca que o discurso de ódio exposto nas redes sociais é comumente disfarçado de brincadeiras ou sarcasmo, sendo está ‘camuflagem’ um ponto marcante deste tipo de discurso. O autor também aponta que em muitos casos o discurso não é divulgado e debatido, na intenção de desestimular discussões sobre o desrespeito aos direitos humanos, gerando uma sensação de impunidade e fazendo com que os agredidos reajam também de forma violenta, gerando, assim,

um oscilamento entre as partes, de agredido a agressor. De outra banda, existe o discurso de ódio ‘disfarçado’ de conduta humorística. Ramos (2017, p. 623) considera que se pode distinguir o humor da ofensa por meio da intenção do autor. Caso o desejo do agente seja o divertimento e entretenimento, estaria reconhecida a liberdade de expressão, ainda que a piada seja grosseira ou desprovida de graça. De forma contrária, caso fique claro que a vontade era de insultar, atacar ou menosprezar uma pessoa ou grupo, podem e devem ocorrer limitações à liberdade de expressão.

Freitas e Castro (2013, p. 351) dissertam que a liberdade de expressão tende a aceitar o discurso de ódio como uma manifestação de pensamento, todavia não pode ser utilizada como pretexto para incitação de violência ou dissimular pensamentos de preconceito.

Neste sentido, destaca-se o proferido pelo Ministro Carlos Ayres Britto (BRASIL, 2004):

[...] entendo que exprimir o pensamento é uma coisa, mas, a pretexto de exprimir o pensamento, induzir, incitar, convocar certas práticas racistas, isso já é outra coisa. Quero dizer que pode haver o transbordamento do campo da lídima expressão do pensamento para o campo da ação propriamente dita. Por exemplo, expor uma ideia, conceber uma teoria, defender um ponto de vista, científica ou artisticamente, convenhamos, é liberdade de expressão. Entretanto, se na exposição do pensamento, se contiver uma provocação, uma incitação, um induzimento, uma convocação para a ação propriamente dita, aí já temos o transbordamento da reflexão para a ação.

O discurso de ódio não adveio da internet, porém, como bem destaca Aguiar (2015, p. 39), é por meio dela que este tipo de discurso acaba se ampliando, por duas razões: a liberdade de emissão de conteúdo por qualquer indivíduo e a rapidez com que as informações são propagadas. Cardon (2012, p. 27) observa que os precursores do advento da internet tinham por ideal uma rede de circulação de ideias abertas e tolerantes, todavia, a massificação dela levou a uma multiplicação de embates de grupos com características diferentes. Nos últimos anos, é possível notar casos de discurso nas redes sociais que propagam o machismo, a homofobia, o racismo, a xenofobia. Como a conceituação

do discurso de ódio sempre foi um tema de difícil atenção no poder judiciário, o que ocorre é a classificação como ofensa à honra, ainda que o discurso emitido ataque um grupo social. Entretanto, o discurso de ódio excede a ofensa a um indivíduo específico, desrespeitando todos os elementos de um grupo, utilizando-se como ofensa exatamente a característica que os classifica como tal. Extrapolando o indivíduo, a violência ocorre de forma difusa (MARTINS; VILELA; SOARES, 2016).

O discurso de ódio cometido por meio das redes sociais tem singularidades que aumentam a complexidade do problema. Além da possibilidade de anonimato, existe também a alternativa de se produzir conteúdo de qualquer lugar do mundo, o que acaba encorajando os responsáveis, pois têm a expectativa de falta de consequências. Além do mais, o impacto do discurso de ódio gerado nas redes sociais é maior, visto que se mantém registrado em um local de fácil acesso para uma infinidade de pessoas.

Andrade (2005, p. 88) destaca o controle social histórico da sexualidade feminina, traduzido em expectativas e regras sobre o “comportamento feminino, desde sua reclusão ao âmbito privado, ao cuidado com a imagem de pureza e recato”. O discurso de ódio contra a mulher é um dos mais costumeiros, especialmente quando ela não está dentro dos padrões impostos pela sociedade, seja por questões ligadas à sua sexualidade, ao seu corpo, à sua vida profissional. Silva (2010, p. 567) explica que “vários desses preconceitos podem estar presentes em um mesmo grupo de indivíduos, no qual o imaginário social coletivo tenha tomado esses valores como norma, difundindo-a através da cultura”. O patriarcado é uma das estruturas da sociedade contemporânea, e as dificuldades em refutá-lo são amplamente conhecidas. Desta maneira, a internet e a globalização são desafios à sociedade patriarcal, muitas vezes traduzindo-se em “uma imensa colcha de retalhos formada por vozes femininas, estendendo-se sobre quase todo o planeta” (CASTELLS, 2010, p. 172).

Segundo Bourdieu (2003, p. 11), a comunicação depende do poderio simbólico do emissor, servindo, assim, como “função política para imposição ou legitimação de dominação”. Como consequência histórica da criação da sociedade, há discursos que são mais aceitos socialmente, a depender de quem é o emissor. Um exemplo disto é a fala dita com um caráter cristão, que ainda influencia grande parte da população. Desta maneira, estes discursos acabam sendo mais ouvidos e “implantados nas noções

éticas interpessoais”, e os que foram historicamente conceituados como detentores de ideias menos importantes, tendem a ter uma fala com menor poder de influência e acabam, portanto, mais facilmente silenciados ou menosprezados (LEOPOLDO, 1996, p. 57).

Figueira (2009, p. 10) lembra que historicamente as mulheres são ligadas a esferas consideradas inferiores da sociedade, ou a presença de mulheres em uma determinada situação, a inferioriza. De igual maneira, a posição da mulher em cargos de destaque ou importância são comumente ignorados ou tratados de forma condescendente. A referida autora ressalta que isso é uma situação corriqueira em vários cenários do cotidiano, e acabam sendo propagadas por diversas instituições: de ensino, de trabalho, a família. Pessoa et al. (2017, p. 8) comenta que um dos preconceitos que o sexo feminino mais sofre diz respeito a não fazer parte de um padrão de beleza dado pela sociedade e pela mídia. Em textos analisados pela referida autora, esta chama a atenção para o fato de que as expressões utilizadas são puramente xingamentos, sem qualquer base argumentativa ou objetivo além de manifestação de ódio. Torna-se indispensável, na medida da influência do machismo, inclusive propagado em grande parte das vezes por mulheres, a análise e interpretação das hierarquias de gênero como influenciadoras do modo de disseminação, utilização e desenvolvimento da ciência e tecnologia, para que não ocorram, neste âmbito, violência e/ou intimidação (NATANSOHN, 2013, p. 16).

Tradicionalmente, segundo Figueira (2009, p. 24), a ideia que se tem do feminino seria a de reprodutoras naturais, concebendo, de maneira contrária, o homem como aquele que possui a força, a capacidade de formulação de conceitos: inclusive estes, sobre os dois gêneros. Além disso, existe a divisão entre o privado e o público: o que se espera da mulher, geralmente, é cuidar do lar – tendo, inclusive, esta atribuição no significado da palavra no dicionário:

MULHER: 1. Indivíduo do sexo feminino, considerado do ponto de vista das características biológicas, do aspecto ou forma corporal, como tipo representativo de determinada região geográfica, época, etc 1.1 aquela que tem sua fisiologia e sua vida genital percebidas como essência do ser humano feminino em sua evolução. 1.1.1. Na puberdade, com a chegada dos ciclos menstruais, quando ovula e pode conceber; entre menina e moça. 21 1.1.1.1 na fase núbil, pronta para casar-se; moça, mocinha. [...] 5.

Companheira conjugal, esposa. 5.1. Companheira, ger. Constante; a outra, amante, concubina. [...] mulher-objeto 7.1. Aquela cuja imagem propaga sucesso. [...] 8.1 fig. Cuja principal função é cuidar da família, dos afazeres domésticos, etc. 8.2. fig. Fraco fisicamente, sem defesa; apelidado de sexo frágil. 8.2.1 fig. Idealmente belo, o chamado “sexo belo”. 8.2.2. fig. Sensível, delicado, afetivo, intuitivo. 8.2.3 fig. Pej. Insensato, superficial, volúvel. Palavras correlatas: mulher à toa, mulher autoritária, mulher da comédia, mulher da rótula, mulher da rua, mulher da vida, mulher da zona, mulher de amor, mulher de casa, mulher de má nota, mulher de negócios, mulher de programa, mulher de sociedade, mulher de verdade, mulher fatal, mulher honesta, mulher do lar (HOUAISS, 2001, p. 2.432).

Por outro lado, ao homem coube a esfera pública, de tomada de decisões e posições de poder. Cabe lembrar que a imagem que se tem da mulher não decorre especificamente do modo como determinados homens enxergam o feminino: é o que se expõe, muitas vezes, pelas próprias mulheres.

Os meios de comunicação, assim como cumprem a tarefa de conectar o mundo, agem como fortes, senão como principais, influenciadores de pensamento e opinião. As ideias perpassadas por estes meios passam a ter caráter de opinião pública, passando a fazer parte do senso comum. De certa forma, o que é difundido pelos meios modernos de comunicação, sendo parte relevante da socialização dos indivíduos, é tratado como verdade absoluta, e o que lá não está, como inexistente. Portanto, o que é propagado nas redes sociais, não só tem o poder de ferir psicologicamente os atingidos – neste caso, as mulheres – como também faz parte da construção da ideia de feminino, incentivando determinados comportamentos e ações, e desencorajando outros (FIGUEIRA, 2009, p. 91). Isto posto, o que deve ser buscado, é o estímulo de discursos plurais e inclusivos, e compelir os que assim não sejam.

Possíveis limitações à liberdade de expressão como forma de garantia dos demais direitos

Segundo Noso (2011, p. 39) existem “três grandes teorias de argumentação: a da igualdade, a da dignidade humana e a da própria liberdade de expressão”. O autor exalta o cuidado que se deve ter

ao se deparar com conflitos entre direitos fundamentais, e ressalta que o melhor a se fazer é sempre se analisar o que cabe ou prevalece no caso concreto.

Sob o argumento da igualdade, o discurso de ódio tem de ser coibido pois só se concebe a ideia de uma sociedade igualitária quando mesmo os integrantes de uma minoria puderem participar ativamente, e à vontade, de discussões no ambiente político. Desta forma, Meyer-Pflug (2009) defende uma atuação positiva do Estado, adotando ações que visem assegurar a integração destes membros que foram, de alguma forma, excluídos da sociedade.

Noso (2011, p. 40), assevera que

Deve ser assim pois o que está em jogo e toda uma gama de direitos e oportunidades dos grupos excluídos, que poderão encontrar obstáculos se os membros da maioria perpetradora não tiverem restrições [...]. Há um imperativo moral de respeito à dignidade humana. Ela é inerente à personalidade humana; nenhuma lei ou prática social pode destruí-la. Assim, é dever do Estado e da sociedade zelar e cuidar desse direito.

Partindo-se deste pressuposto, é possível a defesa da intervenção estatal nos debates, no sentido de garantia da promoção do discurso de minorias em igualdade de condições com os outros discursos. Desta maneira, o Estado não estaria escolhendo uma preponderância de um discurso sobre outro, mas sim protegendo um deles, dentro de uma esfera inclusiva e democrática (FISS, 2005, p. 99). A falta de punição aos discursos ofensivos, ao mesmo tempo em que fere a liberdade de determinados grupos em um ambiente onde supostamente teriam voz, também dá, a quem os manifesta, um poder sem medidas, baseado na ideia de impunidade, o que pode levar a consequências fora do mundo virtual. Uma sociedade em que houvesse respeito mútuo e aceitação de valores humanistas, seria suficiente para o combate ao discurso de ódio nas redes sociais (COMPARATO, 2011, p. 320).

A linha que separa o direito de se emitir uma opinião de uma conduta ofensiva é muito frágil. Acontecimentos históricos, como o massacre contra os judeus na Segunda Guerra Mundial, demonstram

o potencial destrutivo que o discurso de ódio possui. Some-se a isso a capacidade que a internet dá a qualquer pessoa ser autor do que bem entender, bem como a possibilidade de anonimato, e se forma um grande desafio tanto aos operadores do direito quanto aos usuários que se sentirem lesados.

Conforme leciona Meyer-Plug (2009, p. 99), o discurso de ódio é criminalizado em alguns ordenamentos jurídicos, como o alemão e o francês. Nestes, é entendido que, mesmo que a propagação do discurso não leve, inevitavelmente, à consumação de um crime, “pode levar a uma preparação ou uma predisposição para que elas venham a se consumir”.

Mesmo que no Brasil existam diversas políticas públicas e legislação buscando coibir o preconceito de gênero e proteger a mulher, cenários não legislados, como a internet, “possibilitam a proliferação de ideia retrógradas” deixando a cargo dos proprietários do site ou rede social o poder de controle de informações e levando à demora em processos decorrentes de conteúdos impróprios ou abusivos (FIGUEIRA, 2009, p. 12). A ausência de posicionamento inibitório dos discursos ofensivos contribui para a permanência de rupturas sociais, impossibilitando que grupos minoritários tenham voz ativa, encorajando o ódio contra estas minorias. Uma sociedade que não disponha limites ao discurso de ódio, sendo omissa, acaba por ser cúmplice deste, considerando atitudes como estas, normais (MARTINS; VILELA; SOARES, 2016).

Segundo Potiguar (2009), não é admissível que exista tolerância a qualquer discurso ofensivo, visto que é impossível conceber um debate de ideias sem que exista respeito recíproco entre os emissores, salientando que um ambiente que tolere ofensas não é local para tomada de decisões. Fiss (2005, p. 49) defende uma atuação intensa do Estado, argumentando que não se deve apenas buscar a defesa das minorias, mas também reduzir os direitos das majorias. Noso (2011, p. 45) dispõe que o controle de discursos ofensivos deveria ser feito por órgão independentes, como o Poder Judiciário, já que políticos poderiam se utilizar de restrições para, em última análise, promover o que fosse de seu interesse e restringir o que não o fosse.

Neste sentido, não se deve desatentar para o potencial opressor do Estado, sendo incumbência

do Poder Judiciário, já que desvinculado da esfera política, a vigilância da intervenção estatal, verificando em que ponto está se mostra benéfica para o debate (NOSO, 2011, p. 42).

O cenário brasileiro já contou com políticas públicas que buscavam coibir o discurso de ódio, como o projeto Humaniza Redes, criado pelo Governo Federal em abril de 2015, por meio do Pacto de Enfrentamento às violações dos Direitos Humanos, que tinha por objeto campanhas de prevenção contra o discurso de ódio, através da conscientização e também por meio da possibilidade de denúncias em seu site. Tal projeto foi cancelado no ano seguinte, poucos dias após a mudança de presidência da República.

O Marco Civil da Internet, Lei nº 12.965/2014, foi a primeira legislação brasileira tratando da internet, e estabelece os direitos e deveres de provedores e usuários, e dispõe sobre a responsabilidade civil dos últimos. A referida legislação defende os direitos humanos, o respeito à liberdade de expressão e a pluralidade e diversidade. Todavia, seu artigo 19 dispõe que, especialmente para proteção da liberdade de expressão e forma de impedimento à censura, os provedores de sítios da internet somente poderão ser responsabilizados por danos decorrentes de conteúdos criados por terceiros, caso não tomem providências para tornar o conteúdo indisponível, após ordem judicial específica (BRASIL, 2014). Nos últimos anos, além da busca por uma maior conscientização da necessária defesa aos direitos humanos, os modos de produção de prova encontram-se mais simplificados e acessíveis, na medida em que inclusive capturas de tela de telefone celular vêm sendo aceitas como prova de ilícitos.

Hodiernamente, tramita um projeto de lei – PL. 323/2017 (para alterar o Marco Civil da Internet – Lei nº 12.965/2014) – de autoria do Senador Paulo Bauer, que visa combater especificamente discursos que incitem ódio, discriminação, preconceito ou violência contra pessoa ou grupo de pessoas. Além disso, tal projeto pretende responsabilizar de forma subsidiária o provedor que não retire o conteúdo preconceituoso gerado, após o recebimento de notificação. Dispõe, inclusive, multa para provedores que violem tal disposição, de acordo com a proporção de 5% de seu próprio faturamento.

Além disso, em abril de 2018, foi promulgada a Lei Ordinária nº 13.642, que altera a Lei nº 10.446/2002, acrescentando às atribuições da Polícia Federal a investigação de “quaisquer crimes

praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, definidos como aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres”. Fruto de projeto de lei de autoria da Deputada Luizianne Lins (PT/CE), a vigência de tal legislação demonstra enorme progresso e empenho, ao menos por parte dos legisladores pátrios, na defesa de direitos humanos e direitos das mulheres, buscando coibir as novas formas de ofensa a direito.

Considerações finais

A liberdade de expressão é indispensável para o respeito à diversidade de opiniões, ideais e imprescindível para uma sociedade de igualdade e tolerância. Por outro lado, tal liberdade deve ser utilizada como garantidora de pluralidade de discursos, não como segregadora de determinados grupos sociais, o que acaba ocorrendo por meio do discurso de ódio. Quando este ocorre através das redes sociais acaba não só atingindo ainda mais indivíduos, como também indo ao encontro de mais pessoas que compartilham dos mesmos preconceitos, arraigados na cultura, de que as mulheres serviriam como donas de casa, portadoras de ideias menos relevantes, etc. Os meios de comunicação modernos, como influenciadores que são, acabam por propagar ideias que vêm tentando ser combatidas com muita luta ao longo do tempo, inclusive com as próprias mulheres, muitas vezes, como autoras do discurso. Destaca-se o caráter destrutivo do discurso de ódio, na medida em que os efeitos não são sentidos somente pelas vítimas, mas por todos ao seu redor e por toda a sociedade, já que qualquer ato de intolerância coíbe uma comunidade igualitária e saudável.

Desta maneira, torna-se imprescindível uma atuação mais incisiva por parte do Estado, não só por meio de políticas públicas, como também pelo aumento de políticas que visem elevar a conscientização da igualdade e respeito entre os sexos e pela criação (ou promulgação) de legislações que busquem combater especificamente o discurso de ódio. Importante notar que a ausência de legislação específica já vem sendo combatida, tendo o exemplo da recente Lei 13.642/2018, que inclui

nas atribuições da Polícia Federal a investigação de conteúdos com potencial ofensivo contra as mulheres, propagados por meio das redes sociais.

Não se deve, entretanto, deixar de recordar o potencial repressivo e controlador do Estado. Daí porque qualquer intervenção deve ser tratada com extremo cuidado por quem de direito, e com apurada atenção por toda a sociedade, na medida em que os órgãos de governo podem ser os maiores garantidores da liberdade de expressão consciente, como também seus maiores violadores, não só por meio da eliminação de determinados discursos, bem como por meio da promoção de outros, que sejam considerados como mais vantajosos de serem propagados, de acordo com os interesses individuais de quem no poder de decisão.

Referências

AGUIAR, Cássio Rodrigo. **Discurso de ódio homofóbico nas redes sociais**: a figura pública no centro dos ataques. Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Social, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2015.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A Soberania Patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher. **Revista Sequência**, nº 50, jul. 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988**. 40. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2014.

_____. **Lei Nº 12.965, de 23 de abril de 2014**. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm>. Acesso em: 17 abr. 2021.

_____. **Lei Nº 13.642, de 3 de abril de 2018**. Altera a lei nº 10446, de 8 de maio de 2002, para acrescentar atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, definidos como aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13642.htm>. Acesso em: 15 abr. 2021.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Acórdão no Habeas Corpus 82.424/RS**. Relator: CORRÊA, Maurício. Publicado no DJ de 19-03-2004. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=79052>>. Acesso em: 17 abr. 2021.

CARDON, Dominique. **A democracia na internet: Promessas e limites**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

CARVALHO, Julia. **Amordaçados: Uma história da censura e de seus personagens**. Barueri: Manole, 2012.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade: a era da informação, sociedade e cultura**. v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CHEQUER, Cláudio. **A liberdade de expressão como direito prima facie – análise crítica e proposta de revisão ao padrão jurisprudencial brasileiro**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

COMPARATO, Fábio Konder. **Direito, moral e religião no mundo moderno**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FELISBERTO, Willian de Souza. **Análise do discurso de ódio, intolerância e preconceito na rede social Facebook**. Trabalho de Conclusão de Curso em Tecnologias da Informação e Comunicação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

FIGUEIRA, Janaina Moreira. **A mulher caiu na rede: representações de mulher nos vídeos do Youtube**. Trabalho de Conclusão de Curso em Programa de Pós Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

FISS, Owen M. **A ironia da liberdade de expressão: estado, regulação e diversidade na esfera pública**. Trad. e Pref. Gustavo Binenbojm e Caio Mário da Silva Pereira Neto. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

FREITAS, Riva Sobrado de; CASTRO, Mateus Felipe de. **Liberdade de Expressão e discurso do ódio: um exame sobre as possíveis limitações à liberdade de expressão. Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos**, 2013.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LEAL, Luziane de Figueiredo Simão. **Da censura à plena liberdade de expressão: limites e colisão de direitos nas redes sociais**. 2013. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=4ddcf81ffc4375a8>>. Acesso em: 17 abr. 2021.

LEMBO, Cláudio. **A pessoa: seus direitos**. Barueri: Manole, 2007.

LEMOs, André. **Cibercultura como território recombinate**. 2006. Disponível em: <<http://www.com.ufv.br/cibercultura/wp-content/uploads/2014/02/01.-Andr%C3%A9-LemosCibercultura-como-Territ%C3%B3rio-Recombinante.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2021.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

LEOPOLDO, Franklin. A dimensão ética da palavra. **Tempo Social, Revista Sociológica USP**, São Paulo, vol. 8, p. 53-66, 1996.

MACHADO, Jónatas E. M. **Liberdade de Expressão: dimensões constitucionais da esfera pública no sistema social**. Portugal: Coimbra Editora, 2002.

MARTINS, Andressa Freitas; VILELA, Gabriel Oliveira; SOARES, Marina Agapito. **As perspectivas da jurisprudência sobre o discurso de ódio nas redes sociais**. Artigo científico publicado no IX Encontro da Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós-Graduação. 2016. Disponível em: <[file:///D:/As%20perspectivas%20de%20jurisprudência%20sobre%20discurso%20de%20ódio%20nas%20redes%20sociais%20-%20VERSÃO%20FINAL%20\(2\).pdf](file:///D:/As%20perspectivas%20de%20jurisprudência%20sobre%20discurso%20de%20ódio%20nas%20redes%20sociais%20-%20VERSÃO%20FINAL%20(2).pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2021.

MEYER-PFLUG, Samantha Ribeiro. **Liberdade de expressão e discurso do ódio**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

NATANSOHN, Graciela. **Internet em código feminino**: teorias e práticas. Buenos Aires: La Crujía, 2013.

NOSO, Regis Tadao. **A liberdade de expressão e o discurso do ódio**. Monografia em Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

PESSOA, Ana Rachel Almeida; CAVALCANTE, Iluska Normando; DINIZ JUNIOR, Tarcísio Benício; MENDES, Luís Augusto de Carvalho; MENDES, Patrícia Monteiro Cruz. **Gaga versus Haters: uma análise do preconceito de gênero nos discursos de ódio**. 2017. Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2017/resumos/R57-2037-1.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2021.

POTIGUAR, Alex Lobato. **Igualdade e liberdade**: a luta pelo reconhecimento da igualdade como direito à diferença no discurso do ódio. 2009. Dissertação de Mestrado em Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de direitos humanos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

_____. **Curso de direitos humanos**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

SILVA, Júlio Cesar Casarin Barroso. **Democracia e Liberdade de Expressão**: contribuições para uma interpretação política da liberdade de palavra. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SILVA, Sergio Gomes da. Prejudice and discrimination: the bases of violence against women. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 30, p. 556-571, 2010.

SOUZA, Victor Oliveira. **O direito à igualdade e à não-discriminação diante do discurso do ódio**. Monografia de Bacharelado em Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

In: ISMÉRIO, Clarisse; PREVEDELLO, Carine (Orgs.). Nem tudo são rosas [recurso eletrônico]: refletindo os preconceitos, as lutas e conquistas femininas. São Paulo: Vecher, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.47585/nemtudosasorosas>>.

O empoderamento na publicidade contemporânea: interações e discursos na plataforma #JuntasArrasamos

Camila Morales¹ e Alice Milagres²

doi.org/10.47585/nemtudosasorosas3

1 Professora do Curso de Comunicação da Universidade Ritter dos Reis (Uniritter), Porto Alegre (RS). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9962216002441237>, email: camila_morales@uniritter.edu.br

2 Publicitária formada pela Escola de Comunicação (ECO/UFRJ), email alicemondaca@gmail.com. Desenvolveu Trabalho de Conclusão de Curso com o objeto e temática apresentados neste artigo, sob orientação da professora doutora Carine Felkl Prevedello (carine.prevedello@eco.ufrj.br)

Introdução: da crise a um novo modelo

O final do século XX foi marcado por alterações de importantes bases do modelo de publicidade até então constituído: mudanças do cenário comunicacional e questionamentos ao modelo socioeconômico que se consolidara ao longo dos últimos cinquenta anos. Por conseguinte, a própria publicidade passou por profundos debates, entre os quais destacaram-se os que propunham a revisão do papel social da publicidade e os que projetavam possíveis desdobramentos da publicidade no ciberespaço.

Serviram de pauta ao primeiro grupo de discussões, as publicidades com temas tabus da marca Benetton, cujas intenções são manifestadas em um livro de Oliviero Toscani (1996) que declara o fim da publicidade. Ou ainda, o livro *Sem Logo*, da jornalista Naomi Klein (2002), que denuncia as contradições entre as mensagens publicitárias de grandes marcas e suas reais práticas, como trabalho escravo, destruição de ecossistemas e apropriação indevida de pautas sociais para fins comerciais.

Isso tudo não resultou em uma retração da publicidade, pelo contrário, ela chega aos dias hoje transformada e ainda mais onipresente. O uso de termos como propósito, *goodvertising* e *femvertising*, no campo publicitário são indícios de sua intenção de um novo papel social. Se antes a publicidade pregava a isenção colocando-se como espelho do social (Vestergaad e Schroder, 2000) que apenas reflete e não interfere, hoje os discursos assumem causas e posicionamentos políticos. As razões por trás da intensificação deste tipo de mensagem, variam em um largo espectro de valoração. De um lado poderíamos situar aquelas que acreditam que elas se relacionam com uma versão contemporânea de capitalismo, em que empresas buscam uma alma e os consumidores praticam um consumo político e responsável (LIPOVETSKY, 2007 e 2004). Na posição oposta encontram-se as perspectivas que associam as publicidades ativistas a formas de manipulação que escondem um sistema socioeconômico neoliberal cada vez mais desigual, que se aproveita de causas para manter altos níveis de consumismo e a concentração de riqueza e poder nas mãos de grandes corporações (HARVEY, 2011).

Quanto ao conjunto de hipóteses acerca do tema publicidade e ciberespaço, muitas delas

cristalizaram-se com a popularização das plataformas de redes sociais, a partir de 2004. Neste período, autores como Jenkins (2009) e Shirky (2008) anunciaram o surgimento de uma Cultura Participativa, uma nova era em que indivíduos organizam-se de forma rizomática, dando força e visibilidade àquilo em que acreditam, e grandes organizações passam a dividir poder com pessoas comuns interagindo de maneiras surpreendentes.

Em vez de falar sobre produtores e consumidores de mídia como ocupantes de papéis separados, podemos agora considerá-los como participantes interagindo de acordo com um novo conjunto de regras que nenhum de nós entende por completo. (JENKINS, 2009, p.28).

Um ponto importante a se destacar é que o autor afirma que no ciberespaço mesmo nem todos tem o mesmo poder: corporações costumam ter mais poder do que qualquer indivíduo ou grupo, assim como “alguns consumidores têm mais habilidades para participar dessa cultura emergente do que outros” (JENKINS, 2009, p.28). São exemplos de pessoas que se destacam nesta cultura aqueles chamados de influenciadores digitais, indivíduos que amalam uma grande quantidade de seguidores nas redes sociais e na maioria das vezes exercitam seu poder promovendo opiniões e sugerindo ideias para a sua pequena audiência.

Na essência dessa forma de atuação social encontram-se alguns dos conceitos criados para caracterizar os comportamentos no ciberespaço, como a colaboração, expressa na teoria de “inteligência coletiva” de Levy (2000) ou, ainda, na noção de ciberdemocracia, visto que o “ciberespaço permite uma liberdade de expressão e de comunicação em escala planetária absolutamente sem precedentes” (LÉVY, LEMOS, 2010 p.52).

Ressalta-se, entretanto, que o otimismo desses autores convive com vozes contrárias. Zuboff (2021), por exemplo, alerta para o que denomina de “capitalismo de vigilância”, um sistema em que os dados gerados pelo fluxo de pessoas na internet são utilizados por poucas e grandes corporações para prever e manipular comportamentos conforme seus interesses econômicos. De acordo com a

autora, neste novo capitalismo a concentração de poder aumenta de forma silenciosa e inédita na história da humanidade e a publicidade é o seu grande motor, já que é em razão dela que esses dados são comercializados.

Nossa proposta com esta breve retrospectiva não tem como objetivo uma tomada de posição, mas serve para contextualizar o caso que é aqui apresentado, a campanha #JuntasArrasamos, da marca de produtos para cabelo Seda, constituído por relações que se estabelecem entre os indivíduos e a publicidade no ciberespaço. Nos próximos segmentos são exibidos alguns aprofundamentos acerca das interações entre consumidores e mensagens publicitárias e os discursos de marcas que assumem causas sociais, articulados com os temas da publicidade, empoderamento feminino e as influenciadoras digitais.

Empoderamento feminino e publicidade novas interações e causas

As diferentes críticas recebidas pela publicidade que adota causas sociais, estendem-se também àquelas que recentemente foram nomeadas de *femvertising*. O neologismo, junção das palavras *feminist* e *advertising*, passou a ser empregado diante do aumento da publicidade que promove a igualdade entre homens e mulheres. O fenômeno é recebido por alguns como efetiva forma de empoderamento e por outros, como defende Mendes (2010, p. 244), como um “[...] flanco adversário” ao movimento feminista.

Para Nascimento e Dantas (2015) o “empoderamento feminino” na publicidade é uma proposta nascida no interior dos debates feministas, que pretende criar medidas de cunho político e social que garantam a autonomia das mulheres nos espaços públicos e privados. A necessidade de se criar um conceito de publicidade que demonstre a autonomia das mulheres surge de uma demanda do próprio mercado feminino, que não se vê retratado nos anúncios.

Os novos suportes, linguagens e funções sociais postos em prática nos últimos vinte anos

tornaram-se objetos de discussões teóricas que se dedicam a compreendê-los não somente como a adoção de modismos ou resultados de avanços técnicos, mas como mudanças profundas que demandam a revisão do conceito de publicidade. Dentro dessas possibilidades, recorreremos a dois autores que contemplam aspectos importantes do objeto aqui analisado. A teoria de Casaqui (2011) tem como proposta central a hipótese de que, para a compreensão da publicidade contemporânea, é necessário observar as novas possibilidades de diálogo e interlocução que ela inaugura.

As esferas da produção e do consumo, como posições discursivas, sofrem deslocamentos que dizem respeito ao imaginário tecnológico; a um sentido de futuro que passa pela releitura das práticas de consumo associadas a ideais comunitários; e à amplificação da retórica que coloca o consumidor como “razão da existência” das corporações e da oferta de seus produtos; entre outros elementos que refletem e refratam o que caracteriza a contemporaneidade. (CASAQUI, 2011 p. 136).

Já o conceito de ecossistema publicitário (PEREZ, 2016), concede especial destaque às marcas e seus discursos comprometidos com causas sociais: a expressão do campo da biologia aplica-se às dinâmicas comunicacionais da publicidade, pois seus diversos fenômenos contemporâneos podem ser vistos como diferentes partes que, ao se relacionarem, colocam em curso uma estrutura maior, que funciona de forma relativamente harmônica. Com isso, a autora afirma que pretende escapar dos aprisionamentos midiáticos, já que a perspectiva é mais ampla: a publicidade seria qualquer ideia que construísse vínculos entre pessoas e marcas. Por consequência a publicidade não estaria mais somente baseada no clássico tripé: agência, anunciantes e meios, mas incluiria toda os novos tipos de parceiros, desde os especialistas em inteligência artificial e algoritmos, até os sociólogos e antropólogos que se dedicam a compreender a sociedade e os indivíduos contemporâneos.

A publicidade teria assumido uma função edificadora de valores quando priorizou a construção de marcas, e não somente na apresentação de informações objetivas sobre os produtos. Hoje a publicidade se dedica a construir uma imagem para os símbolos que estas mercadorias

ostentam “construir universos de sentidos das/para as marcas” (PEREZ e AQUINO, 2018, p. 311). A comunicação publicitária precisa estabelecer uma relação não somente entre marca e produto, mas entre a marca e os conteúdos e ideias de interesse do consumidor.

Tornou-a um mecanismo sógnico privilegiado de construção de melhores valores sociais e não simplesmente um instrumento que reflete a sociedade. A publicidade sai de uma posição de certa acomodação para um ativismo compromissado, o que a desloca para um protagonismo social, trazendo grande responsabilidade à ação desta mediação comunicacional. (PEREZ e TRINDADE, 2019. p. 117).

A ampliação da tematização das causas femininas como fenômeno publicitário está inserida nesta conjuntura de base teórica, e em um movimento mais amplo de crescimento de visibilidade do tema na esfera pública, ocorrido a partir de eventos como a Primavera Feminista³, em 2015, ou ainda, as reflexões acadêmicas denominadas de ‘quarta onda’ da discussão de gênero. O feminismo contemporâneo pretende-se mais inclusivo e atento à diversidade de pautas desconsideradas em suas versões anteriores. Isso inclui a luta pelos direitos das mulheres negras, trans e lésbicas, por exemplo. Sobre isso Butler (2003, p.39) afirma que “[...] a insistência sobre a coerência e unidade da categoria das mulheres rejeitou efetivamente a multiplicidade das intersecções culturais, sociais e políticas em que é construído o espectro concreto das mulheres”.

A palavra empoderamento possui um caráter polissêmico, abarcado por diversas abordagens teóricas, neste trabalho adotaremos o sentido dado pelas autoras Kleba e Wendausen (2009, p. 733) que afirmam empoderamento como “termo multifacetado que apresenta como um processo dinâmico envolvendo aspectos cognitivos, afetivos, condutais”. Entendido como um processo, o empoderamento se dá em três níveis da vida social: a psicológica ou individual; grupal ou organizacional; e, estrutural ou política.

No nível psicológico ou individual, o empoderamento fortalece a sensação de poder, autoestima e competência, abrangendo a ideia de autonomia e liberdade, direcionando o indivíduo à emancipação (HERRIGER, 2006). No segundo nível o empoderamento refere-se à relação dos indivíduos, membros de um determinado grupo, que se apoiam mutuamente, produzindo a sensação de pertencimento e reciprocidade (SILVIA; MARTÍNEZ, 2004). O terceiro nível “favorece e viabiliza o engajamento, corresponsabilização e participação social na perspectiva da cidadania” (KLEBA e WENDAUSEN, 2009. p. 733). Em outras palavras, possibilita que indivíduos e organizações participem, promovendo também o apoio mútuo entre seus sujeitos.

Na internet esses afetos que se formam entre consumidores e marcas atuam como motivadores de interação. Os consumidores comentam, opinam, compartilham e cocriam com a marca e também outras pessoas, eventualmente formando redes que apresentam diferentes níveis de efemeridade. Alguns grupos institucionalizam-se em comunidades mais perenes, percebidas principalmente em torno das *Lovemarks*⁴ (ROBERTS, 2004) outros desfazem-se tão rapidamente quanto surgiram.

O significado adotado neste trabalho é o termo empoderamento como um processo que leva à liberdade pessoal e da consciência coletiva indispensável para transpor a dominação política e social, devolvendo ao indivíduo a autonomia de decidir e controlar o seu próprio destino, sem deixar de se responsabilizar pelo outro através do apoio mútuo e coletivo. Embora, como visto, o empoderamento possa ocorrer por vias variadas, na publicidade brasileira ele é mais recorrentemente associado às questões estéticas. Isso provavelmente deve-se ao fato de sermos o segundo maior mercado de produtos cosméticos do mundo e pela falta de representatividade presente na publicidade brasileira.

³ A Primavera Feminista, movimento social dedicado à defesa de causas que envolvem os direitos das mulheres, como saúde reprodutiva, combate à violência sexual e doméstica, entre outras demandas, é uma expressão usada por várias autoras (HOLLANDA, 2017; SEABRA, 2018) para definir manifestações em série, ocorridas em vários países a partir de 2015. Desde então, milhares de mulheres têm ido às ruas na América Latina, do Norte e Europa, em movimentos relacionados ao direito ao aborto e ao fim da violência sexual.

⁴ A expressão *Lovemarks* popularizou-se após o lançamento do livro com mesmo nome, que sustenta que terão mais chances de sobreviver no mercado aquelas organizações que criarem laços afetivos entre seus consumidores e suas marcas, que podem ser qualquer coisa – uma pessoa, um país, um carro, uma organização. “*Lovemarks* são as marcas carismáticas que as pessoas amam e protegem com unhas e dentes. Para que sobrevivam.” (ROBERTS, 2004, p. 79).

As influenciadoras digitais

Como mencionado no princípio deste artigo, no ciberespaço algumas pessoas ameilham mais reputação e poder do que outras. Assim surgiram os influenciadores digitais, novas personalidades com visibilidade pública, que passaram a ocupar os canais digitais com demandas por fluxos mais inclusivos e diversos (ISHIIDA, 2016). Amplamente utilizados pela publicidade como porta-vozes de marcas e/ou promotores de produtos e serviços, os influenciadores caracterizam-se como eficientes formas de publicização.

Os influenciadores digitais estabelecem redes em torno de seus perfis, na maioria das vezes constituída por pessoas que pertencem a um público-alvo específico. A rede fortalece-se como uníssona à medida que acompanha o influenciador: ao consumirem o conteúdo, os seguidores adotam estéticas, opiniões, posicionamentos, símbolos de status e aspirações. (GOMES, 2017). E é justamente essa característica que interessa às marcas ao contratarem um influenciador digital, o poder que esses indivíduos exercem sobre determinados grupos. (SILVA; TESSAROLO, 2016).

Para Ishiida (2016), os influenciadores podem ser organizados em três grupos:

- a. Os *broadcasters* são perfis que possuem muitos seguidores, cuja mensagem passada através de um post alcança muitas pessoas simultaneamente; para identificá-los é preciso considerar: quantidade de seguidores acima da média; comentários; volume alto de interações; relação do influenciador com as marcas, ou seja, popularidade para atrair grandes audiências.
- b. Conectores, que possuem conexão com outros influenciadores e seu objeto é persuadir os seguidores a assumir determinados comportamentos, como se fossem vendedores. Normalmente estabelecem conexões a perfis distintos e fomentam conversas entre tribos. Suas publicações também têm alto poder de difusão.
- c. Legitimadores, os primeiros nomes a serem lembrados quando os seguidores querem alguma informação, recomendação ou estilo de vida. São interpretados como *low-profile*, ou seja, postam menos, têm menos seguidores e são referências em assuntos técnicos. São também legitimadores de tribos com as quais os usuários identificam-se.

Caso Seda #JuntasArrasamos

A marca Seda, pertencente à multinacional europeia Unilever, assina uma linha de diversos produtos para cabelos. Em 2017, a marca utilizou uma estratégia de publicização com múltiplas possibilidades de interação, cujo ponto central era uma plataforma chamada #JuntasArrasamos, encontrada dentro do próprio site (seda.com.br/juntasarrasamos). Nas palavras divulgadas pela marca, a ação consistia em uma forma de promoção de sororidade:

Incentivamos o apoio entre mulheres, para que elas possam ir mais longe. Cada vez que uma mulher incentiva a outra, todas alcançam mais. Conte com a gente pra conhecer suas qualidades e encontrar exemplos de mulheres inspiradoras! Juntas vamos mais longe. Juntas arrasamos! (SEDA, 2017, online).

A primeira forma de interação com a marca nesta plataforma consiste em um teste, que se apresenta como uma possibilidade de autoconhecimento “[...] descubra onde você arrasa!”, presente na página inicial do site (Figura 1). Porém, o jogo também serve de coleta de dados e ilustra uma forma de controle da interação das usuárias, já que elas só avançam para as páginas seguintes caso conclua o questionário.

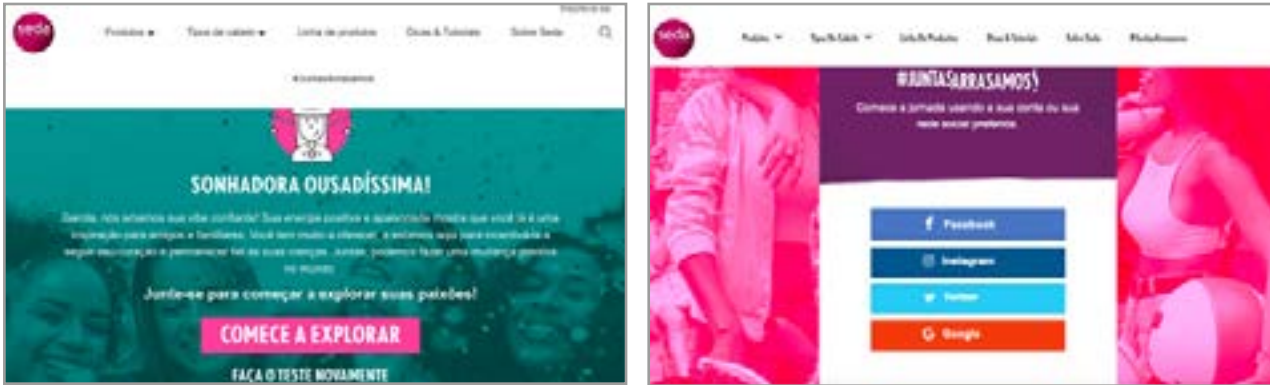
Figura 1 - Layout da plataforma digital



Fonte: <<https://www.seda.com.br/juntasarrasamos.html>>.

O teste contempla perguntas como: como sua amiga te vê; como você age na presença de uma mulher desconhecida que precisa de acolhimento; quem é você na festa; qual referência de mulher no mercado de trabalho você se identifica; qual é o seu emprego dos sonhos; e, quais frases motivacionais te inspiram. Ao final do teste, o seu perfil é informado (Figura 2) e a usuária é redirecionada para a outra página onde conecta o site utilizando seu perfil de rede social (Figura 3).

Figura 2 e 3 - Páginas de resposta do perfil

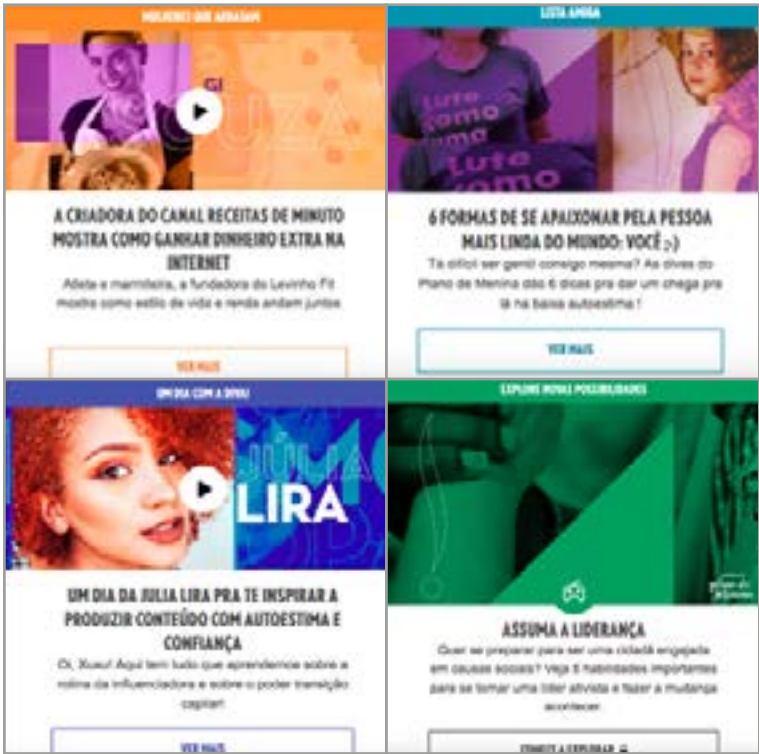


Fonte: <<https://www.seda.com.br/juntasarrasamos.html>>.

As perguntas, em tom informal, embora não se pareçam com as tradicionais pesquisas de mercado, fornecem a organização um rico perfil feminista de suas consumidoras, que certamente serão empregados na concepção de outras ações. Ao compreender o que suas consumidoras entendem por um feminismo ‘correto’ a marca evita os riscos de propor versões do movimento que ainda não foram amplamente aceitas. E a possibilidade de coleta de informações e controle não se encerram no jogo. Para continuar avançando e ter acesso aos próximo conteúdos, a consumidora deve conectar-se identificando seu perfil de rede social, a marca dessa forma, passa a ter acesso não somente ao que já foi declarado, mas também a todas as informações que as usuárias divulgam em suas redes.

Nas páginas seguintes, nos deparamos com um índice com os principais conteúdos do site: ‘Mulheres que arrasam’ apresenta a história de uma influenciadora que criou seu próprio negócio com a internet; ‘Lista Amiga’ é um conteúdo cocriado com outra influenciadora digital que possui uma plataforma sobre empoderamento. A ‘lista’ promete ajudar na construção da autoestima; ‘Explore novas possibilidades’ são pequenos cursos e dicas que só podem ser acessados após o acúmulo de pontos conquistados na participação em jogos e resposta a perguntas; e, em ‘Um Dia com a Diva’ acompanha uma dia de uma influenciadora digital que dá dicas para cabelos cacheados e de como fazer sucesso na internet (Figuras 4, 5, 6 e 7).

Figura 4,5,6 e 7 - Conteúdos diversificados associados à plataforma



Fonte: <<https://www.seda.com.br/juntasarrasamos.html>>.

Ao explorarmos os conteúdos, percebemos que a visão de empoderamento expressa nesse recorte temporal da plataforma está embasada fundamentalmente em dois pontos: nas questões de aceitação estética e na noção de sucesso na internet. As mulheres empoderadas utilizadas como exemplo ou ‘mentoras’ são todas influenciadoras digitais que explicam como conseguiram superar desafios através de esforços individuais e da ajuda das ferramentas da internet.

Ao considerarmos os três níveis de empoderamento analisados pelo recorte teórico do trabalho (KLEBA e WENDAUSEN, 2009), percebe-se que o empoderamento aqui sugerido contém elementos de dois deles: apela ao nível psicológico ou individual ‘vencer sozinha’, ‘assuma a liderança’ e no conteúdo que promete que ela irá desenvolver tal nível de autoestima, que irá acreditar ser ‘a pessoa mais linda do mundo’. O segundo nível é acionado em pelo menos duas perspectivas, quando o site coloca as mulheres como um grupo que deve encorajar, expresso no próprio título da campanha e, ainda que fala das mulheres crespas como um grupo que deve se orgulhar de seus cabelos. O terceiro nível que se relaciona com a corresponsabilização e cidadania não aparece nos conteúdos avaliados.

Os aspectos de venda são lembrados na barra superior (Figura 8), onde se encontram links para os produtos Seda, tipos de cabelo, linhas de todos os produtos da marca, dicas e tutoriais e o ‘sobre’ a marca. Nota-se que é neste aspecto que a condição de *femvertising* se dá de maneira mais evidente, já que este conceito diz respeito à publicidade com valores feministas, mas que também vendem.

Figura 8 - Barra superior do site



Fonte: <<https://www.seda.com.br/juntasarrasamos.html>>.

Ao clicar em ‘Dicas & Tutoriais’ nos deparamos com o time de cocriadoras da linha Seda Boom, seguido de tutoriais feitos pelas mesmas, com os produtos que criaram.

Figura 9 - Time de cocriadoras e os produtos criados



Fonte: <<https://www.seda.com.br/dicas-e-tutoriais.html>>.

No grupo, podemos identificar pelo menos cinco influenciadoras digitais. A primeira é Rayza Nicácio, que, por sua popularidade, pode ser categorizada como uma influenciadora *broadcaster* e conectora, por representar a tribo das cacheadas. Outras influenciadoras que fazem parte do grupo pertencem à categoria de legitimadoras conectoras: Julia Lira; Gabi Oliveira e Nátaly Neri, já que possuem um número significativo de seguidoras, mas são referência em cabelos e penteados para pessoas negras. Embora este último aspecto aponte para perspectivas mais inclusivas do feminismo, não foram encontrados no site quaisquer referências a mulheres trans ou outras representantes da sigla LGBTQI+.

Considerações finais

A plataforma digital Seda, Juntas Arrasamos!, caso analisado por este artigo, engendra sofisticadas formas de interação, cocriações, jogos, utilizando-se de uma causa social, pontos de destaque nas teorias que explicam a publicidade contemporânea. A campanha situa-se, desta forma, como uma expressão publicitária típica de nossos tempos, exemplificando inclusive as contradições que cercam estas mensagens.

Percebe-se que não somente os aspectos técnicos da internet são explorados, mas também o imaginário em torno do ciberespaço e as práticas que ele promove. A plataforma apresenta-se como lugar que pretende unir, de forma desinteressada, forças ao redor do feminismo, valores presentes nas ideias de Cultura Participativa e Inteligência Coletiva. Porém, articula, ao mesmo tempo, um dos paradoxos da publicidade contemporânea: sob o título de uma causa coletiva, promove ações individuais.

Quanto à diluição de poder entre os participantes da rede, uma leitura possível indica que sim, as corporações dividem seu poder. No entanto, não se trata de divisão com um consumidor comum, que continua sendo controlado em suas possibilidades de interação, mas com os influenciadores digitais fazendo uso das ferramentas do ciberespaço para construírem suas próprias marcas pessoais. São também as influenciadoras que são chamadas para a cocriação dos produtos, ou seja, trata-se de uma forma de aval intensificado, não apenas a indicação de um produto de terceiros, mas um produto que é tanto da influenciadora, quanto da marca. As influenciadoras, obviamente, são remuneradas pelo empréstimo de suas reputações. Ainda no que tange ao financiamento, vale destacar que, nesta plataforma, as consumidoras comuns são remuneradas por suas interações e dados que fornecem, uma forma de trabalho, segundo Casaqui (2011), não uma remuneração financeira, mas no formato de pontos que podem ser trocados por cursos.

Entre os pontos de maior crítica que recaem sobre a plataforma, está a perspectiva que dá à causa feminista, limitando-a em uma lógica individualista, estética, de consumo e sucesso empreendedor. O conteúdo que a plataforma exhibe é constantemente atualizado, provavelmente com base nos dados que a própria ferramenta coleta. Nesta perspectiva, cabe questionar se a marca irá assumir versões mais controversas

das discussões de gênero, ou irá manter-se explorando as estéticas e opiniões amplamente aceitas. Em outras palavras, manter-se como um espelho do social, mostrando o que indica o *big data*, ou realmente irá comprometer-se com versões mais controversas, mas necessárias, das causas que diz defender. Caso não o faça, estará mais próxima das versões que vêem a publicidade ativista como um estratagema de um sistema socioeconômico injusto, que realiza apenas mudanças superficiais.

Por fim, um dos aspectos mais evidentes da campanha é a humanização da marca, proposta por Perez (2018). Recursos de humanização dão-se por todo o conteúdo, desde o uso de linguagem coloquial até a proposta de ajudar a fazer com que as mulheres sejam suas melhores versões, comportamentos característicos em amizades. Os apelos ao consumo são acessórios em uma plataforma que se propõe compreender suas usuárias, juntar-se a elas. Marca, influenciadoras e consumidores comuns formam o ‘juntas’ presente no título do site.

Referências

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização. Brasileira, 2003.

CASAQUI, Vander. A produção como inspiração e utopia: publicização, consumo e trabalho na comunicação da marca Brastemp. In: Alexandre Rocha da Silva; Regiane Miranda de Oliveira Nakagawa. (Org.). **Semiótica da Comunicação**. 1ed. São Paulo: INTERCOM, 2013a, v. 1, p. 304-325.

GOMES, E. **O papel dos Influenciadores Digitais no relacionamento entre Marcas e Millennials na Era Pós-Digital**. Fortaleza, 2017.

HARVEY, David. **Neoliberalismo: história e implicações**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2011.

HERRIGER, Norbert. **Grundlagen Text Empowerment**. Dusseldorf: Sozialnet GMBH, 2006. Disponível em: <<https://www.empowerment.de/files/Materialie-2-Empowerment-Brueckenschlaege-zur-Gesundheitsfoerderung.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2019.

HOLLANDA, Heloísa. **Explosão feminista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

LEMOS, Andre. LÉVY, Pierre. **O futuro da Internet**: Em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. 4.ed. São Paulo: Loyola, 2003.

_____, Pierre. **Cibercultura**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

Lipovetsky, Gilles. **A felicidade paradoxal**: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Metamorfoses da cultura liberal**: ética, mídia e empresa. Porto Alegre: Sulina, 2004.

MENDES, Débora. A ideologia de gênero na publicidade contemporânea. **Revista Mediações**, Londrina, v. 15, n.1, p. 241-257, Jan/Jun. 2010

NASCIMENTO, Maria Clara Medeiros do; DANTAS, Juliana Bulhões Alberto. O *Femvertising* em Evidência: Estudo de Caso #LikeAGirl. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, **Intercom 2015**, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: UFRJ, 2015. Disponível em: <<http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-1779-1.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

PEREZ, Clotilde; AQUINO, Victor. Estética do consumo: uma perspectiva a partir da ecologia publicitária. **Visualidades**, Goiânia v.16 n.2 p. 301-318, 2018.

_____, Clotilde; TRINDADE, Eneus. Três dimensões para compreender as mediações comunicacionais do consumo na contemporaneidade. **Matrizes**, São Paulo, v.13, n.3, p. 109-126, 2019.

_____, Clotilde. Ecossistema publicitário: o crescimento sógnico da Publicidade. In: Anais do **XIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, São Paulo, 2016, São Paulo: Intercom, 2016.

ROBERTS, Kevin. **Lovemarks**: o futuro além das marcas. São Paulo: M. Books do Brasil, 2004.

SEABRA, Julia. Primavera feminista do século XXI. **Contraponto Digital**. Disponível em: <<http://agemt.org/contraponto/2018/06/18/a-primavera-feminista-do-seculo-xxi/>>.

SEDA. **Plataforma Juntas Arrasamos!** Plataforma Digital Shampoos Seda Unilever. 2017. Disponível em: <<https://www.seda.com.br/juntasarrasamos.html>>.

SHIRKY, Clay. **Here comes everybody**. The power of organizing without organizations. Nova Iorque. The Penguin press, 2008.

SILVA, C; TESSAROLO, F. **Influenciadores Digitais e as Redes Sociais enquanto Plataformas de Mídia**. São Paulo, 2016.

THOMPSON, Anne. **Big Brands Using Femvertising to Attract Female Consumers**. NBC News, Nova Iorque, 06 dez. 2014. Disponível em: <<https://www.nbcnews.com/watch/nightly-news/big-brands-using-femvertising-to-attract-female-consumers-368228931718>>. Acesso em: 20 maio 2018.

TOSCANI, Oliviero. **A publicidade é um cadáver que nos sorri**. Tradução de Luiz Cavalcanti de M. Guerra. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

VESTERGAAD, Torben, SCHRODER, Kim. **A linguagem da propaganda**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VISCONDE, Alessandro. **A era dos Digital Influencers na comunicação**. Propmark. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://propmark.com.br/digital/a-era-dos-digital-influencers-na-comunicacao>>. Acesso em: 3 out. 2019.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância** – a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Tradução de George Schlesinger. São Paulo: Intrínseca, 2021.

In: ISMÉRIO, Clarisse; PREVEDELLO, Carine (Orgs.). Nem tudo são rosas [recurso eletrônico]: refletindo os preconceitos, as lutas e conquistas femininas. São Paulo: Vecher, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.47585/nemtudosasorosas>>.

Mulheres e trabalho doméstico: uma análise a partir de Silvia Federici

*Carine Prevedello*¹

doi.org/10.47585/nemtudosasorosas4

¹ Professora Adjunta da Escola de Comunicação (ECO) na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9032841605132565>, e-mail: carine.prevedello@eco.ufrj.br

Introdução - Nós, as trabalhadoras invisíveis

Se o trabalho realizado pelas mulheres em suas casas, no cuidado com seus filhos, família, no preparo dos alimentos, na educação das crianças, na rotina doméstica de manutenção dos lares, fosse calculado como uma economia, seria o quinto maior Produto Interno Bruto (PIB) mundial. Um relatório recente da organização não-governamental Think Olga (2019) traz este e uma série de outros dados impressionantes, sobre a invisibilidade das trabalhadoras domésticas não remuneradas no Brasil e no mundo². Em média, as mulheres cumprem mais de 61 horas semanais em trabalhos não remunerados no Brasil.

Este debate, que envolve o reconhecimento da relevância estratégica e política, tanto para os Estados, quanto para a economia privada, da manutenção e preparação das atuais e futuras gerações para o ‘mundo do trabalho’, tal como este espaço ainda é identificado – circunscrito a atividades externas às casas e ao ambiente da família –, ganha força e adeptas nos últimos anos, seja na produção intelectual, quanto no ativismo social³. Silvia Federici, filósofa italiana radicada nos Estados Unidos, aparece desde o final do século XX, como uma das mais importantes vozes a defender a remuneração das mulheres pelo trabalho doméstico e reprodutivo (FEDERICI, 2019; 2021). Os conceitos utilizados por esta autora reúnem tanto os afazeres relacionados à rotina doméstica (trabalho doméstico) quanto à centralidade para a reprodução da humanidade (trabalho reprodutivo), onde incide também a discussão sobre a divisão sexual do trabalho.

Assim que erguemos a cabeça das meias que cerzimos e das refeições que preparamos e olhamos para a totalidade da nossa jornada de trabalho, vemos que, embora ela não resulte em salário, nosso esforço gera o produto mais precioso do mercado capitalista: a força de trabalho. O trabalho doméstico é, na verdade, muito mais do que a limpeza da casa. É servir à mão de obra assalariada em termos físicos, emocionais e sexuais, prepará-la para batalhar dia após dia por um salário.

É cuidar de nossas crianças – futura mão de obra – ajudá-las desde o nascimento e ao longo de seus anos escolares e garantir que elas também atuem da maneira que o capitalismo espera delas. Isso significa que por trás de cada fábrica, cada escola, cada escritório ou mina, existe o trabalho oculto de milhares de mulheres, que consomem sua vida reproduzindo a vida de quem atua nessas fábricas, escolas, escritórios e minas. (FEDERICI, 2021, p.19-20).

As terminologias envolvidas nesta discussão diferem, conforme autoras e perspectivas, embora estejam associadas ao mesmo problema. O conceito de “economia do cuidado” (FOLBRE, 2006; HIRATA, 2010; PICCHIO, 1999; THINK OLGA, 2019), também apresenta uma compreensão análoga, acrescentando, além da perspectiva da falta de remuneração, o recorte de gênero na precarização deste trabalho, quando terceirizado.

A economia do cuidado é essencial para a humanidade. Todos nós precisamos de cuidados para existir. E, se hoje você é uma pessoa adulta, é porque alguém já desempenhou horas de trabalho de cuidado com alimentação, vacina, remédios, limpeza e higiene, educação, entre diversas outras funções por horas. E a sociedade, os empregadores que contratam pessoas (veja que óbvio), a gestão pública, as universidades, todas as demais esferas se aproveitam desse trabalho que é gratuito ou mal remunerado (quando terceirizado). (THINK OLGA, 2019, online).

Nesta ótica, Federici (2021) alerta reiteradamente para a necessidade de uma revisão da teoria marxiana (MARX, 1974; 1980; 1985), fonte essencial e fundante para a discussão das questões de divisão social do trabalho para a reprodução do sistema capitalista. Para a filósofa, somente nestas bases, que envolvem a construção de uma “ciência dos comuns”, seria possível discutir uma inversão verdadeiramente revolucionária nas relações sociais, com igualdade de direitos civis.

2 O relatório Economia do Cuidado utiliza dados do IBGE, OMS e fontes consultadas, como UOL e site Drauzio Varella, para traçar um panorama amplo e complexo sobre uma série de afazeres relacionados ao protagonismo majoritariamente feminino e não pago nas atividades domésticas e de cuidado com a educação e saúde das famílias (THINK OLGA, 2019).

3 A chamada ‘quarta onda do feminismo’, característica do século XXI, é marcada pelo uso das tecnologias digitais para a disseminação de discursos ativistas, com ênfase especial ao combate à violência contra a mulher, ao assédio sexual, a busca pelos direitos reprodutivos e pela expressão da diversidade, com os recortes de gênero, sexualidade e raça. Silvia Federici transita pelo movimento feminista desde a segunda e terceira ondas, nos anos 1970 e 1980, identificada com as teorias anticapitalistas.

Trabalho doméstico como alicerce da sociedade

A noção de trabalho, na perspectiva marxiana, está fundamentalmente relacionada à transformação da natureza pelo homem, atividade humana vital, sendo, no capitalismo, associada à produção de mais-valia, isto é, o valor excedente que dá lucro ao capitalista (proprietário dos meios de produção). Este “valor de troca” da força de trabalho precisa ser interpretado a partir da “produção dos indivíduos determinada socialmente” (MARX, 1980, p.109), isto é, pela estruturação da sociedade capitalista como forma social da contemporaneidade. Tal entendimento é essencial também para lembrar que toda a teoria desenvolvida por este autor tem o objetivo de explicar o mundo do trabalho pela ótica estrutural capitalista, ou seja, dentro daquilo que se denomina o método materialista histórico. “Não é a consciência social dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 1974, p.136).

Federici, ao elaborar sua crítica, sempre faz a ressalva de que “Marx nos deu a linguagem e as categorias necessárias para pensar o sistema capitalista e compreender a lógica que impulsiona sua reprodução crescente” (FEDERICI, 2021, p.11). Entretanto, e a partir dessa premissa, na sofisticação da análise, tanto a estratificação do conceito de trabalho, pela categorização daquilo que deve ser reconhecido como atividade produtiva e improdutiva; quanto a exclusão das atividades do ‘mundo privado’ (leia-se a casa e a família), passam a ser objetos de incômodo e discussão recorrente para esta autora. Apesar da categorização de atividade improdutiva não se tratar do cerne do debate, como a própria Federici (2021) argumenta, restringindo-se, para ela, a uma “distorção grosseira” (p.65) da crítica feminista, identificar e situar o lugar do trabalho doméstico, assim como o do reprodutivo, está no centro das preocupações de uma série de pensadoras, desde o final da primeira metade do século XX (DELPHY, 2015; FEDERICI, 2019; HIRATA, 2010; KERGOAT, 2009).

Considerando que o trabalho produtivo, para Marx, só pode ser exercido quando o trabalhador vende sua força de trabalho para o capital e produz mercadoria (sejam produtos

físicos ou serviços, desde que dotados de valor), são improdutivos uma série de outras categorias de trabalho, entre elas a dos servidores públicos (vendem seu trabalho ao Estado) e os trabalhos doméstico e reprodutivo, exercidos historicamente pelas mulheres.

Evidentemente, a distância da sociedade do século XIX, época dos escritos de Marx, para a realidade do final do século XX, quando a perspectiva feminista adquire um amadurecimento visível, notadamente em torno dos anos 1960 e 1980, deve ser considerada ponto importante para relativizar a eventual defasagem da análise marxiana. Souza e Aquino (2017, p.2) lembram, por outro lado, que “trabalho produtivo não é sinônimo de trabalho melhor ou trabalho mais útil”.

Os artigos publicados por Silvia Federici, vinculados ao Coletivo Feminista Internacional, do qual é fundadora, e à campanha Wages For Housework (WFH), propõem reconhecer este apagamento da referência ao trabalho das mulheres, alertando também para a exclusão das atividades da esfera privada, das relações sociais de opressão constituídas na casa e na família, da discussão sobre a reprodução do capitalismo como sistema econômico. Em publicação recente, O Proletariado do Salário, Federici (2021) reúne uma espécie de antologia histórica de sua obra, estabelecendo uma genealogia de seu pensamento, essencial para entender a centralidade das tipificações de trabalhos relegados às mulheres, para a manutenção e fortalecimento do sistema capitalista. São sete artigos, datados desde 1975, até a defesa contemporânea da limitação da visão marxiana a respeito da emancipação pela tecnologia, em uma abordagem que chama atenção para a exaustão dos recursos naturais e os riscos ambientais do desenvolvimento baseado na indústria e na extração.

Para Federici (2021), o trabalho doméstico não apenas deve ser considerado parte da produção de bens e serviços, como fundamental para a possibilidade de dedicação prioritária dos homens (na perspectiva de gênero) às atividades industriais, fabris, operárias, quais sejam relacionadas aos meios de produção que geram lucro. Kergoat (2009) lembra que a divisão sexual do trabalho baseia-se em dois princípios centrais: o de que existe uma separação entre atividades de trabalho características de homens e mulheres; e de que, hierarquicamente, o trabalho dos homens é mais valorizado do que o das mulheres.

[...] podemos trabalhar com as categorias de Marx, mas devemos reconstruí-las e alterar sua ordem arquitetônica, para que o centro de gravidade não seja exclusivamente o trabalho assalariado e a produção de mercadoria, mas inclua a produção e a reprodução da força de trabalho, sobretudo daquela parcela executada pelas mulheres em casa. Pois, ao fazermos isso, tornamos visível um terreno crucial de acumulação e de luta [...]. (FEDERICI, 2021, p.81).

Schwebel (2009) define o trabalho doméstico como um conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado das pessoas no contexto da família, sendo esse, ainda que componente fundamental na formação da mercadoria força de trabalho, um trabalho não pago e desempenhado essencialmente por mulheres. “O trabalho doméstico é o núcleo da reprodução social das pessoas. Não só requer energia física e emocional das pessoas, mas também sobre ele recai parte da responsabilidade pela sobrevivência, bem-estar e felicidade de outras pessoas” (PICCHIO, 1999, p. 30). Visão ampliada por Delphy (2015), que, como veremos a seguir, enfatiza a conjuntura partir do processo de industrialização: “chama-se de trabalho doméstico aquilo que se reduz à produção gratuita da mulher” (2015, p. 110), ou seja, todos os itens e serviços produzidos pelas mulheres no ambiente familiar e doméstico, se postos à troca ou venda fora do espaço privado, adquirem imediatamente valor econômico.

Para retomar as ideias de Marx, consideremos que, quando o autor afirma que o trabalho consiste na ‘transformação da natureza pelo homem’, esta compreensão reconhece como transformação o aspecto físico dos materiais e produtos, com a geração consequente de mercadorias e serviços concretos, assim como na natureza os elementos associados às matérias primas. Por outro lado, por que motivo a responsabilidade em manter saudáveis, alimentadas e orientadas gerações de famílias, atividade laboral prioritária das mulheres, não pode também ser reconhecida como uma atividade de ‘transformação’ da natureza, visto que prepara a própria força de trabalho para servir ao sistema, ou mesmo para enfrentá-lo? Trata-se do que a autora denomina “riqueza social que o capitalismo acumulou” (FEDERICI, 2021, p. 31).

Tanto o condicionamento histórico quanto o cultural permanecem essenciais para a compreensão da superestrutura responsável por uma série de generalizações que atrelam o trabalho

doméstico à condição feminina, seja por razões de natureza biológica ou social, assim como o invisibilizam ou menosprezam. Federici alerta (2021) para dois fatos:

- a. a reorganização nuclear da família como núcleo social, a partir do final da Revolução Industrial, em função dos interesses do próprio sistema capitalista, visto que este seria o arranjo mais útil à manutenção dos homens nas fábricas e atividades econômicas em geral;
- b. durante a Revolução Industrial, tanto o lugar das mulheres quanto das crianças envolvia também a esfera do trabalho e do mundo público, sob condições degradantes e desumanas, entretanto, não havia o reconhecimento “natural” de que ambas as populações não tivessem o direito ou não possuissem a capacidade de ocupar o mundo do trabalho.

A divisão das tarefas domésticas, familiares e reprodutivas, tais como a culinária e o cuidado com os filhos, eram nesse período compartilhadas por ambos os gêneros e de forma comunitária, quando não eram totalmente negligenciadas pela classe trabalhadora, tal o nível de exploração a que estava submetida. Federici refere-se a este contexto como um período de “colapso das habilidades domésticas” (2021, p.55).

[...] a criação da família da classe trabalhadora e da dona de casa proletária, em tempo integral, foi parte essencial da transição do mais-valor absoluto para o mais-valor relativo. Nesse meio tempo, o próprio trabalho doméstico passou por um processo de subsunção real, tornando-se, pela primeira vez, objeto de uma iniciativa estatal específica, que o vinculava mais fortemente às necessidades do mercado de trabalho e da disciplina capitalista do trabalho. (FEDERICI, 2021, p.62).

Ao examinar a obra de Marx, Silvia Federici alerta para a visão limitada da análise, na medida em que a percepção dá-se a partir da prioridade pelas atividades do homem operário a serviço do capital, enquanto a realidade das mulheres aparece frequentemente relegada a um papel desimportante. Nas palavras da autora, trata-se, aparentemente, de uma “ forma arcaica

de trabalho” (FEDERICI, 2021, p.60). “Não estamos à altura do papel produtivo que a esquerda atribuiu à classe trabalhadora”, resume Federici (2021, p. 39).

Delphy (2015) desenvolve uma exaustiva análise da invisibilidade e precarização do trabalho das mulheres com base no histórico sistema de opressão desenvolvido nas relações sociais, especialmente familiares, pelo gênero. Ressalta que, tanto na economia rural quanto urbana (e para isso apresenta uma série de situações práticas), o trabalho e o produto do trabalho das mulheres, quando exercidos pelos homens, tem maior chance de serem pagos, assim como, por outro lado, “quando as mulheres efetuam esses serviços fora de casa, eles são remunerados” (DELPHY, 2015, p.107). Alguns exemplos destas atividades são a culinária, a costura, ou até mesmo aulas particulares.

Afirmamos, ao contrário, que não é a natureza dos trabalhos efetuados pelas mulheres que explica suas relações de produção, longe disso, mas que são essas relações que explicam que seus trabalhos sejam excluídos do mundo do valor. São as mulheres que são excluídas do mercado (da troca) enquanto agentes econômicos e não sua produção. (DELPHY, 2015, p.102).

A análise desta autora (DELPHY, 2015), embasada em uma série de dados sobre a situação das mulheres francesas nos espaços rural e urbano do final do século XX, apresenta, simultaneamente, um contexto de ampliação do acesso feminino ao mundo do trabalho assalariado, e um dado alarmante: entre os anos 1970 e 1980, o número de horas empregadas pelas francesas em trabalho doméstico não remunerado para a criação de três filhos era equivalente ao identificado como realidade da média de trabalho das mulheres brasileiras na atualidade (THINK OLGA, 2019). Consiste, neste ponto, o debate, em torno também da acumulação de trabalho para as mulheres a partir do acesso aos salários, com a manutenção da exploração doméstica, quando não emprego do próprio salário nos serviços terceirizados antes exercidos pelas mesmas.

Significa dizer que, se antes da maquinaria estava ruim, depois dela ficou pior. A despeito de agora a mulher parecer mais independente, pois recebe um equivalente monetário direto pelo trabalho realizado no mercado, ela continua oprimida e sobrecarregada na medida em que a divisão do trabalho não foi revista e ela teve de arcar com essas atividades sem receber equivalente monetário para isso (SOUZA e AQUINO, 2017, p.7).

“Não ganhamos o direito de trabalhar, mas de sermos mais exploradas” (FEDERICI, 2021, p.5). Para a autora, reside aí o “ponto zero” da revolução: “tanto o reconhecimento de realidades vivas quanto um chamado para uma política de reversão na qual as mulheres desempenham um papel especial como principais sujeitos da reprodução de sua comunidade” (*ibidem*, 2019, p.14). Em outras palavras, e de forma sintética, a obra de Federici, centrada na necessidade de exigir um salário pelo trabalho doméstico não pago, reivindica uma nova divisão social do trabalho, que inclua responsabilidades comuns compartilhadas no ambiente privado e reconheça os trabalhos doméstico e reprodutivo como base indissociável de um sistema econômico de exploração pelo gênero.

Considerações conclusivas

Uma das mais importantes conclusões de Federici (2021) em sua reflexão é a ideia de que não apenas a remuneração pelo trabalho doméstico, mas o reconhecimento da necessidade de exercício de habilidades comuns a todos os gêneros, são a chave para a emancipação humana. Nesse sentido, sua defesa é para uma inflexão vigorosa nas discussões sobre vias revolucionárias para a humanidade, que considerem a igualdade de gênero e a superação do que seria a obsessão da teoria marxiana em torno da tecnologia como possibilidade de eliminação da dependência do capital.

O avanço nos movimentos estudantil, feminista e ambiental, bem como a crise do trabalho assalariado, forçaram os grupos marxistas a olhar além da fábrica, para a escola, o meio ambiente,

e, mais recentemente, a “reprodução social” como terrenos cruciais para a reprodução da mão de obra e para a luta da classe trabalhadora. (FEDERICI, 2021, p.127).

A trajetória desta autora, que inicia sua produção intelectual ainda na esteira da segunda e terceira ondas feministas, e consegue ampliar, neste século, o debate em torno do protagonismo e invisibilidade do trabalho exercido pelas mulheres, fortalece o necessário aprofundamento das discussões em torno das categorias propostas por Marx como um meio de viabilizar a superação de um sistema que, cotidianamente, e de forma mais flagrante no contexto da pandemia, mostra-se acelerador de desigualdades sociais e econômicas. Como também já disse Delphy (2015), “ao negar a existência desse sistema, nega-se a existência de relações de produção específicas a ele e se tira das interessadas a possibilidade de se rebelar contra essas relações de produção” (*ibidem*, p.115).

O crescimento dos movimentos feministas e do protagonismo das mulheres em diversos setores sociais nos últimos anos não apaga, como é possível verificar pelos dados de inúmeros relatórios a respeito da manutenção da carga doméstica feminina, o ainda reduzido espaço de liderança das mulheres, em áreas como a política e o mundo corporativo em geral, e a opressão estrutural como marca das mais diversas culturas. A defesa de Silvia Federici, portanto, já nasceu revolucionária e permanece incômoda para a sociedade do século XXI.

No plano intelectual, ousa comprar uma briga com um dos maiores ícones, se não o maior, do campo de esquerda na política internacional, o homem que instrumentalizou e organiza o pensamento de várias gerações em torno da luta de classes e da busca pela superação das desigualdades sociais, a partir da mudança do sistema econômico. Como demonstraram, entretanto, as alternativas políticas construídas ao longo do último século, a situação das mulheres não mudou. E o trabalho doméstico e reprodutivo, historicamente e culturalmente organizado como responsabilidade ‘natural’ das mulheres continua sendo a força silenciosa que organiza e prepara o mundo, na base da organização social das atuais e futuras gerações, assim como a instituição do casamento uma superestrutura que alimenta um

ciclo de servidão involuntária para inúmeras de nós. Trata-se, segundo a própria autora, “da manipulação mais disseminada e da violência mais sutil que o capitalismo já perpetuou contra qualquer setor da classe trabalhadora” (FEDERICI, 2019, p. 42). Lutar pelo salário para o trabalho doméstico, e reconhecê-lo como “elemento determinante na composição de valor da força de trabalho” (FEDERICI, 2021, p. 42), é, para esta autora, a única perspectiva revolucionária feminista.

Referências

DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.** [online]. 2015, n.17, pp.99-119. ISSN 0103- 3352. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151704>>.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução** – Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário** - Notas sobre Marx, gênero e feminismo. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021.

FOLBRE, Nancy. Holding hands at midnight: the paradox of caring labor. *Feminist Economics*, v. 1, n. 1, p. 73-92, 1995. _____. Measuring care: gender, empowerment, and the care economy. **Journal of Human Development**, v. 7, n. 2, p. 183-199, 2006.

HIRATA, Helena. Teorias e práticas do care: Estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos em debate. In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata (Org.). **Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres**. São Paulo: SOE, 2010.

KERGOAT, Danièle. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo. In: HIRATA, Helena *et al.* **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica à economia política. Livro I, vol. I; Coleção Os Economistas, São Paulo: Abril Cultural, 1985.

_____. **Teorias da mais-valia**. História Crítica do Pensamento Econômico. O Capital. Livro IV. Tradução de Reginaldo Sant'anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MARX, Karl. Contribuição à crítica da Economia Política. In: MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

PICCHIO, Antonella. Visibilidad analítica y política del trabajo de reproducción social. In: CARRASCO, Cristina (org.). **Mujeres y Economía**: nuevas perspectivas para viejos e nuevos problemas. Barcelona: Icaria, 1999.

SCHWEBEL, Dominique F. Trabalho doméstico. In: HIRATA, Helena *et al.* **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

SOUZA, L. R.; AQUINO, D. . Trabalho doméstico e reprodutivo e valor da força de trabalho em Marx. In: **IX Colóquio Internacional Marx Engels**, 2018, Campinas. Colóquio Internacional Marx Engels, 2018.

THINK OLGA. Economia do Cuidado. **Laboratório Think Olga de exercícios de futuro**. Disponível em: <<https://lab.thinkolga.com/economia-do-cuidado/>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

In: ISMÉRIO, Clarisse; PREVEDELLO, Carine (Orgs.). Nem tudo são rosas [recurso eletrônico]: refletindo os preconceitos, as lutas e conquistas femininas. São Paulo: Vecher, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.47585/nemtudosasorosas>>.

Revisitando os simbolismos e representações do feminino

*Clarisse Ismério*¹

doi.org/10.47585/nemtudosasorosas5

¹ Historiadora, Doutora em História de Brasil, Coordenadora Curso de História, Professora e Pesquisadora da Urcamp. <http://lattes.cnpq.br/4600253785089001>, e-mail: clarisseismerio@urcamp.edu.br

Introdução

Em 1993 iniciamos uma pesquisa sobre o achatamento cultural e profissional imposto às mulheres no Rio Grande do Sul Republicano², na qual observamos a construção e consolidação dos modelos de rainha do lar e anjo tutelar, que rotulou e cerceou potencialidades femininas, delegando um papel de coadjuvante em relação ao homem. Nesse processo, as relações de poder e submissão foram estabelecidas pela cultura patriarcal sob a perspectiva de modelos femininos presentes no imaginário social, tais como o de Eva, Maria, Lilith e da Papisa Joana.

No presente ensaio, revisitamos estes símbolos a partir das obras da artista plástica Marcela Meirelles, que se identificou como mulher e hoje vive na plenitude de seu gênero. A artista, natural de Bagé e formada em Comunicação Social pela Universidade Federal de Santa Maria/RS, iniciou sua carreira artística em 2016, aos 41 anos. Desde então realizou exposições individuais em Bagé, Porto Alegre e Rio de Janeiro, e também participou de mais de 10 exposições coletivas. Atua também como roteirista do coletivo gaúcho Entrada de Emergência. Marcela é autodidata, recorre a temas sociais com ênfase na inflexão feminista, com traços característicos e técnicas variadas, e cria personagens e histórias sobre cada obra. Segundo ela:

A mulher em minha arte representa as curvas que formam estruturas resistentes...é a poesia descrita nas mais belas palavras...o carinho, a empatia, a resiliência e a força...o leveza em ser humano e mesmo assim saber lutar e conquistar o seu espaço...é difícil colocar em palavras tudo o que o feminino representa em minha vida, pois essa essência me é tão preciosa que foi conquistada após muito conhecimento de quem eu sou...(Depoimento enviado dia 23/03/2021).

A artista se revela nas múltiplas representações femininas criadas, vindo em cada uma delas expressar seus sentimentos, angústias e esperanças. E ao visitar as obras apresentadas na exposição virtual do instagram @marcimeirelles, somos levadas a refletir sobre os simbolismos que permeiam o imaginário social sobre o feminino.

² Pesquisa desenvolvida no Mestrado em História, no Programa de Pós-Graduação em História, da PUCRS, que foi transformada no livro *Mulher: a Moral e o Imaginário 1889-1930*, lançado em 1995 pela Edipucrs e relançado em 2018 pela Ediurcamp.

Representações do feminino

Na exposição virtual de Marcela Meirelles, o que quadro que primeiramente nos chama a atenção é o de Eva a Rainha do Paraíso, que traz uma mulher com “um olhar perdido por uma face desconfigurada... Uma “dama” meio cadáver, meio gente... a primeira pecadora responsável pelos males do mundo... Uma mulher, nossa primeira voz condenada por uma eternidade” (MEIRELES, 2020). A representação pictórica mostra Eva amordaçada, evidenciando que na sociedade patriarcal as mulheres foram silenciadas e tornadas submissas.

Figura 1 - Eva a Rainha do Paraíso, Marcela Meirelles, 2020



Fonte: Instagram (@marcimeirelles).

Sabemos que a submissão da mulher estava prescrita no Antigo Testamento, livro de Gênesis, no qual narra a criação de Eva, que foi feita de uma costela de Adão, retirada quando ele dormia. Foi considerada a primeira mulher, a primeira esposa e a mãe da humanidade. Porém, ela também representa o lado sentimental e irracional do ser humano, por ter sido seduzida pelo demônio em forma de serpente para persuadir Adão a comer o fruto da árvore proibida, por isso tornou-se a grande responsável pela expulsão do paraíso. A desobediência foi punida por Deus com pena de ter dores ao conceber e ser eternamente submissa ao homem: “Disse também à mulher: Multiplicarei os sofrimentos de teu parto; darás à luz com dor teus filhos; teus desejos te impeliram para o teu marido e tu estarás sob o seu domínio” (Ge 3, 16).

A passagem bíblica fundamentou muitos teólogos e filósofos, que ao longo do tempo, afirmaram que o homem deve sustentar e governar a casa, porque age de maneira racional, sem nunca se deixar levar por emoções. O campo de atuação masculino era o espaço público, enquanto o da mulher, por ser frágil, emotiva e muitas vezes irracional, era o espaço privado do lar, onde deveria ficar sob a tutela do homem.

Eva tornou-se o arquétipo primordial da leviandade fruto da imperfeição de sua formação que se justificava que “por ter sido ela criada a partir de uma costela recurva, ou seja, uma costela do peito, cuja curvatura é por assim dizer, contrária à retidão do homem. E como, em virtude dessa falha, a mulher é um animal imperfeito, sempre decepçiona e mente” (KRAMER & SPRENGER, 1991, p. 116)

E, como todas mulheres descendem de Eva, foram consideradas seres altamente nocivos ao homem e à sociedade, pois todas eram movidas pela emoção e instinto sexual, que as tornava servas do demônio e em nome dele praticavam a magia negra. Eram as tão temidas bruxas, que para pagar seus pecados e servir de exemplos às outras mulheres eram condenadas à fogueira. Essa mentalidade da Igreja foi registrada no *Malleus Maleficarum*, pelos misóginos Kramer e Sprenger (1991), que se transformou na Bíblia dos inquisidores, por

ensinar técnicas de como reconhecer a bruxa e obter a confissão.

Na série Sagrado Sintético³, nos chama a atenção uma carpideira em específico (Figura 2), cuja representação nos lembra a grande *mater dolorosa* Maria, cuja representação máxima é expressada na obra *Pietà* de Michelangelo.

Figura 2 - Carpideira, Série Sagrado Sintético, Marcela Meirelles, 2019



Fonte: Instagram (@marcimeirelles).

A Virgem Maria, mãe de Jesus Cristo, simboliza uma mulher sem mácula que se dispôs a obedecer aos desígnios de Deus, sem nunca os questionar. Maria, segundo os evangelhos, foi escolhida por Deus para ser a mãe de seu filho Jesus Cristo, devido às qualidades que possuía. E, após a concepção,

³ A série Sagrado Sintético foi inspirada no Sarau Noturno, um evento cultural de educação patrimonial que realizamos desde 2008 no Cemitério da Santa Casa de Caridade de Bagé. E que tem como proposta a valorização da arte cemiterial. Marcela participou de uma das apresentações presenciais realizadas em 2019. Atualmente as apresentações são virtuais, via plataforma do YouTube. Para saber mais, acessar: <<https://www.youtube.com/channel/UC3j7erV6UWaV95Cy9BHZ5WA>> ou <<https://www.instagram.com/saraunoturno/>>.

permaneceu Virgem mantendo o seu caráter divino e sua história é descrita em quatro passagens dos evangelhos: em Jerusalém, onde encontra o filho entre doutores; em Canaã, quando obtém dele o primeiro milagre; durante a pregação de Jesus e por fim no Calvário ao pé da cruz, quando sua proteção foi confiada a São João. (BÍBLIA, 1980, p. 11 e 41)

A grande difusão do culto mariano ocorreu dos séculos XI ao XIII, que a tornou a grande senhora, “Única, sem exemplo, virgem e mãe Maria” (DALARUM, 1990, p. 4), vindo a redimir a mulher do pecado original. Era uma anti-Eva, cuja força da representação do modelo exerceu uma profunda influência no mundo medieval, que ia do ambiente particular para a esfera política. (LE GOFF, 2014, p. 391)

Com o passar dos anos o catolicismo mudou seu pensamento e preferiu ter na mulher uma aliada e não uma inimiga, e para tanto, a mulher deveria participar do culto e do sacramento do batismo cristão, para restaurar sua alma e “levantar a companheira do homem do abismo das trevas, do nada a que a materialista e bárbara antiguidade tinha atirado o anjo da família. [...] a regeneração da mulher foi o cristianismo que consumou”. (A ESTRELA DO SUL, 1864, p. 7)

A Igreja transformou a mulher numa guardiã da fé, desde que cumprisse as suas determinações quanto à conduta moral, baseada no modelo da Virgem Maria, simbolizando a pureza e devoção, em oposição a Eva.

Os atributos do símbolo de Maria contribuíram para a construção da Musa da Religião da

Humanidade Positivista, tanto na representação de trazer uma criança ao colo, como em seu significado: a mulher enquanto guardiã da moral era responsável pela concepção e educação das futuras gerações. E como destaca Auguste Comte esse modelo “figurada ou esculturada, nossa Deusa terá sempre por símbolo uma mulher de trinta anos, tendo seu filho nos braços. A preeminência do sexo afetivo caracterizará semelhante emblema, em que o sexo ativo deve colocar sob sua santa tutela”. (COMTE, 1988, p. 136)

Apesar de Comte criticar e muito se opor ao catolicismo, podemos afirmar nas questões referentes à moral, organização da família e modelo de conduta da mulher, sofreu grande influência da Igreja Católica, uma vez que esta era a maior divulgadora e mantenedora da mentalidade moralista e conservadora.

Assim, sua musa inspiradora, Clotilde de Vaux⁴ tornou-se a representação da mulher ideal, por que nunca a tocou, considerando-a pura, íntegra e com outras tantas qualidades que ele admirava, enquanto que Caroline Massin⁵, com quem realmente viveu, tornou-se a antítese da mulher perfeita. A primeira foi construída a partir do arquétipo de Maria, a Virgem e a segunda no de Eva, a Pecadora. E por meio do Catecismo Positivista, Comte⁶ ditou normas de conduta às mulheres, preconizando os modelos da rainha do lar e do anjo tutelar.

O tema das anjas guardiãs também está presente na série Sagrado Sintético (Figura 3), uma vez que são temas recorrentes nos túmulos dos cemitérios e trazem como atributos a caridade, consolação,

4 No dia 28 de agosto de 1845, Comte conheceu Clotilde de Vaux, na igreja de São Paulo, onde os dois seriam padrinhos do filho primogênito de Maximilien Marie, amigo de Comte e irmão de Clotilde. Comte logo se apaixonou por Clotilde. Clotilde estava com 30 anos e foi casada com Lepoquer de Vaux, que a abandonou muito cedo. Sendo tesoureiro, desviava dinheiro dos cofres públicos e de particulares e ao ser descoberto fugiu sem deixar vestígios. O filósofo revela sua paixão à amada, mas ela se mantém reservada, pois se achava mais digna de piedade do que de ternura. Apesar de decepcionado com a recusa de seu amor, Comte propôs uma relação fraternal. Quando Clotilde adoeceu, com problemas sérios nos brônquios e abdominais, Comte revelou que seu amor era casto e puro como ela desejava. Deu-lhe o amor divino espiritual. A enfermidade aumentou e ele, não podendo mais visita-la, escreveu-lhe diariamente, considerando-a sua filha. Em 5 de Abril de 1846, Clotilde faleceu. Numa tentativa de manter viva a imagem da mulher que tanto amou, Comte transformou-a em sua musa, criando a Religião da Humanidade. Nascia uma nova fase da doutrina positivista comteana (ISMÉRIO, 2018, p. 16-17).

5 Comte conheceu Caroline Massin, uma jovem dezenove anos, que se prostituía nas galerias de bois, no Palais Royal. Passaram a viver juntos, mas foi uma relação tumultuada, pois Caroline constantemente o abandonava. Comte aceitava esse tipo de relação por ter medo da solidão. Resolveu então casar-se com Caroline, apesar da reprovação dos seus pais. O Casamento também ocorreu devido ao incidente com a polícia. Caroline, Comte e alguns amigos foram abordados por um oficial que pretendia deter a mulher por 15 dias na prisão de São Lázaro, por ela não haver comparecido à inspeção sanitária rotineira para as prostitutas fichadas na polícia. Numa tentativa de evitar problemas e constrangimentos futuros, Comte casou-se com Caroline em fevereiro de 1825, e convidou para padrinhos dois agentes da polícia francesa, amigos do casal, que se encarregaram de eliminar o nome dela dos registros das prostitutas parisienses. Em 1844 Comte separou-se definitivamente de Caroline, sem se divorciar porque ele era contra o divórcio. E manteve o pagamento de pensão que vigorou o mesmo nos períodos em que se encontrava em dificuldades financeiras (ISMÉRIO, 2018, p. 16).

6 A vida emocionalmente atribulada de Comte serviu de base para edificar a idealização da mulher no Positivismo. Na construção de seus modelos de conduta buscou arquétipos herdados de uma cultura que preconizava a mulher dedicada ao marido, aos filhos e a casa. Foi também fortemente influenciado pelo pensamento clássico pelos ditames da Revolução Francesa e por Jean Jacques Rousseau.

anunciação e o juízo final. Os anjos eram figuras comuns nas sepulturas de crianças, cuja inocência lhes legitimava o título “anjos do céu”. No século XIX, passou a ter duas representações sucessivamente, inicialmente como um jovem adolescente que representava o anjo da morte e, logo após a forma mais frequente, tornou-se uma figura feminina de formas opulentas (VOVELLE, 1997, p. 330-331). Nos cemitérios brasileiros as figuras femininas são predominantes devido a influência da doutrina positivista que transformou a mulher na anja guardiã da moral familiar.

Figura 3 - Anja guardiã I e Anja guardiã II⁷, Série Sagrado Sintético, Marcela Meirelles, 2019



Fonte: Instagram (@marcimeirelles).

Observamos que a imagem e os atributos dos anjos sofreram alterações com o passar do tempo, sendo que tais elementos acrescidos são fruto do imaginário do popular de cada período. Tradicionalmente os anjos são os intermediários entre Deus e mundo, tendo o papel de executar as ordens do senhor, transmitindo os sinais do sagrado, as advertências e punições.

⁷ Anja guardiã II pertence à coleção da autora deste artigo.

⁸ Área que abrange o golfo Pérsico, o vale do rio Nilo e os territórios da Palestina e Mesopotâmia. O mito de Lilith foi presente na mitologia dos sumérios, babilônios, assírios, cananeus, persas e hebreus.

A apresentação dos arcanjos na sagrada escritura, e posteriormente nos escritos da Contra Reforma era a bélica, ou seja, todos possuíam armadura para lutar contra os inimigos da fé, evidenciando pensamento tridentino que propunha o ideal da guerra santa, que por meio da catequização levava a cristandade aos povos pagãos. A imagem do anjo guerreiro muda com o passar do tempo, tornando-se protetor e intermediário dos homens perante Deus. Isso se dá devido à mudança do pensamento cristão, que deixa de lado a postura guerreira para ocupar-se da condução do rebanho. O arquétipo continua sendo o mesmo, embora a alteração no símbolo ocorra para acompanhar o discurso do período. O mesmo vai ocorrer com o símbolo ao construir o modelo de anjo feminino, por ser a mulher a consoladora, orientadora e guardiã da família.

Na série Extraordinários nos chama muito a atenção a tela Rainhas da Luxúria (Figura 4), por sua estética forte nos fizeram lembrar de Lilith, cuja definição da artista nos confirma:

Os homens decidiram me fazer pecado. Ser a figura de toda sua fúria, seu medo e sua perdição. Me nomearam o símbolo de seus pecados. Me deram a culpa como peso a carregar eternamente. E assim, me fizeram prisioneira de seus desejos. Como lei o silêncio das damas vestidas em um branco melancólico. Como conselho, a cegueira na multidão. Esqueceram porém um pequeno detalhe. Não sou seus prazeres. Não fui feita apenas carne em um lençol vermelho de cetim a meia luz. Vocês que me fizeram seu próprio veneno. (MEIRELLES, 21 de junho de 2020).

As origens de Lilith encontram-se nos mitos primordiais de várias sociedades da antiguidade oriental que habitam o crescente fértil⁸, nos quais “aparece nitidamente, em todos eles, como uma força contrária, um fator de equilíbrio, um peso contraposto à bondade e masculinidade de Deus, porém de igual grandeza” (KOLTUV, 2017, p. 17).



Figura 4 - Rainhas da Luxúria⁹, Série Extraordinários, Marcela Meirelles, 2020
Fonte: Instagram (@marcimeirelles).

Ela é descrita no como a primeira mulher de Adão, também foi criada do barro. E uma vez que feita do mesmo elemento primal, lutou com Adão pelo direito de igualdade e poder.

Somos todos iguais, dizia a Adão, já que viemos da terra. A esse respeito discutiram os dois, e Lilith, encolerizada, pronunciou o nome de Deus e fugiu para começar sua carreira demoníaca. [...] é o fauno fêmea noturno que tentará seduzir Adão e engendrar as criaturas fantasmagóricas do deserto, a ninfa vampiro da curiosidade, que a seu bel-prazer arranca ou recoloca os olhos, e que dá aos filhos

do homem o leite venenoso dos sonhos. (CHEVALIER & GHEERBRANT, 1994, p. 548).

Lilith, representava a Lua Negra, o demônio feminino de longos cabelos que habitava a escuridão, que perturbava os lares, odiava os casais e devorava os recém nascidos. Personificava uma das formas do demônio da luxúria, por tentar os homens e mulheres para o prazer sexual, além de fomentar amores ilegítimos e incestuosos. Entretanto,

Lilith é um aspecto instintivo e terreno do feminino, a personificação vivificante dos desejos sexuais de Adão. As mulheres também vivenciam sua sexualidade Lilith como vivificante, estimulante e natural. Esse é o tipo de sexualidade que elas sentem alguns dias antes da menstruação, quando os hormônios femininos cessaram seu refluxo e os hormônios masculino encontram-se no auge de sua intensidade. É um estado de ser pulsante, vibrante, primitivo e indescritível. (KOLTUV, 2017, p. 25-26).

É também a árvore seca, sem frutos e suas características são as mesmas das lâminas, figuras trágicas da mitologia grega. Na Grécia, Lilith correspondia à deusa Hécate. No imaginário popular ela personificava o poder sedutor feminino, a mulher dominadora e devoradora de homens a quem todos temiam. Atualmente, para muitas de nós, Lilith é um símbolo representativo do início da luta pelos direitos femininos, por sua independência e ousadia ao desafiar a ordem masculina no início dos tempos.

A lendária Papisa Joana, que representa a busca pela educação e intelectualidade, também está presente nas obras de Marcela, que nos encanta com seus olhos tristes reflexivos (Figura 5). E conforme Le Goff:

[...] essa mulher de ficção, deve ter seu lugar entre os retratos das damas ilustres e reais da Idade Média, pois sua história foi dita como autêntica de meados do século XII até o século XVI. Só gradualmente e nos meios eruditos que se contestou sua realidade, mas a hipótese de uma mulher sobre o trono pontifical alimentou os imaginários até os nossos dias. (LE GOFF, 2018, p. 388).

⁹ As Rainhas da Luxúria pertencem à coleção de João Monteiro.

Figura 5 - Papisa Joana, Série carvão, Marcela Meirelles, 2020¹⁰

Fonte: Instagram (@marcimeirelles).

Para os pesquisadores Rosemary e Darroll Pardoe, a Papisa Joana, foi um mito registrado primeiramente por Anastasius, o bibliotecário autor de uma coleção de bibliografias papais de nome *Liber Pontificalis*. Anastasius viveu no século IX, era um homem culto e ambicioso, que participou plenamente das intrigas políticas que envolveram o papado em seu tempo. Martino Polonus, no século XII, teria sido o segundo a narrar sobre o reinado de Joana. (PARDOE e PARDOE, 1990, p.13-21). O mito influenciou muitos literatos e teatrólogos, e sua imagem aparece nas cartas de Tarô, no baralho Visconti-Sforza do século XV, como a Suma Sacerdotisa.

¹⁰ Coleção da autora deste artigo.

¹¹ Tema desenvolvido no capítulo Vidas educadoras: fragmentos da história das mulheres no Rio Grande do Sul, também publicado na presente coletânea.

A Idade Média foi um período marcado pela sociedade patriarcal e misoginia eclesiástica, no qual se afirmava com veemência que “a uma mulher não se deve ensinar a ler e nem escrever escrever”. (MACEDO, 2002, p. 85) Porém as algumas mulheres de famílias nobres que se dedicaram a vida monástica em comunidades religiosas, nos séculos XII e XIII, se permitiram “exercer um papel protagonista dentro da sociedade feudal”. Essas mulheres “souberam aproveitar o momento histórico e construíram seus paraísos particulares. Mas não se tratava de isolar-se do mundo, com o objetivo de evadir a tutela masculina. Tratava-se de viver no mundo, exercendo o poder que estava reservado aos homens”. (NASCIMENTO, 1997, p. 87 e 90) E esse privilégio não se estendia às camponesas.

A busca por uma educação digna, que permitisse a qualificação intelectual e profissional feminina, foi permanente ao longo da história. E temos que lembrar que no Brasil as mulheres tiveram acesso à educação a partir da legislação de 1827, que as limitava a aprender a ler, escrever, as quatro operações matemáticas e as prendas domésticas. Esse quadro mudou com a criação das Escolas Normais em 1879, que as permitiu a atuar no magistério e exercer sua intelectualidade na luta pelos direitos das mulheres¹¹.

Considerações conclusivas

Revisitar as representações femininas que povoam o imaginário a partir da arte de Marcela Meirelles foi um momento de contemplação e resignificação. Contemplação ao observar a beleza plástica, a expressão e os múltiplos significados dos traços da artista. E a resignificação ocorreu para repensarmos o significado das representações de Eva, Maria, Lilith e Joana, símbolos tão presentes nos nossos dias, que muitas vezes tem seu real significado diluído ou descontextualizado em meio a tantas informações da atualidade.

Entender o significado cultural e social desses símbolos nos permite um maior autoconhecimento e, certamente, nos dá forças para continuar rompendo os rótulos, cativeiros e grilhões impostos pelo patriarcado.

Nesse momento, aproveitamos para agradecer a Marcela Meirelles por nos permitir adentrar em seu universo de representações femininas e por presentear essa coletânea com sua arte¹².

Referências

A MULHER REGENERADA. In. **A Estrela do Sul**, 2 de outubro de 1864, p. 7.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. A experiência vivida. 2ª edição, São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967. Disponível em: <<http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Beauvoir,%20Simone%20de/O%20Segundo%20Sexo%20-%20II.pdf>>. Acesso em : 11 out. 2019.

CASTRO, A. R. Gomes. **A mulher**. Rio de Janeiro, Igreja do Apostolado Positivista no Brasil, 1921.

CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de Símbolos**. 8a ed, Rio de Janeiro, José Oympio, 1994, p. 548.

DALARUM, Jacques. Olhares Clérigos. DUBY, George e PERROT, Michelle. **História das Mulheres**. A Idade Média. vol. 2, Porto: Afrontamentos, 1990.

ISMÉRIO, Clarisse. **Mulher**: A Moral e o Imaginário 1889-1930. Bagé: Ediurcamp, 2018.

¹² Marcela Meirelles também assina a belíssima capa da coletânea.

JUNG, C. G. **Símbolos da Transformação**. Petrópolis: Vozes, 1989.

KOLTUV, Barbara Black. **O livro de Lilith**: o Resgate do Lado Sombrio do Feminino Universal. São Paulo: Cultrix, 2017.

KRAMER, Heinrich e SPRENGER, James. **Malleus Maleficarum**. O Martelo das feiticeiras, 6a edição, Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1991.

LE GOFF, Jacques. **Homens e Mulheres da Idade Média**. 3a. edição, São paulo: Estação Liberdade, 2018.

MACEDO, José Rivair. **A Mulher na Idade Média**. São Paulo: Contexto, 2002.

NASCIMENTO, Maria Filomena Dias. Ser Mulher na Idade Média. **Textos de História**, Brasília, v. 5, p. 82-91, 1997. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/5807/4813>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

PARDOE, Rosemary e PARDOE, Darrol. **A Papisa Joana**. O Mistério da Mulher Papa. São Paulo: IBRASA, 1990.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e Mentalidades**. 2a ed., São Paulo: Brasiliense, 1991.

In: ISMÉRIO, Clarisse; PREVEDELLO, Carine (Orgs.). *Nem tudo são rosas* [recurso eletrônico]: refletindo os preconceitos, as lutas e conquistas femininas. São Paulo: Vecher, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.47585/nemtudosasorosas>>.

Vidas educadoras: fragmentos da história das mulheres no Rio Grande do Sul

*Clarisse Ismério*¹

doi.org/10.47585/nemtudosasorosas6

¹ Historiadora, Doutora em História de Brasil, Coordenadora Curso de História, Professora e Pesquisadora da Urcamp. <http://lattes.cnpq.br/4600253785089001>, e-mail: clarisseismerio@urcamp.edu.br

Introdução

A educação feminina sofreu um grande retrocesso no período da República Velha Rio Grandense (1889-1930), pois a Doutrina Positivista reforçou a mentalidade conservadora que limitava a mulher no espaço privado e a formava para exercer as funções de esposa, mãe e educadora dos filhos. A mulher deveria ser a rainha do lar, a guardiã da moral e o anjo tutelar de sua família, sendo

[...] cuidadosamente preservada do trabalho exterior, a fim de poder preencher dignamente sua santa missão. Voluntariamente encerrada no santuário doméstico, a mulher aí promove livremente o aperfeiçoamento moral de seu esposo e de seus filhos, cujas justas homenagens ela aí dignamente recebe. (COMTE, 1988).

A mentalidade era bastante assimilada e difundida, uma vez que consideravam que a tarefa de ensinar era a grande missão da mulher, por ser o sexo afetivo, detentor da paciência cuja “missão é preparar a criança para a vida, se estivermos habilitadas a educar uma criança seremos moral e intelectualmente perfeitas e teremos cumprido o nosso destino” (ALMEIDA, 1917, p. 1).

Porém, existiram aquelas que usaram o ofício da educação para difundir seus ideais, questionar os valores tradicionais e alcançar destaque atuando como escritoras e jornalistas.

Michelle Perrot salienta que “escrever, para as mulheres, não foi coisa fácil. Sua escritura ficava restrita ao domínio privado, à correspondência ou à contabilidade”, mas também evidencia, que no final do século XIX, elas “escrevem nos jornais, nas revistas femininas. Publicam obras

de educação, tratados de boas maneiras, biografias de mulheres ilustres, gênero histórico muito em voga e romances” (PERROT, 2019, p. 97). Dessa forma algumas mulheres conseguem sair do anonimato da história tradicional ao construírem suas próprias evidências.

Hilda Flores nos lembra que em decorrência do desequilíbrio social causado pelas lutas do período da Revolução Farroupilha (1835-1845), oportunizou a emancipação e produção intelectual feminina, uma vez que foi “uma escola sem precedentes, um ensaio não planejado que a apanhou de surpresa e acabou por divisar-lhe horizontes para o caminho da independência e auto realização, difícil e penosa, e ainda não culminando nos nossos dias”. (FLORES, 1989, p. 19) E destaca nomes como Maria Clemência da Silveira Sampaio², Maria Josefa Barreto Pereira Pinto³ e Ana Eurídice Eufrosina da Fonseca de Barandas⁴ como representantes de um seletor grupo de intelectuais que se destacaram em âmbito nacional numa época em que grande parte da população brasileira era composta por analfabetos.

Assim quando refletirmos sobre a atuação feminina no Rio Grande do Sul Republicano, nos anos de atuação da mentalidade positivista, temos que considerar que embora a sociedade cercar-se o potencial feminino delimitando papéis e modelos, as mulheres se reinventaram ao longo de suas trajetórias de professoras e deram voz às suas aspirações e ideais que ecoaram em páginas de periódicos locais. Logo se faz necessário conhecer a algumas dessas trajetórias sob a perspectiva dos estudos feministas que:

Propicia uma atividade de escrutínio crítico, no sentido de desvendar, no cotidiano das sociedades contemporâneas, as possibilidades de áreas de resistência, de improvisação, de papéis sociais alternativos, complementares, nuançados, a descobrir outros focos de estudo, de modo a desvendar possibilidades futuras de eventuais mudanças na representação estereotipadas relações de gênero. (DIAS, 1994, p. 379).

2 A pioneira foi Maria Clemência da Silveira Sampaio, natural de Rio Grande, que escreveu Versos Heróicos, em 1823, homenageando a proclamação da independência do Brasil e que colocaram em destaque entre os chamados “poetas da independência”. Os versos deixam transparecer, segundo Hilda Flores, o caráter social e a tentativa de engajar a Província Sulina no todo do território nacional (FLORES, 1989, p. 69).

3 Outra que podemos destacar é Maria Josefa Barreto Pereira Pinto, escritora, professora e jornalista da década de 1830. Com a morte de seu marido criou uma escola mista na rua Santa Catarina (Dr. Flores), num período em que o normal era ter escolas para meninos. Foi a primeira mulher a fazer jornalismo tendo o seu próprio jornal Belona irada contra os secretários de Momo, que circulou durante a Revolução Farroupilha, pois era engajada na política nacional.(FLORES, 1989, p. 69).

4 Autora de O Ramalhete, crônicas, versos e poesias que analisam os efeitos da guerra na sociedade rio-grandense (FLORES, 1989, p. 89).

Reinventar-se e romper com os padrões tem sido o *modus operandi* das mulheres ao longo do tempo, cujas ações e posturas transformaram seus destinos e a sociedade onde atuaram: “As mulheres entram no espaço público e nos espaços do saber transformando inevitavelmente estes campos, recolocando as questões, questionando, colocando novas questões, transformando radicalmente” (RAGO, 2012, p. 36).

Nossa proposta foi analisar os conteúdos discursivos presentes na produção literária e jornalística das educadoras, envolvidas na trama histórica do período, que atuaram como agentes transformadores da sociedade, buscando “perceber na “outra” pesquisada uma cúmplice da descoberta de nós mesmas. [...] A pesquisa feminista identifica propositalmente a relação sujeito-sujeito como sendo o elo diferencial das demais posturas neutralizantes na pesquisa (EGGERT apud. CASTRO, 2014, p. 6)

Dessa forma, o capítulo reflete sobre algumas mulheres que atuaram como educadoras e influenciadoras de uma geração, cujos ensinamentos eram passados por intermédio de sua produção literária e jornalística.

Mestres da vida

A educação feminina esteve estreitamente ligada à relação de dominação do sexo masculino, variando conforme o modo de produção vigente, simbolismos e as representações sociais de cada período, que tornou a mulher coadjuvante da trama histórica, porque deveria se resguardar no espaço privado, cuidar do lar e da educação dos filhos. Com a legislação de 1827, foram criadas as escolas elementares femininas, onde lhes era ensinado ler, escrever, “os princípios de moral cristã e da doutrina da religião catholica e apostolica romana, [...] arithmetica só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica” (Art 12º Lei de 15 de outubro de 1827).

As jovens deveriam aprender aquilo que era destinado ao seu belo sexo e o “sistema escolar brasileiro exprimia o consenso social sobre o papel da mulher. Ensinava-lhe só o que fosse necessário para viver em sociedade”(HAHNER, 2003, p.73).

No Rio Grande do Sul republicano essa mentalidade se fez presente do discurso conservador Positivista e nas normativas da tradição judaico-cristã preconizada pela Igreja Católica. Aparentemente tais instituições opunham-se frontalmente, uma vez que o primeiro possuía suas bases no discurso científico enquanto que a Igreja, em fundamentações teológicas, mas nas questões relacionadas à família, casamento, educação e moral, ambos tinham discursos muito semelhantes.

A mulher era considerada uma educadora por natureza, com isso poderia exercer a profissão de professora, orientando os alunos como se fossem seus próprios filhos. A professora trabalhava em escolas, casas particulares ou em suas próprias casas. Algumas mulheres desistiram de ser rainha do lar e de constituir família para se dedicar unicamente ao magistério. A mulher que optasse por ficar solteira era, muitas vezes, estereotipada pela sociedade, porque estaria deixando de cumprir sua função de progenitora, perdendo sua pureza espiritual, ficando desprotegida e exposta aos males da vida. Isso acontecia porque o lugar da mulher era dentro do lar cuidando de seus entes ou afazeres. Se ficasse solteira estaria fora dos padrões pré-estabelecidos, mas se decidisse dedicar-se unicamente ao magistério, ensinando as crianças como se fossem seus próprios filhos (ISMÉRIO, 2018).

O magistério deu destaque às mulheres nesse período, pois era o único campo em que poderiam trabalhar e exercer sua intelectualidade, como registrada por João Abbott que “na luta pela vida, sendo lhes restrito o campo de ação, buscam no magistério um lugar que não podem obter em outra profissão” (ABBOTT, 1894).

A primeira grande educadora que destacamos por romper com esse sistema é Luciana de Abreu (1847-1880), uma mulher de constituição aparentemente frágil que foi enjeitada ao nascer na

roda dos expostos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre⁵, mas que se tornou gigante por meio da sua intelectualidade e liderança (Figura 1).

Figura 1 - Luciana de Abreu



Fonte: Grupo de Pesquisa Associação dos Amigos do Museu de Arte do Rio Grande do Sul (AAMARGS).

Ela foi adotada pelo guarda-livros Gaspar Ferreira Viana e esposa, que dentro de suas modestas condições familiares investiram na sua educação. Desde muito jovem Luciana se dedicou intensamente aos estudos e foi a primeira aluna a se inscrever na Escola Normal da Província em 1869⁶, na qual obteve o título de professora em 1872. Nesse período ela já era casada com João José Gomes de Abreu e mãe de Maria Pia, mas essa condição não foi impedimento para investir na sua profissão. Em 1873, ingressou no magistério público e em seguida criou a própria escola que possuía uma grande procura⁷ (MOTTA, 1987, p. 74 e FLORES, 1999, p.15). Luciana era uma mulher ímpar que conseguiu notoriedade através da educação e ao liderar a luta feminina numa sociedade pautada pelo conservadorismo patriarcal. Para Maria Josepha Pisacco Motta ela:

Desenvolveu suas capacidade intelectual até atingir a culminância que poucas mulheres de sua época conseguiram alcançar mesmo em centros mais adiantados, com maiores recursos e estímulos ao seu alcance do que certamente poderia oferecer aquela provinciana e preconceituosa Porto Alegre de então. [...] Coerente com seu posicionamento de igualdade de oportunidade de ambos os sexos, soube trabalhar, vencer as dificuldades, enfrentar homens e mulheres de sua época, defender com raciocínio lúcido o seu ponto de vista, elevando-se a porta voz das reivindicações da mulher (MOTTA, 1987, p.75).

5 Ao longo da História sempre existiu um grande número de crianças abandonadas e muitas vezes eram deixadas em instituições de caridade. Numa tentativa de amenizar este problema foi criado em 1811 na França o modelo de assistência da Roda dos Expostos. Era uma forma de asilo feito para abrigar as crianças abandonadas, muitas delas fruto de relacionamentos fortuitos. Tal nome era dado devido ao mecanismo giratório encravado em uma das janelas da Santa Casa. A criança era depositada do lado de fora pela mãe, e era recolhida pelo lado interno ao girar o mecanismo. Em Portugal, os estabelecimentos que acolhiam crianças abandonadas funcionavam junto às Santas Casas de Misericórdia e recebiam a designação de Casas dos Expostos. Os meninos e meninas acolhidos eram enviados a amas-de-leite e aias até os mesmos completarem a idade de sete anos. No Brasil no decorrer do período colonial e imperial, foram criadas várias Casas dos Expostos junto às Santas Casas. Segundo o seu regulamento eram destinadas a recolher crianças abandonadas por mulheres brancas, pardas ou negras, sem condição definida e sem famílias que as protegessem. As instituições funcionavam de acordo com os regimentos lusitanos, recebendo e mantendo meninos e meninas até completarem sete anos. No século XVIII, em algumas dessas instituições, ocorria o envio de meninos para trabalharem nos arsenais ou em navios mercantes. Porém não recebiam nenhum tipo de treinamento específico. (VENÂNCIO, 1999, p. 196) Na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre a Roda dos Expostos foi instituída pela Lei Provincial N.º 9, de 22 de novembro de 1837, quando o governo delegou a irmandade a responsabilidade de acolher, curar, criar e prover o sustento e a educação dos menores abandonados. Em junho de 1842 foi organizado o regimento da Roda dos Expostos da Santa Casa. (WEBER, 199, p. 158).

6 A Escola Normal da Província de São Pedro, criada em 5 de março de 1869 em Porto Alegre, era voltada para formar professoras para atuar nos anos iniciais, uma vez que essa atividade era vista pela sociedade como uma continuação do papel da mãe. A escola foi responsável pela formação de uma parte significativa das mulheres rio-grandenses que se tornaram grandes líderes. (LOURO, 1986, p. 28 e 29)

7 Cabe destacar que Andradina de Oliveira, que também destacamos neste capítulo, estudou na escola e foi aluna de Luciana de Abreu.

Ao ingressar na Sociedade do Partenon Literário⁸, em sua primeira palestra “A Educação das Mães de Família”, proferida no 6o salão literário do Partenon, deixou clara a sua luta pela igualdade entre os sexos, a partir da educação e direito ao voto.

Minhas senhoras, nós temos sido vítimas dos prejuízos das preocupações do século, nós temos sido olhadas como seres à parte na grande obra de regeneração social, quando, sem nós, impossível seria à humanidade aperfeiçoar-se e progredir. [...] Nós temos sido caluniadas, dizendo-se que somos incapazes dos grandes acontecimentos, que somos de inteligência fraca, de perspicácia mesquinha, e que não devemos passar de seres caseiros, de meros instrumentos do prazer e das conveniências do homem, quando o nosso ensino tem preparado os mais perfeitos heróis da humanidade; e quando, à testa das nações, quer na cadeira, quer na oficina modesta do operário, temos dado exemplos de assombrar os povos e os séculos! [...] O que convém pedir, o que venho aqui em vosso nome altamente reclamar, é, de parceria com a educação, a instrução superior comum a ambos os sexos; é a liberdade de esclarecer-se, de exercer as profissões a que as nossas aptidões nos levarem. Deem-nos educação e instrução: nós faremos o mais. (ABREU, 1873, p. 536-538).

A grande educadora rio-pardense Anna Aurora do Amaral Lisboa (1860-1951), ficou conhecida por sua atuação profissional e política contra Júlio de Castilhos, governador do Rio Grande do Sul de 1893 a 1898. Ana Aurora formou-se na Escola Normal em Porto Alegre em 1881, foi professora do Estado e, quando saiu do ensino público devido às divergências políticas, fundou com as irmãs, em sua cidade natal, o Colégio Amaral Lisboa. Escreveu poesias, artigos para jornais e peças de teatro, como: A culpa dos pais, Festinhas e Teatro (FLORES, 1994).

⁸ A Sociedade Partenon Literário foi fundada em 18 de junho de 1868, em pleno desenrolar da guerra do Paraguai, e finalizou suas atividades em 1886, no qual se reuniam jornalistas, cronistas, poetas, romancistas e advogados. No Partenon Literário realizavam-se conferências, publicava a revista com artigos dos sócios, criou escola gratuita para livres e escravos e, em 1880, iniciou a campanha abolicionista. (FLORES, 1987, p. 66).

⁹ Júlio de Castilhos (1860-1903) foi presidente da província do Rio Grande do Sul na primeira fase do período republicano. Foi grande seguidor das teorias de Auguste Comte e seu governo ficou conhecido como Ditadura Científica Positivista, por seu caráter autoritário e conservador.

Figura 2 - A Grande Educadora, Ana Aurora do Amaral Lisboa



Fonte: <<https://nucleopiratininga.org.br/em-22-de-marco-de-1952-falece-ana-aurora-do-amaral-lisboa/>>.

Ana Aurora ficou conhecida pela oposição política ferrenha a Júlio de Castilhos⁹ e seus seguidores, decorrente do episódio da Revolução Federalista, na qual seus irmãos foram presos pelos republicanos. Em seus escritos ela destacava a importância da atuação da mulher na política, que para tanto deveria ter uma instrução digna.

[...] sustento quem a mulher que tem instrução e patriotismo, tem, não o direito, mas o dever de fazê-lo, mormente quando essa mulher escolheu a missão de educadora da mocidade, para essa então esse dever é imprescindível. [...] defendo o direito e sustento o dever que tem a mulher instruída, principalmente a preceptora, de tomar o mais vivo interesse pelos acontecimentos contemporâneos, como tem de estudar os acontecimentos passados da História Pátria. (LISBOA, 1895, p. 8).

Ana Aurora perdeu o pai em 1884 e desde então passou a ajudar no sustento de casa, que veio assumir por inteiro, em 1891, quando sua mãe faleceu. E junto com as irmãs fundou o Colégio Amaral Lisboa na cidade de Rio Pardo. Encontramos artigos da professora Anna Aurora publicados nos jornais e almanaques da época, sendo que especificamente no intitulado “Educação da Mulher”, requer que a sociedade aceite a e uma profissão para a mulher para que não precisasse depender do sustento do homem.

Daí, pois, a vossa filha uma instrução sólida, habilitá-las, prepará-las convenientemente para que elas possam, em caso de necessidade, encarar com ânimo resolutivo as vicissitudes da vida, contando com suas próprias forças e dispensando o amparo e proteção. (LISBOA, 1899, p. 108-109).

Como já foi destacado, a normatização imposta pelos positivistas era contrária ao trabalho feminino, que defendiam que a mulher deveria limitar-se ao espaço privado do lar, exercendo seus deveres de esposa e mãe, para manter a ordem natural estabelecida. Ana Aurora clama pela capacitação feminina, mas deixa claro em seu artigo que não pretende com isso a igualdade entre os sexos e muito menos, exige os mesmos direitos civis e políticos, uma vez que foi vítima do preconceito social¹⁰, sabia que não poderia mudar de uma hora para outra uma mentalidade conservadora.

Não reclamamos para o sexo a que pertencemos nenhum dos direitos civis e políticos que até aqui tem sido privilégio de outro sexo; não procuramos reivindicar a pertença igualdade de aptidões intelectuais entre o homem e a mulher. Achamos, pelo contrário, que ela fica perfeitamente bem no plano secundário em que a colocaram com os preconceitos sociais. (LISBOA, 1899, p. 108).

Devido a pressão política que sofreu dos republicanos a educadora aceitou, de certa forma, a posição secundária imposta ao seu sexo; preferiu mudar a tática do seu discurso do que calar-se. Contudo, em 1932, passou a compor o grupo de mulheres que participavam do movimento católico nacionalista em favor do ensino religioso, contra o divórcio e a favor dos direitos da Igreja Católica no Brasil.

As irmãs Revocata Heloísa de Mello (1858-1945) e Julieta de Melo Monteiro (1855-1828), de Rio Grande, que criaram O Corymbo, primeiro jornal feminista do Rio Grande do Sul, que circulou de 1883 a 1943, era um periódico literário que defendia os direitos sociais das mulheres (imagem 3). Elas eram filhas do negociante João Correa de Melo e da poetisa Revocata Figueiroa de Melo, sobrinhas da também poetisa Amália Monteiro e netas do jornalista português, que atuou no período Farroupilha, Manoel dos Passos Figueiroa. (FLORES,1999, p. 335).

Figura 3 - Revocata Heloísa de Mello e Julieta de Melo Monteiro



Fonte: acervo Biblioteca Rio-Grandense (BONILHA, 2010, p. 63 e 65).

10 Ana Aurora recebeu uma carta anônima que atentava contra sua moral e a acusavam de ser partidária do líder federalista Gumercindo Saraiva. A carta estava repleta de acusações que expressam a mentalidade conservadora, tanto na crítica do seu envolvimento com a política, como na de salientar a desproteção da mulher que não tem pai ou marido para protegê-la. Ao descobrir que a carta foi de autoria do Major Antero Adolfo da Fontoura, no dia 24 de maio de 1884, Ana foi à casa comercial do caluniador e o desafiou com um revólver. A professora sofreu um processo por este ato, mas não foi penalizada porque contou a versão do ocorrido nas páginas do jornal O Patriota. A publicação foi feita com o objetivo de sensibilizar a opinião pública. (ISMÉRIO, 2018, p. 74).

As irmãs Mello, como eram conhecidas, também atuaram como professoras, contistas, poetisas e teatrólogas, além de colaborar com variados jornais literários da época, como

de Porto Alegre, O Lábaro (1880-1881) e O Contemporâneo (1886-1888), editados por Azevedo Júnior e Revista Literária (1881), de Paulinho de Azurenha e Aurélio Veríssimo de Bittencourt. Como colaboradores dos mesmos periódicos literários, constam outros(as) escritores(as) que também publicaram no Corimbo, como Múcio Teixeira, Damasceno Vieira, Luiz Guimarães Júnior e Anna Aurora do Amaral Lisboa (Ferreira, 1975). Estavam incluídas como colaboradoras do periódico Progresso Literário, de Pelotas e no jornal La Pátria Ilustrada, de Buenos Aires, este da propriedade de J. Guel Freire. (VIEIRA, 1997, p. 65).

Conforme Miriam Vieira (1997, p. 95), em 1890 fundaram em Rio Grande uma “escola particular em regime interno e externo” e o exercício da docência propiciou o contato com outras professoras como Ana Aurora do Amaral Lisboa e Helena Small. A autora também salienta que o Corymbo “possivelmente favoreceu a inserção das escritoras na literatura, na medida em que, além de legitimar esta atividade literária, também atuou como elemento favorável no contato com escritores e pessoas do “mundo literário”. (VIEIRA, 1997, p. 94)

O Corymbo era mantido por uma rede de apoio mútuo de escritoras voltadas para o reconhecimento intelectual, qualificação da produção literária e para a luta dos direitos sociais e políticos das mulheres:

Uma das coisas engraçadas que os homens dizem, quando se lhes fala dos direitos da mulher, é que ela precisa primeiro educar-se, antes de falar em reivindicar estes pretendidos direitos. Ao mesmo tempo; quando se lhes diz que se deve cuidar a sério da educação feminina, respondem que - essa tal educação que as tornasse seres conscientes, viria, afinal, a lançá-las na vida política, e a afastá-las do lar doméstico. Não tem graça isso? (LUZ, Maria. Educação. Corimbo, nº 123, 31 de janeiro de 1919. In. VIEIRA, 1997, p.146)

E com que sarcástico desprante repetem constantemente os anti-feministas: (oh! eterna e pungente ironia! Que mais querem as mulheres? Não têm elas o primeiro lugar na sociedade, não têm em tudo a primazia ... ? Aparentemente, é verdade; mas, no fundo, estas diferenças calculadas são concebidas por esmola, com a capa ignominiosa da hipocrisia, de uma humilhante magnanimidade porque dispensada ao ente considerado inferior, quando não encobrem a sutil intenção de conquista, lícita ou ilícita... (COELHO, Marianna. A principal emancipação feminina. Carimbo, nº 77, 30 de janeiro de 1917. In. VIEIRA, 1997, p. 146)

Outra grande educadora foi Andradina América de Andrada de Oliveira, que nasceu em Porto Alegre, em 12 de julho de 1864, filha do médico sanitarista Carlos Montezuma de Andrade e de Joaquina da Silva Pacheco, natural de Rio Pardo (imagem 4). Andradina casou-se aos 17 anos com o tenente Martiniano de Oliveira (12º Batalhão de Infantaria), de origem nordestina, em 18 de setembro de 1881, e dessa união teve os filhos Adalberon e Lola. Ao enviuvar, mudou-se com seus dois filhos para Pelotas e depois, para Rio Grande, onde contrariou os “bons costumes” e buscou o sustento da sua família. Segundo Flores, (...) a partir de sua intelectualidade: lecionou, editou livros, fez palestras e conferências remuneradas, quando se esperava da mulher que permanecesse nos afazeres do lar, na costura, nos bordados. (2007, p.11).

Figura 4 - Andradina América de Andrada de Oliveira



Fonte: livro Contos de natal (1908). Acervo da Biblioteca Rio-Grandense (GAUTÉRIO, 2015, p. 37).

Em 1898, na cidade de Bagé, ela criou o *Escrínio*, que se tornou o segundo jornal feminista do Rio Grande do Sul, que propunha difundir o protagonismo e a emancipação intelectual feminina ao abordar os mais variados temas sociais e “será o echo de todos os bons sentimentos, de todas as legítimas e sãs doutrinas, de todas as nobres tentativas, de todos os levantados cometimentos, de todas as sublimes aspirações”. (OLIVEIRA, 1898, p. 1) Andradina salienta que esse perfil editorial é resultante de suas convicções feministas:

[...] fundado por uma filha desta encantadora terra, por uma fervorosa defensora do seu sexo, o *Escrínio* surge, também, como um incitamento à mulher rio-grandense, convidando-a a romper o denso casulo da obscuridade, o vir à tona do jornalismo trazer as pérolas da sua cultivada inteligência! O *Escrínio* aparece como um verdadeiro propagandista da instrução, do cultivo do espírito feminil! (OLIVEIRA, 1898, p. 1).

O *Escrínio* era um semanário que circulou de 1898 a 1910 e, a cada final de mês, tinha um número especial comemorativo dedicado às mulheres. Com a pesquisa podemos constatar que existem poucos exemplares preservados, principalmente os do período de Bagé. Observamos que apenas o número cinco encontra-se na cidade de origem, fazendo parte do acervo de jornais do Museu D. Diogo de Souza. Esse exemplar é um número especial que foi publicado no dia 30 de janeiro de 1898, cuja editora esclarece a proposta e convida aos colaboradores(as) para enviar seus escritos:

O número de hoje – o último deste mês, – como o último de todos os outros meses, será consagrado à Mulher, tornando-se um número especial, pelo que pedimos aos nossos colaboradores e às pessoas que nos quiserem honrar com a gentil colaboração, sobre tão delicado tema, enviarem-nos com antecedência os originais. (OLIVEIRA, 1989, p. 2).

Nesse primeiro número especial foi composto por poemas e contos escritos por vários colaboradores, tais como Pedro Antônio de Miranda (Pelotas), Ferdinando Martino, Jáder de Carvallho, Revocata H. de

Mello, J. B. I., Leocádia Greco, Pedro Antonio de Miranda Pelotas, Ibrantina Cardona. SP, C. Reis. Elvira Gama. Rio de Janeiro, Pierrot Pelotas e J. B. I. Dentre os inúmeros elogios e aclamações as mulheres destaca-se as palavras da poetisa Leocádia Greco, grande amiga de Andradina, que aproveita o espaço privilegiado para expressar suas ideias sobre o papel feminino na sociedade:

Dizem que a mulher existe para criar seus filhos e cuidar dos arranjos da casa; não sendo necessário ser instruída para ser boa. Sim, diz muito bem quem vê na mulher um autômato. Imbecis! egoístas! Como melhorar as gerações si a mulher vive no obscurantismo? Como desejar um povo que compreenda os deveres de cidadão se a mulher os ignora? [...] Deixemos falar os espíritos frívolos e retrógrados; procuremos dissipar com o estudo a densa nuvem que nos circunda, para que a geração, que nos pertence da qual somos responsáveis possa brilhar santamente com a sua luz seremos recompensados nossos esforços e abençoados pelas gerações futuras. (GRECO, 1989, p.3).

As fontes comprovam que Andradina de Oliveira foi uma mulher adiante do seu tempo, que também se notabilizou como escritora, dramaturga e conferencista¹¹. Um de seus mais contundentes trabalhos, *Divórcio?*, foi escrito quando tramitava no Congresso Nacional, um novo projeto de lei que buscava a aprovação do Divórcio Absoluto, proposto por Floriano de Brito. Em seus escritos Andradina buscava sensibilizar o grande público da importância da aprovação da lei para libertar a mulher “a grande vítima dos absurdos e opressores preconceitos sociais”, uma vez que mesmo estando separada do marido tinha “que se manter honesta, a despeito de tudo, mesmo na flor dos anos, seja embora só no mundo sem família, sem amparo”. (OLIVEIRA, 2007, p. 27 e 30).

Considerações finais

Em nossa breve narrativa destacamos exemplos de mulheres que, num período em que a sociedade

¹¹ Escreveu livros como *O sacrifício de Laura* (1891), *Preludiando* (1897), *Almanaque literário e estatístico* (1899), *Você me conhece?* (1899), *A mulher rio-grandense* (1907), *Cruz de pérolas* (1908), *O perdão* (1910) e *Divórcio?* (1912).

limitava a educação feminina preparando-as para ser a sombra dos homens, conseguiram romper as amarras e reivindicar seus direitos. As educadoras Luciana de Abreu, Aurora do Amaral Lisboa, Revocata Heloísa de Mello, Julieta de Mello Monteiro e Andradina de Oliveira quebraram o silêncio e se reinventaram.

E, como eram consideradas educadoras por natureza, utilizaram desse ofício para alçar voos mais altos e marcar espaços, por intermédio de suas produções literária e jornalísticas, para difundir seus ideais e questionar os valores da sociedade machista e conservadora que viviam. Usaram da sua escrita e do espaço privilegiado dos jornais para reivindicar uma educação digna para todas as mulheres .

Ao lermos as fontes pesquisadas buscamos reconstituir parte da trajetória de vida das educadoras que muito ensinaram no passado e ainda hoje nos edificam, pois a coragem, força e determinação dessas grandes mulheres servem como inspiração para todas nós.

Referências

ABREU, Luciana. Preleção. **Revista do Parthenon Litterario**, PortoAlegre, n. 12, p. 535-539, dez. 1873.

ALMEIDA, Virgínia de Castro e. **A missão da Mulher**. Porto Alegre: A Federação, 1917.

BONILHA, Caroline Leal. **CORYMBO: Memória e representação feminina através das páginas de um periódico literário entre 1930 e 1944 no Rio Grande do Sul**. Dissertação apresentada ao PPG em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), 2010. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2016/11/Caroline-Bonilha.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2021.

COMTE, Auguste. Catecismo Positivista. In. **COMTE**. Col. Os Pensadores, São Paulo, Nova Cultural, 1988.

CASTRO, Amanda Motta. A hermenêutica Feminista como forma de análise na pesquisa científica. **Anais do Congresso Internacional da Faculdades EST**, São Leopoldo, v. 2, 2014. Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/217-1463-1-PB.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2019.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. **Estudos Feminista**, n. 2, 1994. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16219/14766>>. Acesso em: 11 out. 2019.

FLORES, Hilda A. Hübner. **Sociedade: Preconceitos e Conquistas**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1989.

ISMÉRIO, Clarisse. **Mulher: A Moral e o Imaginário 1889-1930**. Bagé: EdiUrcamp, 2018.

LISBOA, Anna A. do Amaral. Educação da Mulher. In. **Almanaque Popular Brasileiro**, Pelotas/Rio Grande/Porto Alegre, Ed. Echenique Irmãos e Cia/Liv. Universal, 1899.

LOURO, Guacira Lopes. **Prendas e antiprendas: uma história da educação feminina no Rio Grande do Sul**. 1986. Tese (doutorado) -Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, São Paulo. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/252830>>. Acesso em: 4 mar. 2020.

OLIVEIRA, Andradina de. **Escrínio**. ano I, número 1, Rio Grande, Bagé, 2 de Janeiro de 1898. Acervo Especial da Biblioteca Nacional.

OLIVEIRA, Andradina de. **Escrínio**. ano I, número 5, Rio Grande, Bagé, 30 de Janeiro de 1898. Acervo Especial do Museu D. Diogo de Souza, Bagé.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. 2. ed, 6. reimp. São Paulo: Contexto, 2019.

RAGO, Margareth. **Epistemologia feminista, gênero e história**. Secretaria de Imprensa e Comunicação. CNT-Compostela 2012. Disponível em: <<http://www.cnt.gal/files/rago%20genero%20e%20historia%20web.pdf>>. Acesso: 10 out. 2019.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As Artes de Curar**. Santa Maria: EDUSC, 1999.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Os Aprendizes da Guerra. In. PRIORE, Mary Del. **História das Crianças**. São Paulo: Contexto, 1999.

VIEIRA, Miriam Steffen. **Atuação literária de escritoras do Rio Grande do Sul: um estudo do periódico Corymbo, 1885-1925**. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997.

In: ISMÉRIO, Clarisse; PREVEDELLO, Carine (Orgs.). *Nem tudo são rosas* [recurso eletrônico]: refletindo os preconceitos, as lutas e conquistas femininas. São Paulo: Vecher, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.47585/nemtudosasorosas>>.

A sujeita universal e a ocupação de espaços políticos: uma análise de indicadores eleitorais com perspectiva interseccinal de raça e gênero

*Izabel Belloc*¹

doi.org/10.47585/nemtudosasorosas7

¹ Mulher branca cisgênero; cidadã brasileira e *uruguaya*; advogada e servidora pública; mestra em *Género y Políticas de Igualdad* pela FLACSO Uruguay; doutoranda no *Doctorado en Ciencias Sociales* na FLACSO Argentina.

Introdução

Muito se discute, no Brasil, sobre as desigualdades de raça e de gênero na ocupação de espaços políticos, especialmente mandatos eletivos resultantes de eleições, nas esferas municipais, estaduais e nacional. Este artigo se insere nessas discussões, onde analiso a distribuição quantitativa desses espaços de poder político brasileiros, numa perspectiva interseccional de raça e gênero. Para isso, comparo indicadores demográficos e resultados eleitorais de 2018 e 2020, em dados desagregados e cruzados por raça e gênero. A partir do comparativo, analiso as disparidades existentes entre proporções de presença na população e na conquista de cargos eletivos, por meio da articulação dos conceitos de interseccionalidade de raça e gênero, sujeita e sujeito universais.

Antes de mais nada, preciso estabelecer um critério de ordem pessoal. Obviamente, a discussão que faço neste artigo é concebida a partir de um lugar determinado: o lugar de mulher branca numa sociedade estruturada por racismo e sexismo que, ao mesmo tempo, me coloca em posição de desvantagem e de privilégio. A percepção dessa dualidade é fruto de um processo de tomada de consciência que, há algum tempo, me convoca a ir além do só observar e lamentar a realidade desigual e injusta. Percepção e reflexão devem gerar olhar crítico e ação, do contrário perdem sentido. Então, é desta posição que faço a crítica da desigualdade de gênero (do meu lugar de desvantagem) e de raça (do meu lugar de privilégio), pois não entendo ser possível dissociar um de outra.

O que quero transmitir com esta explicação é que este artigo não é sobre e/ou para mulheres e homens negros e indígenas porque, além de não fazer sentido, não seria honesto elaborar sobre e para realidades que não vivencio e a partir das quais existe produção teórica sólida, construída há muito tempo, a partir de lugares genuinamente legítimos. Este texto não traz novidades para essas mulheres e homens, apesar de que sua leitura me honra e sua crítica é sempre bem recebida. Neste texto, quero dialogar com as pessoas que compõem, junto comigo, o lugar dual de desvantagem/privilégio; é para elas/nós que discuto a distribuição de espaços de poder político com perspectiva interseccional de raça e gênero; para que, a partir

de um exercício prático, lógico e fundamentado, possamos nos permitir uma aproximação (auto)crítica com desigualdades que combinam raça e gênero, não só na política, mas em muitos outros âmbitos. Então, é fundamentalmente para as mulheres brancas que escrevo; é delas/nós que, apoiada em minha área de estudo, busco engajamento, reflexão, (auto)crítica e, quem sabe, ação cotidiana.

Também preciso mencionar que utilizo neste artigo:

a) a categoria “raça” em seu sentido de construção social que, segundo Pires e Silva (2015, p. 66),

não é definida por um conceito biológico ou genético, mas como uma categoria socialmente construída pela atribuição de certas características a grupos minoritários – indicativo de subalternidade e inferioridade – em oposição ao padrão definido como dominante;

b) os termos “negro”, “negra”, “negros” e “negras” conforme definido e reivindicado pelos movimentos negros brasileiros. Neste sentido, segundo Munanga (2019, p. 108), “O conceito de ‘negro’ inclui pretos e pardos numa mesma categoria política construída para beneficiar todas as vítimas do racismo – pretos e pardos –, de acordo com o princípio de que ‘a união faz a força’”. Em termos de análises demográficas, segundo o IBGE (2013, p. 96) refere-se à

prática de vários pesquisadores e também do movimento social usar a categoria negra para designar o agregado das pessoas que escolhem as cores preta e parda. Se negra passasse a ser uma categoria da classificação, poder-se-ia continuar construindo a atual categoria negra, que passaria a ser composta por pretos, pardos, e negros, não mudando substantivamente sua composição e mantendo a comparabilidade com a série histórica e todo o conhecimento acumulado sobre o assunto;

c) o conceito de interseccionalidade como ferramenta analítica, conforme Collins (2017, 2019), Kerner (2012) e Bueno (2019), especialmente no que se refere ao seu núcleo ético de justiça social e à sua utilização como dispositivo heurístico, esta última conforme Collins (2016) e Pereira (2019).

Um pouco de história: do sufrágio (masculino, branco e abastado) ao sufrágio universal

Em 1820, passados mais de cinco anos do fim da ocupação napoleônica de Portugal, João VI permanecia no Brasil e a Revolução Liberal do Porto era vitoriosa, exigindo, segundo Cajado, Dornelles, Pereira (2014, p. 15), “a convocação das cortes para elaborar uma constituição para o país, o imediato retorno da Corte para Portugal e a restauração do monopólio comercial com o Brasil”. É nesse contexto político que ocorrem as primeiras eleições gerais no Brasil, realizadas em 1821 com o objetivo de eleger representantes às cortes que elaborariam o novo texto constitucional.

Feloniuk (2015, p. 286), ao analisar o processo eleitoral, afirma que eram considerados elegíveis e eleitores “os chefes de família”, sendo excluídos, portanto, “os membros regulares de ordens monásticas, mendigos, estrangeiros não naturalizados, criados que não fossem chefes de família assim como os que tivessem incapacidade natural ou legal”. A capacidade jurídica e a consequente titularidade de direitos estavam determinadas por meio de critérios de raça e gênero, num sistema jurídico que excluía da cidadania homens brancos pobres, mulheres brancas, homens e mulheres indígenas e negras, negando-lhes direitos à propriedade privada, à educação formal, de votar e ser votados; e, ainda, quanto a trabalho e renda, às mulheres brancas era vedado trabalhar e às pessoas indígenas e negras era negada a remuneração e/ou sua valorização.

Aqui, as especificações ‘homens brancos pobres’, ‘mulheres brancas’ e ‘homens e mulheres indígenas e negras’ são necessárias pelo fato de que, para o primeiro grupo, o sistema de exclusão utilizava um critério de discriminação único de classe; para o segundo grupo, a discriminação estava centrada unicamente no gênero; e, para o terceiro grupo, o critério de discriminação de raça tinha prioridade sobre o de gênero e fatalmente lhes determinava a classe. Na época, a diferença gerava efeitos jurídicos distintos que significavam que homens brancos pobres eram considerados pessoas e, portanto, cidadãos, mas sofriam uma restrição no exercício de alguns direitos, geralmente em razão de circunstâncias de ordem financeira. Já as mulheres brancas, que também eram consideradas pessoas e cidadãs, tinham restringida a titularidade de muitos direitos por serem mulheres. Homens e mulheres

indígenas e negras não eram consideradas pessoas, mas coisas e, portanto, lhes era negada a própria cidadania e a titularidade de direitos, com raríssimas exceções e muita discussão jurídica.

Assim, no Brasil, no campo da organização da política, o primeiro e exclusivo detentor de direitos políticos se caracterizava por ser um homem branco integrante da elite, características que se constituíam nos próprios requisitos legais de aquisição do direito, ainda que não expressamente, mas pela exclusão de quem não se enquadrava no modelo. Nesse sentido, Sabato (2009, p. 27) identifica o “*ciudadano elector*” da América Latina do século XIX como sendo “*la mayor parte de la población masculina adulta*”. Mais explícito é o relato de Saldarriaga Montoya (2008, p.48) ao afirmar que o sistema de direitos se organizava “*dejando por fuera otros sectores sociales que ellos, las élites predominantes, no consideraban ciudadanos como los indígenas, esclavos, las mujeres, los mendigos, los locos*”. A cidadania plena pertencia exclusivamente a um sujeito determinado, marcado por seu gênero, raça e classe, quem era considerado um modelo universal, um representante da humanidade, o cidadão legitimado de forma exclusiva ao exercício pleno de direitos.

Na Constituição de 1824, mais um sistema de exclusões garantia a manutenção do poder do voto e de ser votado em mãos e mentes masculinas, brancas e de elite, seja pela exigência de renda mínima anual, propriedade de bens ou emprego, seja pela exclusão expressa que proibia o voto dos libertos. O sistema excludente foi renovado alguns anos antes da abolição jurídico-formal da escravatura: a Lei Saraiva, de 1881, considerada a principal reforma eleitoral do período do Império, entre outros requisitos, exigiu do cidadão eleitor uma renda líquida anual mínima de 200 mil réis (o chamado voto censitário), além de saber ler e escrever (arts. 2º e 8º, § 1º). Costa (2014, p. 21 e 22), em sua Tese de Doutorado em História, na qual discute a questão racial na citada reforma, afirma que, por parte das elites da época, “o temor ao liberto cidadão político pleno girava em torno da possibilidade da constituição de um ‘voto negro’”; e agrega:

A Lei Saraiva ainda trouxe como novidade um rígido controle da prova da renda situação passível de criar dificuldade ao alistamento do liberto. De modo a ser possível inferir que ao ascender à condição de eleitor, na letra lei, o liberto estaria de fato sendo impedido de participar politicamente, pois a prova da renda e o critério da alfabetização também inserido pela Reforma Eleitoral de 1881, em grande medida, poderiam vetar o acesso do liberto a cidadania política.

Pouco foi alterado durante a Primeira República que, na prática, aboliu o requisito de renda mínima, mas manteve as demais restrições. Em 1932, o primeiro Código Eleitoral brasileiro, estabeleceu o direito de voto das mulheres, mas manteve a proibição do voto aos ‘analfabetos, mendigos e praças de pé’. É assim que, mais de um século após o estabelecimento do direito ao sufrágio (masculino, branco e abastado), é garantido o mesmo direito às mulheres; o que, na prática, beneficiou majoritariamente mulheres brancas, já que a falta de acesso à educação constituía uma barreira para grande parte das mulheres indígenas e negras.

Foi só com a Constituição Federal de 1988, que direitos políticos foram garantidos às pessoas analfabetas, o que finalmente consagrou o sufrágio universal no Brasil. Então, entre o sufrágio (masculino, branco e abastado) das primeiras eleições gerais, em 1821, e o sufrágio universal da Constituição Federal de 1988, há um longo período de exatos 167 anos em que o exercício dos direitos políticos foi organizado no país para que homens brancos da elite elegessem e fossem eleitos e, portanto, exercessem o poder de decidir as vidas de todas as pessoas e os rumos do país. De lá para cá, algo mudou? A resposta não é simples, mas pode-se começar com: sim, mas nem tanto. Atualmente, a distribuição de espaços de poder, em termos de cargos eletivos, ainda reflete a história da exclusão. Um dos mais expressivos frutos da democracia, o resultado de eleições livres realizadas por meio do sufrágio universal, ainda produz desigualdades.

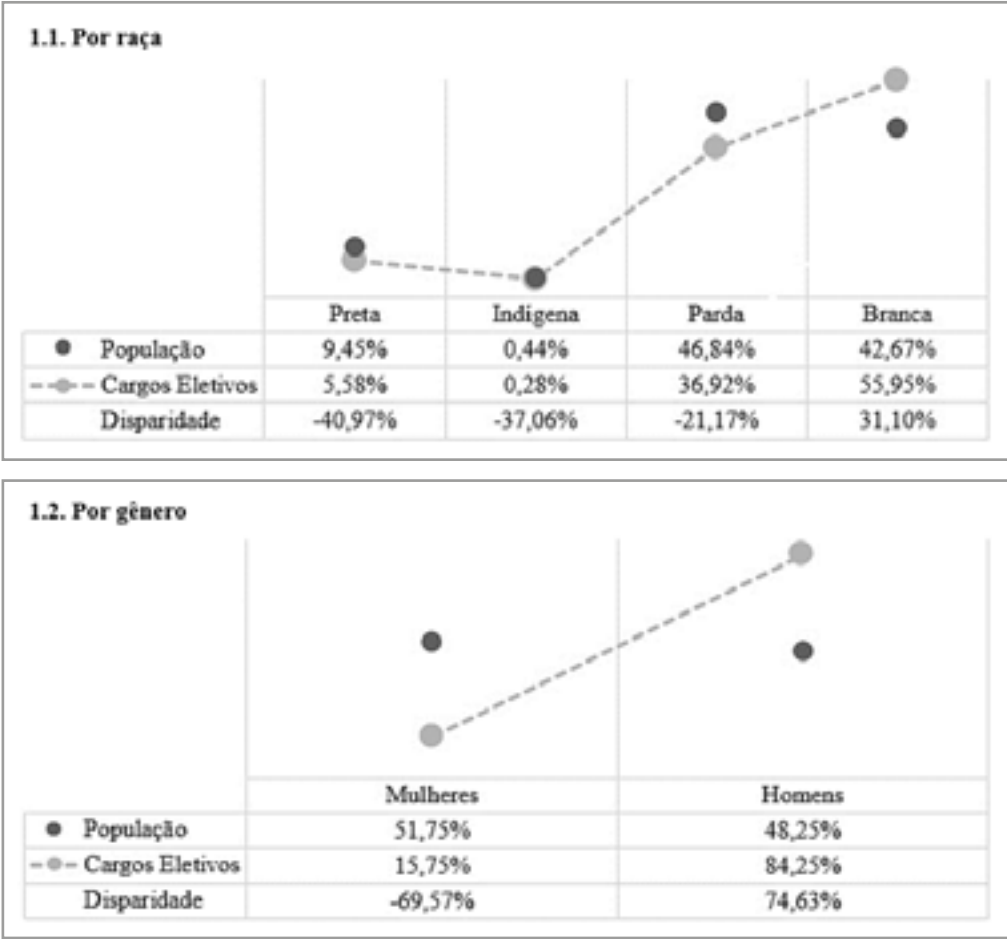
Indicadores estatísticos: fotografias de desigualdades

Recentemente, no artigo *Eleições 2020: o avanço dos corpos que formam o Brasil*, publicado no Portal Catarinas e escrito a seis mãos entre Andressa Mourão Duarte, Joanna Burigo e esta autora (2020), fizemos apontamentos sobre os resultados das eleições municipais de 2020, partindo de uma análise comparativa de indicadores demográficos, candidaturas e resultados do pleito, em dados desagregados e cruzados por raça, gênero e, quando possível, identidade de gênero. Esta seção do presente artigo segue metodologia de análise de dados semelhante, com algumas adaptações.

A partir de dados do Censo Demográfico 2010, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Contínua Anual – PNADCA 2019 e das Estatísticas Eleitorais de 2018 e 2020, é possível comparar população e cargos eletivos, por raça e por gênero, bem como verificar disparidades, em termos de perdas e ganhos de espaço político:

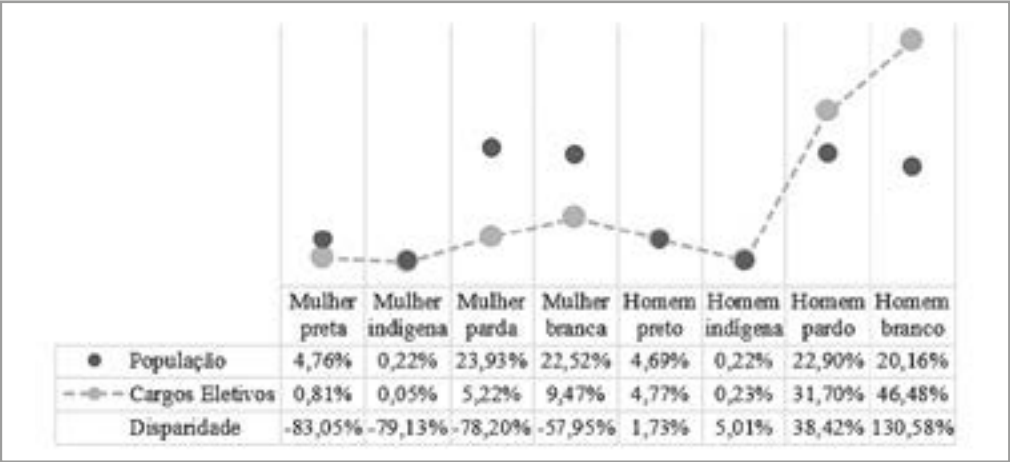
Gráfico 1.1 e 1.2 - População (2010 e 2019) e Cargos Eletivos (2018 e 2020)



Fonte: elaboração própria sobre dados do Censo Demográfico 2010, PNADCA 2019 e Estatísticas Eleitorais do TSE.

Conforme se observa, quando os dados são desagregados por raça, o único grupo que supera sua própria proporção na ocupação de cargos eletivos é o das pessoas brancas; e para todos os demais (pessoas pardas, pretas e indígenas) ocorre o inverso. Por outro lado, em dados desagregados por gênero, as mulheres, que correspondem a mais da metade da população, não ocupam a quinta parte do total de cargos eletivos. Num cenário de igualdade, ambos percentuais (na população e nos cargos eletivos) seriam iguais ou quase iguais, independente de raça e de gênero. A partir dos Gráficos 1.a e 1.b já é possível verificar, então, duas desigualdades, uma de raça e outra de gênero. Porém, essa não é a melhor fotografia das desigualdades em análise, pelo simples fato de que as pessoas e suas identidades não estão na população e na política só com sua raça ou só com seu gênero. Assim, em termos de raça e gênero, é preciso aprofundar a análise de indicadores estatísticos, o que é possível ao cruzar (e não separar) dados:

Gráfico 2 - População (2010 e 2019) e Cargos Eletivos (2018 e 2020), por raça e gênero



Fonte: elaboração própria sobre dados do Censo Demográfico 2010, PNADCA 2019 e Estatísticas Eleitorais do TSE.

Ao cruzar os mesmos dados desagregados por raça e gênero, é possível perceber que a realidade da composição da cena política brasileira é de disparidade entre as proporções de presença

na população e na ocupação de mandatos eletivos, em todos os grupos analisados, significando diversos graus de redução ou incremento de espaço político, conforme o caso. Para as mulheres, a disparidade é negativa em todos os grupos, significando perda de espaço político: 83,05% para as mulheres pretas, 79,13% para mulheres indígenas, 78,20% para mulheres pardas e 57,95% para mulheres brancas. Ao contrário, para os homens, a disparidade representa um incremento de espaço político em todos os grupos: 1,73% para homens pretos, 5,01% para homens indígenas, 38,42% para homens pardos e 130,58% para homens brancos. Algumas conclusões são que:

- a) todos os grupos de mulheres têm perda de espaço político, em distintos graus segundo a raça, sendo que mulheres pretas têm a maior perda de espaço político no universo total analisado e mulheres brancas apresentam a menor perda entre mulheres;
- b) todos os grupos de homens ganham espaço político, em distintos graus segundo a raça, sendo que homens brancos apresentam o maior incremento de espaço político no universo total analisado e homens pretos e indígenas em espaços políticos se mantêm próximos às proporções de suas presenças na população.

Uma das origens desse cenário de disparidades políticas pode ser encontrada na seção antecedente. Mas, de lá para cá, se passaram exatos dois séculos; então, como essas desigualdades permanecem por tanto tempo? Porque elas ainda não foram resolvidas, pelo menos, a partir da Constituição Federal de 1988 que, além do sufrágio universal, consagrou o princípio de igualdade e não discriminação em seu art. 5º, segundo o qual, ‘todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza’?

Este artigo não pretende oferecer respostas prontas, acabadas e definitivas para essas perguntas. O que se busca, aqui, é fornecer elementos para a reflexão crítica sobre algumas dinâmicas sociais que influenciam as relações de raça e gênero, inclusive na política. É o que será abordado nas seções seguintes, pela articulação dos conceitos de interseccionalidade de raça e gênero, sujeito e sujeita universais.

Indicadores estatísticos: fotografias de desigualdades

Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2020, p. 20), em sua obra intitulada *Interseccionalidade*, explicam que

em determinada sociedade, em determinado período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes. De fato, essas categorias se sobrepõem e funcionam de maneira unificada. Além disso, apesar de geralmente invisíveis, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social.

Winnie Bueno (2020, p. 1), estudiosa do pensamento de Patricia Hill Collins, ao escrever sobre a obra citada, em sua orelha, concebe a interseccionalidade como

uma importante ferramenta analítica oriunda de uma práxis-crítica em que raça, gênero, sexualidade, capacidade física, status de cidadania, etnia, nacionalidade e faixa etária são construtos mútuos que moldam diversos fenômenos e problemas sociais.

Por outro lado, conforme Collins (2017), a interseccionalidade tem origem no pensamento feminista negro, pelo qual ativistas, acadêmicas e pensadoras negras, em seus estudos, convergem para um núcleo ético que tem seu objetivo na justiça social, o qual, segundo a autora, tem a função de “desmantelar as injustiças sociais de raça, classe, gênero e sexualidade, que produzem desigualdades sociais nas experiências das mulheres de cor” (p. 14); o que requer ir além de manejar a interseccionalidade para simplesmente descrever realidades de desigualdade. Assim, a interseccionalidade exige exercício crítico e propositivo orientado a uma mudança: a efetivação da justiça social.

Por outro lado, a interseccionalidade pode ser utilizada como um dispositivo heurístico de análise em cenários em que determinados sistemas de poder se combinam para estruturar as relaciones sociais. Neste

sentido, Collins e Bilge (2020) referem que, apesar de que os estudos sobre interseccionalidade podem parecer pertencer a um mesmo campo de estudo, sua utilização como dispositivo heurístico pode assumir distintas formas. As autoras afirmam a possibilidade dessa utilização para, por exemplo, analisar as relações de poder em contextos sociais específicos como a combinação de racismo e sexismo. As autoras explicam que:

Segundo, as relações de poder devem ser analisadas tanto por suas interseções (por exemplo, racismo e sexismo) quanto nos domínios de poder estruturais, disciplinares, culturais e interpessoais. A estrutura dos domínios do poder nos fornece um dispositivo heurístico ou uma ferramenta de pensamento que nos permite examinar as relações de poder.

Bruna Jaquette Pereira (2019, p. 27), discutindo a obra de Collins e Bilge, refere que a interseccionalidade como dispositivo heurístico é:

uma ferramenta analítica voltada a construir um olhar crítico para a realidade, e que tem por objetivo primordial facilitar a visualização e o combate das desigualdades sociais. Nesse sentido, a autora defende que o conceito/paradigma está em constante fazer e que deve ser utilizado de muitas formas, de maneira a se adequar aos contextos e propósitos para os quais é aplicado.

Neste artigo, então, o conjunto de elaborações teóricas apresentadas nesta seção fundamentam a análise que combina raça e gênero, permitindo reposicionar o olhar crítico sobre problemas de baixa representação política das mulheres para perceber uma discriminação complexa que vai além do gênero: a discriminação que intersecciona raça e gênero, como visto no resultado da análise de indicadores. Se é certo que os estudos de gênero, em todos os campos, buscam a reparação de injustiças sociais suportadas pelas mulheres, também é certo que essa categoria “mulheres” não é um monolito, mas um grupo diverso. Assim, oportunidades, necessidades e injustiças sofridas são complexas e informadas por variedades de combinações de discriminações, por exemplo, racismo e sexismo que, no Brasil, se combinam para estruturar as relações sociais e de poder; e a busca por justiça social para as mulheres, de forma a traduzir igualdade substantiva, sempre vai requer uma análise interseccional de raça e gênero.

O sujeito universal

Em *O Segundo Sexo*, Beauvoir (1949) define as primeiras linhas teóricas do sujeito universal, descrevendo-o como o homem que “representa, ao mesmo tempo, o positivo e o neutro, ao ponto de que, em francês, se diz ‘os homens’ para designar seres humanos” (p. 17); mais adiante, “um tipo humano absoluto que é o tipo masculino” (p. 18); e, mais adiante, ainda, afirma: “A humanidade é macho, e o homem define a mulher não em si mesma, mas em relação a ele, não a considera como um ser autônomo” (p. 18). Ao final, analisa o *status* social de homens e mulheres nesse contexto: “Ele é o Sujeito, ele é o Absoluto; ela é o Outro” (p. 18). Beauvoir utiliza uma categoria única de gênero para desenvolver suas críticas à desigualdade que produz relações de dominação/subordinação entre masculino e feminino. Os estudos de gênero e raça aprofundaram o conceito, desenvolvendo novas reflexões.

Érica Antunes Pereira (2012, p. 25) identifica uma “categoria do sujeito universal da História – macho, branco, civilizado do Primeiro Mundo e em posição de comando”. Por sua vez, Margareth Rago (1998, p. 4) encontra “um conceito universal de homem, que remete ao branco-heterossexual-civilizado-do-Primeiro-Mundo, deixando-se de lado todos aqueles que escapam deste modelo de referência”. Alda Facio (2009, p. 186) assinala o sujeito universal como

hombre / varón occidental, blanco, cristiano, heterosexual, sin discapacidades visibles, pero los mismos se presentan como si no tuvieran ninguna perspectiva, como si fueran totalmente objetivos, neutrales y universalmente válidos, como si la posición que ocupa ese ser privilegiado fuese el parámetro de lo humano.

As autoras convergem na identidade desse sujeito que, apesar de estar mitigada sob a égide de universalidade, existe: tem gênero, raça e classe; é homem, é branco e exerce poder. Na América Latina, essa a identidade ganhou universalidade no processo de formação histórico-cultural das relações sociais de poder e o ser que a carrega é considerado o representante da humanidade. Embora não se reconheça como um ser identitário, a

identidade do sujeito universal constituiu, como visto, os próprios requisitos legais da cidadania e fruição de plenos direito; aí reside a razão histórico-cultural para sua dominação dos espaços de poder e decisão.

A história validou o sujeito universal quando, por exemplo, em 1821, concedeu o direito de votar e ser votado aos ‘chefes de família’ que, à época, significava ser homem branco integrante da elite. Ao longo de séculos, esse sujeito assentou sua dominação do cenário político por meio de decisões políticas e normas jurídicas por ele próprio emitidas e que, ao mesmo tempo em que o mantiveram em posição de poder, excluíram desse espaço pessoas cujas identidades não coincidiam com a sua. A história da dominação da política brasileira pelo sujeito universal ajuda a explicar, assim, uma das conclusões do resultado da análise de indicadores realizada neste artigo: o fato de que os homens brancos mais que dobram a proporção de sua presença na população quando estão ocupando mandatos eletivos.

A sujeita universal

Da mesma forma que a articulação teórica anterior sobre a análise de indicadores identifica um sujeito universal, a análise do grande grupo ‘mulheres’ também aponta à existência de uma sujeita universal. Semelhante à noção de representação da humanidade por um sujeito universal, estudos de gênero e raça também apontam à utilização de um modelo hegemônico de mulher que não escapa a um *modus operandi* análogo. Yuderkys Espinoza Miñoso (2017, p. 270) identifica, nesse sentido, um “*sujeito mulher universal entonado y caracterizado por las hegemonías blanco-burguesas-hetero de las prácticas y la teoría feminista*”.

Na América Latina, as discriminações de raça desempenharam e ainda desempenham papel decisivo na configuração e manutenção de uma sujeita universal originada de processos históricos que remontam à colonização da região por Espanha e Portugal. De fato, se, por um lado, o sujeito universal da região estabeleceu uma relação de dominação e violência com os povos originários e populações negras sequestradas da África e escravizadas nas Américas; por outro, a mulher branca que com ele veio ao

continente e suas filhas nascidas aqui reproduziram o mesmo modelo no estabelecimento de suas relações com as mulheres negras e indígenas. Nesse sentido, Aura Estela Cumes (2014) explica:

En América Latina, en gran medida, las mujeres blancas han tenido con las indígenas y afrodescendientes una relación de matrona-sirvienta, de propietaria-esclava o de señora-muchacha. La historia nos ha hecho desiguales y sería muy desafortunado ocultar esas asimetrías bajo un argumento falaz de la universalidad de una forma de ser mujer, levantando una única bandera de liberación.

Uma sujeita universal firmou-se como figura representativa das mulheres latino-americanas; e sobre esse modelo hegemônico de mulher estão centradas uma boa parte dos estudos sobre as mulheres e muitas das reivindicações, por exemplo, por mais mulheres na política. María Lugones (2014, p.61) explica: “*las categorías han sido entendidas como homogéneas y que seleccionan al dominante, en el grupo, como su norma; por lo tanto, ‘mujer’ selecciona como norma a las hembras burguesas blancas heterosexuales*”.

No campo da política, por exemplo, as demandas por paridade ou cotas de gênero têm sido formuladas a partir da academia e de um feminismo branco hegemônico como uma resposta às desigualdades, mas, em geral, de forma a negligenciar a diversidade das mulheres, especialmente quanto à raça. A questão tem sido tratada como se todas as mulheres correspondessem a um mesmo *status* político-representativo desvantajoso e necessitassem de uma solução única para um problema que, na verdade é multifacetado. Nesse sentido, Lugones (2014, p. 68) afirma:

Ese feminismo enfocó su lucha, y sus formas de conocer y teorizar, en contra de una caracterización de las mujeres como frágiles, débiles tanto corporal como mentalmente, recludas al espacio privado, y como sexualmente pasivas. Pero no explicitó la relación entre estas características y la raza, ya que solamente construyen a la mujer blanca y burguesa. Dado el carácter hegemónico que alcanzó el análisis, no solamente no explicitó sino que ocultó la

relación. Empezando por el movimiento de “liberación de la mujer” con esa caracterización de la mujer como el blanco de la lucha, las feministas burguesas blancas se ocuparon de teorizar el sentido blanco de ser mujer como si todas las mujeres fueran blancas.

E agrega:

el estatus de las mujeres blancas no se extendió a las mujeres colonizadas aun cuando estas últimas fueron convertidas en símiles de las mujeres blancas burguesas. Cuando ‘engenerizadas’ como símiles las hembras colonizadas recibieron el estatus inferior que acompaña al género mujer pero ninguno de los privilegios que constituían ese status en el caso de las mujeres burguesas blancas. [...] Borrando toda historia, incluyendo la historia oral, de la relación entre las mujeres blancas y las no-blancas, el feminismo hegemónico blanco equiparó mujer blanca y mujer. Pero es claro que las mujeres burguesas blancas, en todas las épocas de la historia, incluso la contemporánea, siempre han sabido orientarse lúcidamente en una organización de la vida que las colocó en una posición muy diferente a las mujeres trabajadoras o de color.

A autora demonstra que, se o gênero permite identificar um sujeito universal e suas raízes históricas, a raça combinada ao gênero é capaz de revelar uma sujeita universal que responde à matriz colonial do poder; mas que, na verdade, não representa todas as mulheres, mas é excludente de grande parte delas, especialmente mulheres negras e indígenas.

Conclusões

Neste artigo, a articulação de conceitos teóricos informa a análise de indicadores para buscar propor a ampliação da crítica e da ação sobre as disparidades no acesso aos espaços públicos de poder político, no Brasil. Todas as perdas de espaço encontradas são importantes e devem receber respostas; no entanto, as diferenças percentuais entre mulheres segundo sua raça indicam que mulheres negras e indígenas são impedidas de avançar par e passo com mulheres brancas, o que pode ser explicado

também pela utilização, nas demandas por aumento da participação das mulheres na política e suas respostas, de uma perspectiva única de gênero que utiliza um modelo hegemônico de mulher não condizente com a diversidade racial das mulheres brasileiras.

Daí a necessidade, sempre, de que estudos, análises, demandas, propostas e respostas de políticas públicas às desigualdades e injustiças suportadas pelas mulheres, por exemplo, como é o caso aqui, na participação na política, tenham enfoque interseccional de raça e gênero. Do contrário, a igualdade na política não será realidade e a ampliação do acesso de mulheres aos espaços políticos permanecerá excludente, de modo a continuar privilegiando a sujeita universal.

Referências

ANTUNES PEREIRA, Érica. Construção social do sujeito feminino e hermenêutica do cotidiano: reflexões teóricas. **Revista Educação e Linguagens**, v. 1, n. 1, ago./dez., p. 24–45, 2012.

AZEVEDO, Débora Bithiah de; RABAT, Márcio Nuno. **Palavra de mulher**: oito décadas do direito de voto. 2a. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. (Série obras comemorativas. Homenagem, 3). Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/7367/palavra_mulher_2ed.pdf?sequence=3&isAllowed=y>.

BEAUVOIR, Simone de. **El segundo sexo**. México DF: Penguin Random House Grupo Editorial, 1949.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil**. 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 20 abr. 2021.

BUENO, Winnie de Campos. **Processos de resistência e construção de subjetividades no pensamento feminista negro: uma possibilidade de leitura da obra Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment (2009) a partir do conceito de imagens de controle**. Dissertação (Mestrado em Direito) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Direito, São Leopoldo, RS, Brasil: UNISINOS, 2019.

CAJADO, Ane Ferrari Ramos; DORNELLES, Thiago; PEREIRA, Amanda Camylla. **Eleições no Brasil**: uma história de 500 anos. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2014.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro** [recurso eletrônico]: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo. Versión electrónica para kindle, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória (trad. Santana, Bianca). **Parágrafo Revista Científica de Comunicação Social**, v. ANO V-V. 5 No. 1, p. 6–17, 2017.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidad**; ediccion en español para Kindle. Madrid: Ediciones Morata, 2016.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

COSTA, Hilton. **O navio, os oficiais e os marinheiros: as teorias raciais e a reforma eleitoral de 1881**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/35774/R%20-%20T%20-%20HILTON%20COSTA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>.

CUMES, Aura Estela. Multiculturalismo, género y feminismos: mujeres diversas, luchas complejas. In: ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys; GÓMEZ CORREAL, Diana; OCHOA MUÑOZ, Karina *et al* (Orgs.). **Tejiendo de otro modo**: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala. Tradução de María Lugones. Popayán, Colombia: Editorial Universidad del Cauca, 2014, p. 237–252.

ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys. La política sexual radical autónoma, sus debates internos y su crítica a la ideología de la diversidad sexual. In: DE SANTIAGO, Alejandra; CABALLERO, Edith; GONZÁLEZ, Gabriela *et al* (Orgs.). **Mujeres intelectuales**: feminismos y liberación en América Latina y el Caribe. Tradução de Mirna Paiz Cárcamo. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2017, p. 259–276.

FELONIUK, Wagner Silveira. Eleições Gerais de 1821: as normas e a movimentação político-social. In: **História do direito**. Florianópolis: CONPEDI, 2015, p. 278–306.

IBGE. **Características Étnico-raciais da População**: Classificações e identidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

IBGE. **Censo Demográfico 2010** - Tabela 3175: População residente, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, o sexo e a idade. Brasília: [s.n.], 2010. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3175>>. Acesso em: 23 abr. 2021.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual** – PNADCA 2019 - Tabela 6408 - População residente, por sexo e cor ou raça. Brasília: [s.n.], 2019. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6408>>.

KERNER, Ina. **Tudo é interseccional?** Sobre a relação entre racismo e sexismo. NOVOS ESTUDOS, p. 45–58, 2012.

LEI SARAIVA. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/lei-saraiva>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

LUGONES, María. Colonialidad y género. In: ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys; GÓMEZ CORREAL, Diana; OCHOA MUÑOZ, Karina *et al* (Orgs.). **Tejiendo de otro modo**: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala. Tradução de María Lugones. Popayán, Colombia: Editorial Universidad del Cauca, 2014, p. 57–74.

MOURÃO DUARTE, Andressa; BURIGO, Joanna; BELLOC, Izabel. **Eleições 2020**: o avanço dos corpos que formam o Brasil. 2020. Disponível em: <<https://catarinas.info/eleicoes-2020-o-avanco-dos-corpos-que-formam-o-brasil/>>. Acesso em: 23 abr. 2021.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Edición para Kindle. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. Dengos e zangas das mulheres-moringa : vivências afetivo-sexuais de mulheres negras. Tesis Doctoral en Sociología. Brasília: Universidade de Brasília, 2019.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira; SILVA, Caroline Lyrio. Teoria crítica da raça como referencial teórico necessário para pensar a relação entre direito e racismo no Brasil. **Objetivos e metas de desenvolvimento do milênio da ONU**: direitos dos conhecimentos, p. 66, 2015.

RAGO, Margareth. EPISTEMOLOGIA FEMINISTA, GÊNERO E HISTÓRIA. In: GROSSI, Miriam (Org.). **Masculino, Feminino, Plural**. Tradução de Joana Pedro. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

SABATO, Hilda. Soberanía popular, ciudadanía y nación en Hispanoamérica: la experiencia republicana del siglo XIX. **almanack brasileiro**, v. 9, p. 23–40, 2009.

SALDARRIAGA MONTTOYA, José Fernando. El difícil proceso de construcción de ciudadanía en américa latina y su relación con los nuevos populismos. **Ratio Juris**, v. 3, Núm. 7, p. 43–53, 2008.

TSE. **Estatísticas Eleitorais. Tribunal Superior Eleitoral**. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>>. Acesso em: 23 abr. 2021.

TSE. Sufrágio universal. In: **Glossário Eleitoral. Brasília**: TSE, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleitor/glossario>>. Acesso em: 22 abr. 2021.

In: ISMÉRIO, Clarisse; PREVEDELLO, Carine (Orgs.). *Nem tudo são rosas* [recurso eletrônico]: refletindo os preconceitos, as lutas e conquistas femininas. São Paulo: Vecher, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.47585/nemtudosasorosas>>.

Autoria feminina no século XIX: a vida e obra de Ana Augusta Plácido

*Maria Luísa Taborda Santiago*¹

doi.org/10.47585/nemtudosasorosas8

¹ Doutoranda em Estudos Literários Culturais e Interartísticos pela Universidade do Porto em Portugal, <http://lattes.cnpq.br/8339425419191746>, e-mail: marialuisa@gmail.com

Introdução

Ana Augusta Plácido nasceu na cidade do Porto em 27 de dezembro de 1831, filha do comerciante António José Plácido Braga e Dona Ana Augusta Vieira. Casou-se, obrigada pelo pai, aos 19 anos com Manuel Pinheiro Alves um rico comerciante brasileiro de torna-viagem, vinte e quatro anos mais velho do que ela. Apesar de ser contra a imposição do pai, Ana Plácido não tinha alternativas já que naquela altura as meninas eram preparadas apenas para este destino. De acordo com Maria Amélia Campos (2008):

Ana Plácido cresceu e foi educada no seio de uma família da alta burguesia portuense, cuja estrutura familiar reproduzia o modelo da época, um núcleo irredutível comandado pelo chefe da família, que determinava, desde o berço, o trilha da prole que o destino lhe havia confiado. (CAMPOS, 2008, p. 37).

O casamento com Manuel Pinheiro Alves foi mantido durante oito anos em nome dos costumes morais daquela época: “obedeci forçada pelas circunstâncias a aceitar-te por esposo [...] O inesperado do seu casamento, a pronunciada antipatia que sempre sentira pelo homem que diante de Deus lhe chamava sua” (PLÁCIDO, 1995, p. 76). Ao fim destes oito anos Ana Plácido já era órfã de pai e mãe e já havia perdido sua irmã mais querida Maria José, para a qual dedicou a sua primeira publicação *Luz Coada por Ferros*. É neste contexto que Ana Plácido abandona o marido para viver com sua grande paixão, o escritor Camilo Castelo Branco.

Pinheiro Alves bastante indignado com a traição da esposa e muito preocupado com os escândalos que aquela situação lhe poderia causar, decide então por enclausurar a esposa num convento em Braga. O tempo de clausura conventual, contudo, não dura muito e Ana Plácido foge mais uma vez para ir viver com Camilo.

Nesta época, em Portugal, o adultério era considerado crime, Camilo Castelo Branco e Ana Augusta Plácido são então denunciados por Pinheiro Alves e assim recolhidos para a Cadeia de Relação no Porto. Este tempo na prisão, embora difícil e bastante traumático, será fundamental para a produção literária de Ana Plácido, pois é quando a escritora está livre dos afazeres domésticos que o casamento lhe impunha e pode dedicar-se apenas a literatura. Além disto, o tempo de reclusão se torna também um tempo para reflexão: a escritora afirma a sua história e reflete acerca das questões que a levaram para a prisão. De acordo com o jornal *O Nacional*, de 8 de junho de 1860, a cela de Ana Plácido foi mobiliada com “um piano, uma mesa de pinho com muitos livros, dentre os quais uma Bíblia, papel e tinteiro”. É importante ressaltar que do casamento de Plácido com Pinheiro Alves nasceu o filho, Manuel Pinheiro Alves, e que mãe e filho foram ambos recolhidos a Cadeia da Relação e por lá estiveram durante o período de quase dois anos. De acordo com Cláudia Pazos Alonso (2012):

protegeram-na do quotidiano doméstico de uma mulher da classe média/alta e das dificuldades financeiras que posteriormente viriam a ser uma constante da vida com Camilo. Dito de outro modo, a prisão assegurou-lhe o tal **quarto só seu**², ou seja, um espaço propício à reflexão que potenciou o desenvolvimento de uma aguda consciência literária. (ALONSO, 2014, p. 242, grifo nosso).

Após serem absolvidos Ana e Camilo começam a construir uma vida juntos e têm mais dois filhos. Aos poucos a escritora passa a se dedicar aos afazeres do lar, dos cuidados com as crianças e com o marido, mantendo-se bastante afastada da literatura durante a o período que compreende principalmente a infância dos filhos, como nos explica Maria Amélia Campos (2008): “totalmente absorvida em acompanhar a aprendizagem dos filhos, não se conhece de Ana qualquer trabalho escrito, relativamente a este período” (CAMPOS, 2008, p. 199). Apesar deste afastamento cremos que a literatura ocupou papel central na vida de na obra de Ana Plácido e que sua produção literária está

² Referência a obra de Virgínia Wool Um Teto Todo Seu “[...] uma mulher precisa ter dinheiro e um teto todo seu, um espaço próprio, se quiser escrever ficção.” (WOOLF, 2014, p. 15).

bastante marcada pela sua condição feminina, de ser uma mulher escritora num século em que as atividades intelectuais eram restritas aos homens.

Pretendemos neste estudo fazer um breve recorte sobre a vida e a obra de Ana Plácido, debatendo sobre a sua experiência como escritora e sua produção literária no século XIX.

A produção literária de Ana Plácido

Em sua primeira obra *Luz Coada por Ferros*, Ana Plácido se assume escritora publicando o livro sem uso de pseudónimos ou siglas como fará nas publicações a seguir. Nesta primeira obra debate sobre temas bastante relevantes para as mulheres daquela época, usa de sua experiência para narrar acontecimentos e dar vida e voz para outras personagens. O tema do casamento é uma das constantes, em tom confessional Ana Plácido volta-se para a fase de sua adolescência e reflete acerca da imposição do casamento: “nesta idade feliz, a primeira das virtudes é a obediência. Trespassem-te a um homem repulsivo, quando mal conheces a magnitude do sacrifício e o valor da mercancia” (PLÁCIDO, 1995, p. 63), “sacrificada a um homem repelente, que só me inspirava aversão vi os meus anos mais belos passarem-se tristes e na solidão forçada a que me condenaram” (PLÁCIDO, 1995, p. 66). Através da linguagem utilizada pela escritora, podemos perceber a sua lucidez e consciência, apontando que as meninas desta época estavam a ser utilizadas como moeda de troca patrimonial, o contrato matrimonial estabelecido entre o pai e o futuro marido era um contrato econômico “Quando te é dado compreender a melancólica existência, a que te condena a cobiça previdente de um pai cuidadoso em demasia [...] é já tarde...” (PLÁCIDO, 1995, p. 62).

Ainda em *Luz coada por Ferros*, mais especificamente no capítulo ‘Meditações’, podemos notar o seu processo de produção artística a crescer consoante as reflexões que faz sobre os acontecimentos que a levaram para a prisão. Cremos que é durante este tempo de reclusão que Ana Plácido começa a formar a sua consciência enquanto escritora: sujeito feminino que usa a escrita para tomar consciência de si e do papel coletivo que advém dessa consciência.

Podemos ainda identificar, que a literatura de Ana Plácido, neste período, está fortemente marcada pela sua condição feminina, de ser uma mulher escritora e uma escritora-adúltera num século em que as mulheres se viam privadas da visibilidade ‘pública’ da sua atividade intelectual e num contexto em que o adultério era um crime com consequências ‘públicas’ muito mais severas para as mulheres.

Além da escrita, a leitura ocupava os dias de Ana Plácido na Cadeia de Relação, esta ocupação é também narrada em ‘Meditações’:

Sinto-me endoudecer de amores, pelo autor dos Lusíadas, por Garrett, e por tantos outros nomes ilustres, que a minha fantasia se recreia em ver alindados de primores talvez desconhecidos. [...] Compenetro-me sedenta e faminta de cada nova criação de Alexandre Herculano, Mendes Leal e Castilho (PLÁCIDO, 1995, p. 86).

Outro aspecto relevante deve-se ao seu estado de consciência social e da sua situação enquanto mulher portuguesa do século XIX. Em um capítulo de sua autobiografia Ana Plácido enfrenta a sociedade que a condena por simplesmente ter decidido tomar as rédeas da própria vida, libertar-se de um casamento contra a sua vontade para estar com o homem que realmente amava: “Que venha a adversidade, que venha a desgraça com todo o cortejo das fúrias raivosas que nos malquistaram com a hipocrisia da época; que nos subvertam as tormentas que rebentam sobre a cabeça pendida. (PLÁCIDO, 1995, p. 82).

Apesar de ser a frente do seu tempo e ousar em muitos sentidos, como por exemplo, o seu “à vontade com que se punha a fumar seu charuto à janela de sua cela na Cadeia da Relação, sob a incrédula perplexidade dos transeuntes”, tudo no “intuito de chocar e desafiar a opinião pública” (CAMPOS, 2008; p. 75) Ana Plácido carrega até o presente momento as marcas do passado que a aprisionam à sombra do escritor Camilo Castelo Branco, é muito conhecida pelo seu relacionamento, mas poucos sabem sobre sua produção artística. De acordo com Fernanda Cabral:

Ana Plácido viu-se esmagada pela própria experiência romanesca. O seu nome se autonomizou. Permaneceu sempre associado ao de Camilo. Ana Plácido encarnou sempre o papel de protagonista de uma bela história de paixão e amor. A sua personalidade e o seu talento ainda aguardam que lhe façam justiça. (CABRAL, 1991, p. 20).

Ambicionava na literatura “se libertar pela escrita com o desejo de conquistar um nome literário” (CABRAL, 1991, p. 24), desta forma produziu e publicou obras que, entretanto, até hoje, seguem a sombra de um passado em que o intelectual feminino era bastante subestimado. “É esta febre que as mulheres de Portugal apagam no regelo do coração, rebatendo assim o estímulo mais atraente da ambição da glória, a única que eu invejo e aprecio”. (PLÁCIDO, 1995, p. 81).

A narradora invoca as mulheres de Portugal para que se desliguem “de certas apreensões, procurando no livro e no estudo de bons mestres um refrigério para os tristonhos dias da velhice” (PLÁCIDO, 1995 p. 90). Ana Plácido refere-se ao preconceito, já exemplificado anteriormente, em que as mulheres que ousam ter algum pensamento crítico enfrentavam. O tempo de reclusão foi a possibilidade de pensar, discutir e inclusive lançar um pensamento extremamente subversivo para a época:

Sei que não podemos aspirar a um nome distinto como o de madame Staël, ou Georges Sand. A estas dotou-as a subtileza do engenho, a grandeza do gênio, a vivacidade sublime que não possuímos desde que a marquesa de Alorna, e Catharina Balsemão passaram sem herdeiras. **Não dêmos ao homem a fácil vitória da nossa inercia. Entremos desassombradas n’esse trilho em que os mesmos espinhos nos fazem esquecer outras dores.** (PLACIDO, 1905 p. 91-2, grifo nosso).

Sua consciência do papel coletivo da mulher na sociedade portuguesa do século XIX ganha forma, para Cabral (1995) “Ana Plácido se constrói como mito de si mesma e paradigma para as outras mulheres” (CABRAL, 1995, p. 25).

Ao sair da cadeia de relação a autora continua exercendo o ofício e dedicando-se a literatura, contudo devido à pressão social por ser uma mulher-adúltera, passa a fazer uso de pseudônimos

masculinos e assinar seus escritos com a sigla A.A. Cremos que este necessário uso de pseudônimos pode ter contribuído para o seu apagamento, já que sua obra atualmente ainda se encontra dispersa e pouco estudada. De acordo com Claudia Passos Alonso (2015):

Cento e cinquenta anos passaram desde o encarceramento, em 1860, do casal de literatos mais famoso do século XIX por motivo de adultério. Camilo Castelo Branco e Ana Plácido foram finalmente julgados e absolvidos após mais de um ano de cárcere, em outubro de 1861. Posteriormente ambos viriam a publicar escritor resultantes da estadia na prisão, bem como romances enquadrados pela experiência de seu «amor de perdição». É, por conseguinte, um equívoco lembrar Ana Plácido meramente através de um papel secundário tipicamente feminino, como a musa do grande gênio romântico, sem o devido reconhecimento da sua trajetória como escritora. Porém, esta é a imagem que tem prevalecido na história literária até aos dias de hoje. (ALONSO, 2014, p. 39).

Como podemos notar, além das suas condições sociais e das dificuldades em ocupar um espaço tipicamente masculino, o relacionamento com Camilo Castelo Branco também contribuiu para seu apagamento. De acordo com Paulo Motta Oliveira: “Ana sofreu um duplo rebaixamento: era uma mulher em um universo masculino, o da escrita, e foi a musa de um grande escritor, tendo, assim o seu papel como escritora praticamente apagado.” (OLIVEIRA, 2018, p.48).

Em 1868, Ana Plácido participou do jornal *A Gazeta Literária do Porto*, dirigido por Camilo Castelo Branco, o periódico teve vida curta apenas 16 números. Contudo, conta com a vasta participação de Ana sob o pseudônimo Gastão Vidal de Negreiros. Além das críticas literárias em formato de cartas, que eram dirigidas a Camilo, Ana também publicou o romance Regina que ficou incompleto. De acordo com Adriana Mello Guimarães (2020):

uma das mais interessantes componentes da técnica narrativa das suas críticas, que construiu uma inovação, é o gênero epistolar. As cartas trocadas entre Gastão Vidal de Negreiros e Camilo Castelo Branco recorrem a um tom confessional que introduz recursos expressivos com simplicidade. Para além de servirem de elemento de comunicação com o público, contribuem para a percepção de estarmos a assistir um diálogo entre amigos. (GUIMARÃES, 2020, p. 72).

Em 1871, Ana Plácido publica o seu segundo livro, Herança de Lágrima sob o pseudônimo de Lopo de Sousa. Uma obra “dotada de grande profundidade psicológica, e porventura a sua composição mais conseguida” (ALONSO, 2014, p. 42). De acordo com Fábio Mário da Silva (2020):

Nesse romance, as escolhas que as mulheres devem tomar em relação ao comportamento moral e às satisfações amorosas esbarram em dilemas que desnorteiam as personagens femininas. *Herança de lágrimas* tem o seu enredo centrado em duas partes e numa conclusão, concentrando-se na estória de duas mulheres, mãe e filha, em dois períodos e épocas diferentes, retomando uma narrativa passada para se entender as consequências futuras na vida da personagem principal, Diana. Essa estratégia utilizada por Ana Plácido se chama analepse ou *flash-back*. Através de uma narrativa analéptica e secundária, recupera-se informação anterior ao presente da narrativa principal, com a finalidade estética de desenvolver a diegese entretecida através de uma dimensão diacrônica do tempo. (SILVA, 2020, p. 144).

Cremos, assim, que Ana Augusta Plácido não se contentou apenas em inserir personagens femininas nas suas histórias, o que a escritora fez foi incutir nas suas criações a perspectiva do olhar e da experiência destas personagens enquanto mulheres. Desta forma, produziu não apenas a linguagem poética, mas também metalinguagem e reflexão sobre a linguagem com uma consciência elevada do que representava, naquele período, ser mulher e no caso dela, em específico, ser uma mulher escritora.

Conclusões

Apesar de suas publicações tão relevantes para a história da literatura portuguesa, a produção artística de Ana Plácido não foi suficiente para evitar seu cíclico apagamento. Cremos que o fato de ser mulher foi decisivo para seu apagamento ainda no século XIX, mas a contribuição maior deve-se ao relacionamento com Camilo Castelo Branco, escritor prestigiado e reconhecido. Ana foi aos poucos apagada e esquecida no campo literário, enquanto ficava conhecida como ‘amor de perdição’ ou a ‘mulher fatal’ de Camilo. Para Maria Amélia Campos (2008), não é possível

confirmar se Camilo acreditava no talento da amada, mas:

Que Ana lhe deu muito jeito na sua parceria literária, não restam quaisquer dúvidas, quer na participação no *Mundo Elegante* – que parece ter significado mais do que uma simples ajuda no mundo da escrita – quer em todo o trabalho que vieram a desenvolver juntos. (CAMPOS, 2008, p. 221).

Sobre participação das mulheres na literatura, cremos que Camilo e Ana tinham visões muito distintas neste aspecto, Camilo tinha alguma dificuldade para se libertar das imposições sociais atribuídas as mulheres do século XIX e isto pode ser confirmado na correspondência trocada entre Luís Augusto Palmeirim e o escritor. Palmeirim envia uma carta, contando do seu desejo em publicar uma obra sobre poetisas portuguesas daquele século, crendo que para que tal estudo fosse completo era necessário que constasse o nome de Ana Plácido. Por esta razão solicita ao amigo que lhe envie mais informações sobre as publicações da escritora. Camilo responde da seguinte forma:

Ana Plácido, além de *Luz coada por Ferros*, escreveu o romance *Herança de Lágrimas* com o pseudônimo de Lopo de Sousa, e com o mesmo pseudônimo traduziu três volumes de romances franceses: *A vergonha de matar*, *Como as mulheres se perdem* e *Feitiços da mulher que te mando*. Escreveu na Gazeta literária do Porto. **Ela se confessa arrependida de todos estes pecados**, e te pede que não a menciones se não pelo pseudônimo. Isto é sério. (Castelo Branco, 1943, p. 9, grifo nosso).

Não cremos que esta era a opinião de Ana Plácido, pois sabemos que a literatura ocupou um papel muito importante na sua trajetória, além disso, Ana Plácido dedicou-se a literatura até seus últimos dias, portanto, estaria longe de considerá-la pecado. Cremos sim, que esta era a visão de Camilo Castelo Branco sobre as mulheres e que estava alinhado ao contexto do século XIX em que a condição feminina estava baseada no pudor, na modéstia e na subalternização.

Por outro lado, a relevante contribuição de Ana Plácido na obra de Camilo Castelo Branco é

reconhecida pelos críticos e estudiosos do autor. Em seus últimos anos de vida, Camilo já estava muito doente e andava sempre a viajar de cidade em cidade em busca da opinião de médicos que lhe dessem esperança de cura. Camilo nesta altura já mal podia ler, visto que em virtude de sua enfermidade foi perdendo gradualmente a visão. Conforme nos explica Campos (2008):

A ideia de que Camilo se isolou em Ceide a plantar couve-galega é um mito. Camilo contactava com grandes intelectuais do seu tempo, poetas, escritores, políticos, condes, barões, viscondes e barões, assinava inúmeros periódicos, e não regateava livros que lhe trouxessem mais conhecimento. Aliás, a vida de andarilho que levava, pouco consentânea com as suas constantes dores e achaques que, segundo dizia, o retinham no leito, não era propícia a abundante obra literária que legou ao país. A menos que Ana Plácido tenha sido muito mais do que a sua mulher fatal, a sua amante querida, a sua enfermeira e assistente, e aquela de quem se enfadou. A menos que tenha sido mais autora do que assistente e tenha produzido muito mais obra do que a que veio a conhecimento do público. (CAMPOS, 2008, p. 221).

Não podemos confirmar a hipótese defendida por Campos (2008), apesar de concordarmos com a sua argumentação coerente que compara a vasta produção do escritor e seu estado de saúde. Nesta pesquisa, contudo, preferimos dar maior relevância a produção afirmada por Ana Plácido, visto que é através dela que podemos confirmar que a autora usa a escrita para refletir sobre os acontecimentos ocorridos em sua vida, e isto faz com que se perceba e se reconheça de outras formas formando assim a sua consciência, mas também ao que ia sucedendo na sociedade, não se apresentando como produto do meio, mas como fator da sua transformação. Ana Plácido, ao refazer a sua trajetória, forma a sua consciência com o processo de autoanálise a partir da escrita, mas também a consciência do seu gênero (o feminino), silencioso e silenciado.

Referências

ALONSO, Cláudia Pazos. Ana Plácido, uma escritora oitocentista exemplar. In: PRETOV, Petar *et al* (Org.). **Avanços em Literatura e Cultura portuguesas**. Da Idade Média ao século XIX. Santiago de Compostela, Faro: Associação Internacional dos Lusitanistas e Através Editora, 2012. p. 249-266.

ALONSO, Cláudia Pazos. A trajetória literária de Ana Plácido e o papel de Camilo. In: SOUSA, Sérgio Guimarães de. **Representações do feminino em Camilo Castelo Branco**. Vila Nova de Famalicão, Casa Camilo:Centro de estudos Camilianos, 2014. p. 39-64.

CABRAL, Fernanda Damas. **Ana Plácido**. Estudo, cronologia, antologia (narrativa). Lisboa: Caminho, 2012.

CABRAL, Fernanda Damas. Ana Plácido. In: FERRAZ, Maria de Lourdes A. (Coord.) **Dicionário de Personagens da Novela Camiliana**. Lisboa: Caminho, 2002. p. 422-423.

CAMPOS, Maria Amélia. **Ana, a Lúcida**. Biografia de Ana Plácido. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 2008.

CASTELO BRANCO, Camilo. **Sete cartas de [...] a Luís Augusto Palmeirim**. Oldemiro César (compilação). Lisboa: Império, 1943.

CASTRO, J. C. Vieira de, Camillo Castello Branco. **Notícia da sua vida e obra**. 2. ed. Porto: Graphica de António José da Silva Teixeira, 1863.

CASTRO, Aníbal Pinto. **Ana Plácido, a ‘heroína’ de Camilo**. In: A Mulher na Vida e Obra de Camilo, Braga, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão/Centro de Estudos Camilianos, 1997.

O NACIONAL, semanario politico, commercial, noticioso e critico. Porto: Typographia Alliança, 1860.

PLÁCIDO, Ana. **Luz coada por ferros / Herança de Lágrimas**. Edição facsimilada. Vila Nova de Famalicão: Lello & Irmãos Editores/ Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1995.

SILVA, Fabio Mario da. **Os dilemas femininos no romance «Herança de lágrimas», de Ana Plácido**. 2020. Disponível em: <<https://e-lcv.online/index.php/revista/issue/view/5>>. Acesso em: 2 abr. 2021.

WOOLF, V. **Um teto todo seu**. Tradução de Bia Nunes de Sousa e Glauco Mattoso. 1. ed. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

In: ISMÉRIO, Clarisse; PREVEDELLO, Carine (Orgs.). Nem tudo são rosas [recurso eletrônico]: refletindo os preconceitos, as lutas e conquistas femininas. São Paulo: Vecher, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.47585/nemtudosasorosas>>.

Memórias de educadoras pretas: evidências do racismo estrutural nas instituições de ensino de Bagé e Uruguaiana/RS

*Mariana Abreu*¹

doi.org/10.47585/nemtudosasorosas9

¹ Pedagoga, graduada pelo Centro Universitário da Região da Campanha (Urcamp), <http://lattes.cnpq.br/3498365900606731>, e-mail: abreumariana17@gmail.com

Introdução

O racismo, é uma realidade enraizada na sociedade que se faz muito presente no âmbito escolar por se tratar de um local onde há constante interação social entre pessoas que possuem origem, crenças e opiniões diversas, o que pode gerar algum tipo de divergência. Grande parte das escolas não pontua temas relacionados à diversidade racial e preconceito nas atividades curriculares, o que faz com que o conhecimento acerca desses assuntos não alcance a comunidade escolar, o que dificulta o processo de identificação e resolução de problemas que se originam a partir de atos racistas, multiplicando o número de pessoas que sofrem discriminação e sofrem caladas por não terem o apoio necessário ou por não saberem quais providências deveria tomar ao se deparar com uma situação racista.

Diante do exposto, a presente pesquisa teve como objetivo refletir as causas e as consequências da presença do racismo nas escolas analisando relatos de profissionais pretas da educação sobre suas vivências na docência e no período de formação escolar. A respeito da realidade do contexto escolar atual ao que diz respeito a disseminação de conhecimento sobre diversidade racial, preconceito e discriminação, bem como a situação em que se dão as relações interpessoais entre os membros da comunidade escolar em uma sociedade onde o racismo se faz tão presente, analisando a visão acerca de cada um levando em conta a cor da pele como parâmetro e as posições que pessoas pretas e não pretas ocupam neste ambiente.

Para tanto, foram entrevistadas cinco professoras pretas atuantes nos anos iniciais do ensino fundamental das cidades de Bagé e Uruguaiiana, cujas memórias evidenciaram a presença marcante do racismo em suas trajetórias profissionais.

Racismo: da escravidão aos dias atuais

A escravidão surge em meados dos séculos XVI e XIX, provocando a perda dos direitos humanos

de milhares de pessoas pretas, de acordo com Maria Leite (2017) presume-se que aproximadamente 40% dos africanos foram forçadamente trazidos para o Brasil, onde seriam tratados como mercadoria para possíveis negociações e posteriormente serem submetidos a trabalho braçal desumano e tortura.

O Brasil, em razão de sua dimensão e da ausência de preocupação coma reprodução biológica dos negros, foi o maior importador de escravos das Américas. Estudos recentes estimam em quase 10 milhões o número de negros transferidos para o Novo Mundo, entre os séculos XV e XIX. Para o Brasil teriam vindo em torno de 3.650.000. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1988, p. 9).

Haviam diversas áreas onde se utilizavam da mão-de-obra dos escravos trazidos para o Brasil, a principal delas era a agricultura. Produtores de cana-de-açúcar, algodão, fumo e café encarregaram os escravos das atividades braçais da lavoura. Além da agricultura, os negros tidos como mais sociáveis e civilizados atuavam também em serviços domésticos nas casas grandes. (MARQUESE, 2006)

As condições em que viviam os escravos durante esse período eram deploráveis e de extrema desumanidade. Os trabalhadores de todas as áreas eram submetidos a um tratamento violento sob condições que ofereciam riscos gravíssimos à saúde, além de sofrerem com as torturas como forma de punição por desobediência ou trabalho mal executado.

Nas minas e lavouras de exportação, nestas últimas na época de safra, era comum o escravo trabalhar até 14 ou 16 horas, alimentando-se e vestindo-se mal e se expondo ao clima. Em geral amontoavam-se em senzalas impróprias para a habitação e careciam de cuidados médicos, sendo frequentemente vítimas de doenças que se tomavam endêmicas, como a tuberculose, disenteria, tifo, sífilis, verminose, malária. A média de vida útil, por isso, variava de sete a dez anos. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1988, p. 10).

O trabalho executado pelos escravos movimentou diversos setores da economia do Brasil como agricultura, culinária e arquitetura, bem como impulsionou o crescimento de aspectos culturais como

religião, língua e música. No entanto, os escravos tinham como obrigatoriedade, além de executar suas funções e manter a obediência, se apropriar do idioma, da moral e da religião de seus senhores, primando pela lealdade e pelos valores ensinados logo após a sua chegada no país.

É indiscutível o fato de que esses trabalhadores escravizados foram submetidos a situações de extrema crueldade e brutalidade, onde suas vidas foram postas em risco sem o mínimo do necessário para sobrevivência de forma digna, as punições não eram constantes, no entanto, mantinham sempre um padrão de intensidade bastante elevado em todos os setores onde se utilizava seus serviços, porém, mais recorrentes com os trabalhadores atuantes nas lavouras, sendo “estes castigos — imobilização no tronco, açoites, marcas a ferro quente, esmagamento de dedos, corte de orelhas — costumam ser mais violentos na lavoura, sobretudo nos períodos em que era indispensável o trabalho contínuo, e diante de faltas graves”. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1988, p. 11).

Apesar de expostos à extrema desumanidade e tortura, onde trabalhavam de forma violenta sendo explorados intensamente, os pretos mantinham a esperança de recuperar a liberdade e sobreviver a condição que lhes cabia no momento. Estratégias de fuga e rebelião eram traçadas pelos escravos como forma de resistência. A formação de quilombos e planos para escapar foram algumas das formas de resistência dos escravos do país, bem como a sabotagem nas produções agrícolas de seus senhores.

Tão intensa quanto a própria escravidão foram os tipos de resistência apresentados pelos sujeitos escravizados ao sistema que lhes fora imposto. A resistência revelou-se desde a recusa vã em deixar suas terras, famílias, culturas e histórias na África, passando pela rebelião durante a insalubre travessia do Atlântico, até as formas mais radicais, como assassinato de seus escravizadores nos locais de trabalho forçado. (LEITE, 2017, p. 65).

Após a libertação dos escravos, em decorrência da abolição da escravatura pautada em fins meramente econômicos, os pretos foram postos em uma situação de total marginalidade dentro da sociedade, pois mesmo livres da escravidão, não possuíam direitos que lhes permitissem seguir suas vidas de forma digna. Não havia oportunidade para a população negra no mercado de trabalho, pois,

por serem recentemente libertados, a imagem de seres inferiores e desumanizados que possuíam, ainda prevalecia na concepção na supremacia branca na época.

Uma boa parte da elite brasileira não queria que os negros assumissem os novos postos de trabalho que estavam surgindo no Brasil, à preocupação da elite era embranquecer o país com imigrantes vindos da Europa. Essa política de segregação racial fez com os negros vivessem as margens da sociedade. (NASCIMENTO *et al*, 2010, p. 310).

Por mais que o período escravocrata tenha chegado ao seu fim, o povo preto permaneceu enfrentando dificuldades, que por não terem tido suas necessidades básicas atendidas na época, consequentemente permeou diversos problemas de desigualdade racial e de classe geradas a partir do racismo fruto da escravidão.

Mesmo com o fim da escravidão ainda não conseguimos de fato a nossa liberdade definitiva, pois temos resquícios daquele período, à discriminação é uma delas. A batalha de hoje se dá em duas frentes principais, a frente acadêmica e a frente do movimento pelo fim das discriminações raciais. (NASCIMENTO *et al*, 2010, p. 312).

As marcas do racismo instituído no período escravista perpassam os anos e se fazem presentes até os dias atuais, agindo através da desigualdade racial, de classe e é instaurado nas relações de forma que muitas vezes passa despercebido através do racismo estrutural que está enraizado na mente da população brasileira.

A presença do racismo dentro das instituições de ensino

O racismo é uma ação, um comportamento, um pensamento que se resulta da aversão, do ódio, da repulsa em relação a determinada raça, abordando mais especificamente a raça preta. As manifestações

racistas resultam de uma ideologia com pensamentos que se referem às raças como superiores ou inferiores entre elas a partir de uma ideia de imposição de uma única crença dita como verdadeira e inquestionável. E dentro das instituições ensino o racismo geralmente se manifesta de duas formas, a mais habitualmente presente é o racismo de forma estrutural que frequentemente passa despercebido por não ser uma manifestação explícita de preconceito e discriminação.

Como é citado na obra Educação antirracista: caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03 “A forma institucional do racismo implica práticas discriminatórias sistemáticas fomentadas pelo Estado com seu apoio indireto”. Elas manifestam-se sob a forma de isolamento dos pretos em determinados bairros, escolas, empregos. Essas práticas racistas manifestam-se, também, nos livros didáticos tanto na presença de personagens pretos com imagens deturpadas e estereotipadas quanto na ausência da história positiva do preto no Brasil como é apresentado por Nilma Lino Gomes:

[...] as crianças negras convivem na escola com uma visão distorcida da história dessa raça, seja através da omissão dos fatos ou de uma visão distorcida. De um modo geral, a história, ao trabalhar com a questão racial, apresenta o negro somente como escravo, dando-nos a impressão de que os africanos foram trazidos para o Brasil já viviam nessa condição indigna desde que foram capturados pelos mercadores de escravos [...]. (GOMES, 1995, p.59).

Aspectos do cotidiano escolar como currículo desprovido de conteúdos que abordam questões raciais e culturais de forma ampla, material didático representado por personagens majoritariamente brancos onde os pretos são retratados em sua grande maioria apenas por escravos, são referência ajustes e limitadoras no processo de aprendizagem de alunos pretos.

Eliane Cavalleiro (2005) destaca que muitos dos profissionais de educação dizem não perceber as discriminações raciais e conflitos entre os alunos e professores dentro do cotidiano escolar. Esses profissionais dizem não compreender em quais momentos que ocorrem os conflitos e práticas de discriminação entre os membros da comunidade escolar, fazendo com que a realização de uma ação

antidiscriminatória seja impedida. Observa-se que, mesmo não sendo reconhecidos pelos professores e trabalhadores da educação, atos discriminatórios e preconceituosos são indicados como um acontecimento sistemático no dia-a-dia da escola, uma vez que a percepção negativa sobre a diferença e ações originadas a partir desse pensamento se fazem presente nas relações entre as crianças, se reproduzem com facilidade entre elas, indicando que as características sociais como cor da pele, textura capilar servem de arma pelo ofender, excluir e atacar crianças pretas. (CAVALLEIRO, 2005)

No entanto, se houvesse um pouco mais de atenção e preocupação com as relações estabelecidas na escola, poderia perceber as situações onde existe um tratamento diferenciado e hierarquizado entre os alunos de diferentes raças. Eliane destaca que essa diferenciação de tratamento concorre para a difusão, a reprodução e a permanência do racismo no interior das escolas e na nossa sociedade como um todo.

Reconhecer que muitos desses profissionais não percebe essas ocasiões como demonstrações de discriminação por se tratar de um racismo institucional que se manifesta de uma maneira bastante discreta, só enfatiza a defasagem do estudo e aprofundamento do racismo no processo de formação dos educadores e por vezes o descaso com que tratam as situações que presenciam.

Portanto, se este profissional não estiver preparado com as devidas informações a respeito de como identificar e combater o racismo das formas mais singelas em que aparece no dia-a-dia, sem tomar as devidas providências ao identificar uma ocasião onde o racismo esteja presente, a discriminação e o preconceito vão continuar se perpetuando dentro das escolas.

Marcas do Racismo Estrutural

Uma nova concepção de racismo, visto muitas vezes como inexistente por tratar-se de uma forma mais implícita de manifestar o preconceito racial, é denominado como racismo estrutural. Esse conceito nos mostra como racismo perpassa as barreiras individuais de discriminação, frisando a forma como ele se apresenta coletivamente nas relações sociais. A discriminação racial intrínseca nas interações sociais

atuais é fruto das consequências da escravidão, muitas concepções e práticas permanecem enraizadas na população e são reproduzidas corriqueiramente, uma vez que o “racismo estrutural mostra como a discriminação age a partir da superioridade de um determinado grupo em relação a outro e como o poder pode ser uma grande ferramenta de inferiorização da população negra”, portanto trata-se de um “estudo como racismo moderno, onde o preconceito é exposto de maneira intrínseca e naturalizada por meio de pequenas ações corriqueiras do cotidiano”. (LIMA, 2020, p. 126)

As sequelas do regime escravagista são ainda bastante perceptíveis em nossa realidade: a pobreza, a violência e a discriminação que afetam os negros são um reflexo direto de um país que institucionalizou o preconceito contra esse grupo, deixando-o à margem da sociedade.

Em uma sociedade em que o racismo está presente na vida cotidiana, as instituições que não tratem de maneira ativa e como um problema a desigualdade racial, irão facilmente reproduzir as práticas racistas já tidas como normais em toda a sociedade [...] relações do cotidiano no interior das instituições vão reproduzir as práticas sociais corriqueiras dentre as quais o racismo na forma de violência explícita ou de micro agressões piadas, silenciamento, isolamento [...]. (ALMEIDA, 2019, p. 32).

A sociedade atual está repleta de ambientes sociais onde não há uma reflexão ou ações que promovam a conscientização e o combate ao racismo estrutural, fazendo com que o racismo permeie as estruturas se reproduzindo facilmente por ser visto como algo banal do cotidiano. É de suma importância que esses ambientes reconheçam o racismo como um problema presente e promovam ações que modifiquem essa realidade, pois “em uma sociedade em que o racismo está presente na vida cotidiana, as instituições que não tratem de maneira ativa e como um problema a desigualdade racial irão facilmente reproduzir as práticas racistas já tidas como ‘normais’ em toda sociedade”. (ALMEIDA, 2019, p. 32)

Os ambientes sociais que não possuem ações que promovam a reflexão a respeito do racismo estrutural, permanecem reproduzindo práticas que não são lidas como discriminação por ser algo recorrente e que não tem qualquer espécie punição para tais comportamentos.

O racismo é parte estrutural de uma racionalidade instituída para ser a norma de compreensão e manutenção das relações sociais. Não se trata, portanto, de uma anomalia no interior de um sistema, e sim de um estruturante do modo de funcionamento das sociedades ocidentais contemporâneas, o que implica pensá-lo como o fundamento de tais sociedades, o que abrange as dimensões da economia, da política e da cultura. (SILVA, 2020, p. 164).

Logo, o racismo estrutural é uma consequência da reprodução de preconceitos trazidos desde o período escravagista que perpassam o tempo até a atualidade, onde a população negra sofre com o racismo de forma indireta ou apenas disfarçada como opinião, sofrendo com o racismo de forma sistemática, sem que haja uma responsabilização dos agressores, bem como ações que solucionem este problema.

Relatos e memórias das educadoras pretas entrevistadas

Durante as entrevistas realizadas com cinco educadoras pretas, foi possível perceber através de seus dolorosos relatos a presença das marcas do racismo em sua trajetória profissional, enraizadas e ainda presentes em seu cotidiano atual. No decorrer da entrevista foi perguntado se no período de atuação na sala de aula, em algum momento foi presenciado algum caso de racismo.

A entrevistada B relata que presenciou diversos casos de racismo no decorrer da sua atuação na área da educação e, além de casos entre alunos, presenciou situações onde os responsáveis dos alunos eram os autores das agressões e tinham como alvo os alunos.

Em 1997, quando eu era do Passo das Pedras, as escolas não eram cercadas, então as mães tinham livre acesso à escola, de entrar, de brigar pelos filhos, de invadir sala de aula, quando vê tem mãe em sala de aula, ficavam muito em fila com as crianças, às vezes tinha situação de uma mãe brigar com outra e já irem se ofendendo, era “negra suja, negra cabelo disso, negra cabelo daquilo, fedorenta” e a mesma coisa que faziam mãe com mãe, era tão sem noção a coisa que às vezes elas agrediam as crianças que eram pequenas, não eram adolescentes porque os adolescentes estudavam no turno da manhã, eu trabalhava no turno da tarde, eram crianças de no máximo 9 anos. (ENTREVISTADA B, 23 de outubro de 2020).

Foi apontado pela entrevistada C a importância da intervenção ao se deparar com situações racistas, dando destaque ao impacto que esse tipo de agressão pode causar no emocional dos atingidos, bem como a relevância da abordagem de temáticas que englobam preconceito de diversas maneiras, especificamente o que está ligado a raça dentro do ambiente escolar.

[...] é preciso falar sobre a questão racial, desmistificar o racismo, superar a discriminação racial. Diferentemente do que alguns pensam, quando discutimos publicamente o racismo não estamos acirrando o conflito entre os diferentes grupos étnico/raciais. Na realidade é o silenciamento que mais reforça a existência do racismo, da discriminação e da desigualdade racial. (GOMES, 2005, p. 51 e 52).

Também foi citado pela entrevistada C de que forma deve-se desenvolver um diálogo com os agressores e os agredidos, para que dessa maneira haja um entendimento da situação e uma possível solução do conflito gerado.

[...] muitas vezes aquele que sofre o racismo não toma aquilo como uma violência contra si, contra a sua humanidade, eles veem muito com aquela desculpa de “a gente estava só brincando, é só uma brincadeira” “negrinho, macaquinho” entre outros adjetivos mais que a gente conhece muito bem. É fazer qualquer uma das partes entender que aquela brincadeira é racista e que aquela pessoa que diz que está aceitando porque acha que estão brincando com ela, devemos fazer ele entender que aquilo não é normal, não é natural e que não estão brincando com ela, que ela não deve aceitar, pois esse tipo de brincadeira menospreza a nossa capacidade, nossa intelectualidade, nos menospreza quanto seres humanos, enquanto cidadãos, então é toda uma conversa, dependendo da situação, que é necessária de ser feita com ambos, tanto pra quem é racista e comete esse tipo de ato, quanto para o que sofre, porque aquele que sofre precisa entender que aquilo é racismo, que causa um sofrimento e ele tem que reagir. (ENTREVISTADA C, 23 de outubro de 2020).

Posteriormente foi questionado o que foi feito para resolver ou amenizar a situação em que se encontrava, se houve alguma atitude por parte dos profissionais para esclarecer o que estava acontecendo. A entrevistada C ressalta em seu relato a respeito dos momentos em que presenciou o racismo na sua atuação como docente, que

a raça e a cor da pele são vistas como alvo instantâneo de agressão em desentendimentos, além disso, ela cita um momento em seu período de docência em que lhe ocorreu uma situação onde o fato de ser preta foi alvo de xingamentos: “Quando alguém se desentendem, quando é uma pessoa negra, o primeiro xingamento que vem é em relação a raça. Isso aconteceu comigo uma vez, um aluno ficou bravo comigo em relação a uma atitude que tomei e ele me chamou de ‘negra chata’ para me ofender”. (ENTREVISTADA C, 23 de outubro de 2020)

Após sofrer as ofensas desferidas pelo aluno, a entrevistada C tomou atitudes juntamente a coordenação pedagógica da escola, para que em conjunto houvesse um diálogo de esclarecimento da situação, onde mostrariam ao aluno o porquê de suas atitudes serem erradas e, além disso, serem constituídas como crime perante a constituição brasileira.

O primeiro passo, embora a gente queira acima de tudo com os alunos, educar para que eles não sejam preconceituosos, pra que não tenham atitudes desse tipo, principalmente com adolescentes, trabalhei muitos anos com adolescentes, vinte anos. Devemos deixar bem claro para os nossos alunos que o seu comportamento racista é passível de uma pena criminal e junto com isso temos a ação educativa, fazendo com que entendam de onde provém isso. (ENTREVISTADA C, 23 de outubro de 2020).

Por vezes o racismo também se manifesta de maneira explícita com agressões diretas caracterizados geralmente por apelidos, xingamentos e comentários irônicos a respeito de determinada pessoa ou grupo de pessoas pretas. Apelidos de cunho racista como ‘macaco’, ‘carvãozinho’, ‘cabelo de bombril’, ‘preto sujo’, referências como ‘a coisa tá preta’ e ‘humor negro’ são ações onde os estudantes negros são tratados de forma desumana, iguais a animais irracionais, coisas, sujeitos incapazes de interagir socialmente.

Por mais que esse tipo de manifestação seja descaradamente racista, muitos profissionais da educação não tomam providências a respeito desse tipo de agressão.

[...] a manutenção, a indução ou a propagação de racismo, preconceitos e discriminação raciais no espaço escolar devem ser questionados e se auto- questionar quanto ao exercício de sua profissão de educador. Buscar soluções para esses problemas não é um trabalho em favor de alunos negros, representa um trabalho em favor de todos [...]. (CAVALLERO, 2005, p.13).

A ausência de providências diante de casos de racismo, reforça o pensamento de superioridade dos alunos brancos em relação aos alunos pretos seja cada vez mais reforçada, tornando-se um estímulo para que esse tipo de atitude se perpetue dentro do âmbito escolar, como é relatado pela entrevistada B.

[...] às vezes tinha situação de uma mãe brigar com outra e já irem se ofendendo, era “negra suja, negra cabelo disso, negra cabelo daquilo, fedorenta” e a mesma coisa que faziam mãe com mãe, era tão sem noção a coisa que às vezes elas agrediam as crianças que eram pequenas, não eram adolescentes porque os adolescentes estudavam no turno da manhã, eu trabalhava no turno da tarde, eram crianças de no máximo 9 anos. (ENTREVISTADA B, 23 de outubro).

Em seu relato ela também cita um acontecimento relacionado a uma responsável de aluno e uma de suas alunas, onde a criança foi agredida verbalmente de forma racista pela mãe de outro aluno: Eu presenciei uma mãe minha tirando satisfação de uma aluna pequena minha, porque tinham brigado na vizinhança e ela já chegou falando “o que tu quer, negrinha suja, o que tu pensa que tu é? A mãe não te ensina, eu vou te ensinar”. Era desse nível as coisas [...]” (ENTREVISTADA B, 23 de Outubro)

Por vezes, o preconceito não se manifesta apenas entre os alunos e educadores, existe toda uma comunidade escolar envolvida, a partir disso, o racismo pode surgir de outros membros, como é relatado pela entrevistada D, que em sua gestão em uma escola, deparou-se com uma funcionária que agia de forma discriminatória com os alunos.

[...] eu tive casos depois que eu assumi a direção da escola, em que eu comecei a atuar diretamente, a funcionária que fazia a merenda era a pessoa mais racista e preconceituosa que existia, ela não fazia nada pra mim porque eu era diretora, mas era cruel o jeito que ela tratava os alunos, ela fazia a fila e pulava o aluno negro para entregar no prato do aluno branco, os negros tinham que ir lá se servir, para os outros ela ia levar, até que ela pediu para sair da escola porque ela não ia aguentar trabalhar com negros, tive que enfrentar ela de frente. (ENTREVISTADA D, 23 de outubro de 2020).

A entrevistada E, além de abordar em sua fala o racismo entre alunos, conta sobre um caso de racismo entre funcionários da escola, onde mostra também as consequências judiciais de se cometer atos racistas.

Quando eu trabalhava e teve um menino que chamou a menina de “negra suja”, nós fomos conversar, a escola fazia um trabalho, fizeram aquela conversa toda, eu também presenciei, inclusive entrei pra dentro pra não ser testemunha, uma colega nossa chamou a supervisora de negra “essa negra suja pega no meu pé”, a supervisora deu parte e ela teve que pagar uma indenização porque tinha testemunha, ela teve que pagar uma multa e quase perdeu a vaga. (ENTREVISTADA E, 22 de outubro de 2020).

Houve um questionamento a respeito dos sentimentos das professoras durante a sua atuação em relação ao racismo presente nas escolas, se em algum momento ocorreu de surgir um sentimento de vulnerabilidade perante alguma situação de discriminação direcionada a alunos ou colegas. A entrevistada B conta um episódio que julga ser o que ela se sentiu mais vulnerável durante sua trajetória como educadora, durante o acontecimento, uma professora da escola onde a entrevistada B lecionava foi humilhada pela mãe de um dos alunos da instituição.

[...] eu lembro que com uma colega aconteceu e acho que foi quando eu mais me senti vulnerável, foi quando uma mãe entrou na sala dela e xingou ela na frente de todos os alunos, chamando ela de negra “negra suja, negra isso, negra aquilo” “com a minha filha tu não faz”. Eu não vi porque não era perto da minha sala de aula, quando eu vi aquela zoeira toda na escola, gente correndo, quando eu senti o barulho, abri a porta e fiquei sabendo o que tinha acontecido, que uma mãe tinha ofendido e já tinha ido embora, a professora, com a equipe diretiva que já estava na sala dela, estava desolada, chorando sentada na sala em frente a todos os alunos. Isso é horrível, na hora a gente chorou junto, tu te coloca no lugar da professora. (ENTREVISTADA B, 23 de outubro).

Ela prossegue relatando com pesar a situação em que se encontrava a professora após ter sofrido o ataque e as consequências que esse acontecimento trouxe para a vida da professora e, de acordo com a entrevistada, também para a vida dos alunos que testemunharam a situação.

Eu não vi porque não era perto da minha sala de aula, quando eu vi aquela zoeira toda na escola, gente correndo, quando eu senti o barulho, abri a porta e fiquei sabendo o que tinha acontecido, que uma mãe tinha ofendido e já tinha ido embora, a professora, com a equipe diretiva que já estava na sala dela, estava desolada, chorando sentada na sala em frente a todos os alunos. Isso é horrível, na hora a gente chorou junto, tu te coloca no lugar da professora. Só de escutar ou ver eu já faço a intervenção, acho que escutar uma mãe chegar a esse ponto de entrar em uma sala de aula e agredir uma professora verbalmente, ela não bateu, mas verbalmente... foi horrível, o que os alunos escutaram foi muito triste. A professora entrou em depressão, ficou um tempo afastada da escola, ela ficou muito chateada, depois acabou voltando, mas eu acho que é uma coisa que ela jamais vai esquecer, vai trazer pra vida dela, acho que ela já está até aposentada, mas acho que até os próprios alunos jamais vão esquecer a agressão ouvida. (ENTREVISTADA B, 23 de outubro de 2020).

É válido destacar que durante as entrevistas, foi possível observar através dos presentes relatos, que a mulher negra quanto educadora, recebe um tratamento de total desvalorização e desrespeito no âmbito escolar. O pensamento e o comportamento agressivo da comunidade escolar em relação às educadoras pretas, ilustra nitidamente como o racismo estrutural se apresenta nos ambientes sociais atualmente. Silvio Luiz de Almeida ressalta em sua obra que a estrutura social é constituída por diversos conflitos, como por exemplo, o de raça. Não foi perguntado, mas após essas perguntas, em virtude de se identificar nitidamente o racismo estrutural, surgiu na fala de todas, o destaque ao estereótipo lançado contra as mulheres pretas.

Em uma sociedade em que o racismo está presente na vida cotidiana, as instituições que não tratam de maneira ativa e como um problema a desigualdade racial irão facilmente reproduzir as práticas racistas já tidas como “normais” em toda a sociedade. É o que geralmente acontece nos governos, empresas e escolas em que não há espaços ou mecanismos institucionais para tratar de conflitos raciais e sexuais. Nesse caso, as relações do cotidiano no interior das instituições vão reproduzir as práticas sociais corriqueiras, dentre as quais o racismo, na forma de violência explícita ou de micro agressões – piadas, silenciamento, isolamento [...] sem nada fazer, toda instituição irá se tornar uma correia de transmissão de privilégios e violências racistas e sexistas. De tal modo que, se o racismo é inerente à ordem social, a única forma de uma instituição combatê-lo é por meio da implementação de práticas antirracistas efetivas. (ALMEIDA, 2019, p. 31).

Em vários momentos durante as entrevistas pode-se notar situações originadas a partir do racismo estrutural. Foi relatado pela entrevistada B, a maneira como uma professora preta, a qual ela foi aluna em uma escola privada, era tratada com enorme desrespeito pelos alunos, tendo sua autoridade como docente totalmente negada e sofrendo ataques que reforçam os estereótipos comuns de serem reproduzidos pelo racismo estrutural.

Os alunos diziam “eu faço o que eu quero na escola” e isso já me incomodava [...] chamar uma professora que a gente tinha de negra, ela não era chamada pelo nome, era chamada de negra “aquela negra marcou trabalho, pensa que é assim? eu não vou fazer” eu vi muita coisa e acredito que isso ainda deve existir, infelizmente ainda deve existir, embora seja crime, mas a gente vê toda hora que isso ainda acontece. (ENTREVISTADA B, 23 de outubro de 2020).

A profissão de professora antigamente era tida como um cargo elitizado, por isso, atualmente permanece sendo uma posição mais valorizada quando ocupada por mulheres brancas. Durante o relato da entrevistada D, ela conta dois episódios onde colegas de trabalho foram racistas, a colega professora reproduziu em sua fala um estereótipo típico do racismo estrutural, onde a mulher preta é vista apenas como um corpo para servir e, o colega diretor foi mais explicitamente racista, porém, reproduzindo em sua fala o racismo presente nas estruturas sociais que considera incabível a ocupação de cargos de poder por personalidades pretas.

fui convidada pelos colegas a me candidatar a direção da escola, as alunas em massa queriam, foi aí que eu senti pela primeira vez que eu vivenciei algo tão explícito de racismo comigo, quando uma colega, que era de uma classe muito alta na cidade, chega e me diz o seguinte, que não tinha nada contra o meu trabalho, mas que na cabeça dela negro ainda era atrás do fogão. O ex-diretor que era meu parceiro, a gente fez vários projetos juntos, fizemos oficinas para resgatar essa comunidade, tudo deu certo, funcionou naquela época [...] Ele (o ex-diretor) chegou pra mim e disse “é verdade o que me disseram que tu vai se candidatar a diretora?” e eu assim como estou conversando contigo disse pra ele “pois é, as gurias me convidaram, sabe que estou até pensando” ele bateu com as duas mãos em cima da mesa e disse “eu prefiro passar um trator

e desmanchar até o último tijolo dessa escola do que entregar a direção pra uma negra” tu imagina como eu fiquei. (ENTREVISTADA D, 23 de outubro de 2020).

A ausência e a não aceitação de pessoas pretas em cargos de poder, é mais uma ferramenta de reprodução das estruturas racistas presentes na nossa sociedade. Almeida reflete a respeito da falta uma efetiva representatividade de negros em cargos de poder, não os tratando apenas como apenas um número a preencher uma lacuna.

[...]a supremacia branca no controle institucional é realmente um problema, na medida em que a ausência de pessoas não brancas em espaços de poder e prestígio é um sintoma de uma sociedade desigual e, particularmente, racista. Portanto, é fundamental para a luta antirracista que pessoas negras e outras minorias estejam representadas nos espaços de poder, seja por motivos econômicos e políticos, seja por motivos éticos. (ALMEIDA, 2019, p. 32 e 33).

Os relatos citados apresentam situações onde o racismo estrutural se apresenta nas mais diversas formas, reforçando estereótipos e disseminando conceitos discriminatórios na sociedade, em específico na comunidade escolar.

Considerações finais

O racismo estrutural e a origem das estruturas racistas foram contextualizados e, foi verificado através da literatura disponível, de que forma o racismo se manifesta nos ambientes sociais, quais fatores contribuem para a existência da discriminação racial no âmbito escolar, dando destaque a inferiorização das educadoras pretas, abordando as consequências trazidas pelo racismo estrutural na vida dos membros da comunidade escolar.

Na análise das entrevistas com educadoras pretas, podemos entender claramente de que

forma o racismo estrutural se alastra nos ambientes sociais e como atua nas relações interpessoais dos membros da comunidade escolar. Todas as entrevistadas trouxeram relatos de situações onde alunos foram discriminados, tanto de forma implícita, como explícita, desde xingamentos de cunho racista, até exclusão e rejeição por parte de colegas e professores.

Diversos casos de racismo originalmente vindos dos professores, direcionados aos alunos, foram relatados pelas educadoras entrevistadas, mostrando através de tais comportamentos, a forma como o aluno preto é lido de maneira inferior.

Foi comprovado nas memórias trazidas pelas educadoras pretas entrevistadas, o tratamento racista que recebem nos ambientes onde atuam. Relatos de agressões desferidas por grupos de alunos, comentários de cunho racista por parte de colegas de trabalho e agressões por parte de pais de alunos foram coincidentemente recorrentes na fala das entrevistas, mostrando como as estruturas racistas reproduzem um comportamento padronizado quanto a discriminação racial.

A falta de conhecimento e diálogo a respeito da temática racial foi muito enfatizada na fala das entrevistadas, que ressaltaram a importância da existência do debate sobre a diversidade racial e a criação de atividades, projetos e ações que movimentam a comunidade escolar, possibilitando o entendimento das temáticas raciais através dessas propostas.

As memórias das educadoras pretas reafirmam, que mesmo nos dias atuais, elas permanecem sofrendo com as consequências do período da escravidão, que perpassaram os anos, mostrando o racismo estrutural insistentemente presente nas relações no âmbito escolar, atingindo não apenas educadoras, como também, alunos e funcionários pretos membros das instituições de ensino. Por isso, é de suma importância, como foi frisado por todas as entrevistadas, que haja um trabalho árduo de toda comunidade escolar, para que através de ações que promovam a conscientização a respeito do racismo, o combate à discriminação e a valorização do povo preto, o racismo estrutural que permanece impregnado no convívio social, possa se dissipar gradualmente e, com isso, promovendo a igualdade, a equidade e a valorização do povo preto.

Referências

ALMEIDA, Sílvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Jandaia, 2019. Disponível em: <http://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo_estrutural_feminismos_-_silvio_luiz_de_almeida.pdf>. Acesso: 11 nov. 2020.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Para uma história do negro no Brasil**. Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro, 1988. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1104317/icon1104317.pdf>. Acesso: 20 ago. 2020

BRASIL. **Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 16 nov. 2020.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. Em favor da igualdade racial, São Paulo: Contexto, 2018.

GOMES, Nilma. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira**: desafios, políticas e práticas. 2011. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/303979143.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2020.

LEITE, Maria. Tráfico Atlântico, escravidão e resistência no Brasil. **Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**, Ceará, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.1983-6023.sank.2017.137196>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

LIMA, Márcia. **Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho**. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

MARQUESE, Rafael. **A dinâmica da escravidão no Brasil: Resistência, tráfico negreiro e alforria, séculos XVII a XIX**. São Paulo: CEBRAP, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-33002006000100007>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

NASCIMENTO. André. **O fim da escravidão e as suas consequências**, Ceará: IV Colóquio de História UNICAP, 2010. Disponível em: <<http://www.unicap.br/coloiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/4Col-p.309.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

SILVA, Claudilene. **Professoras negras: construindo identidades e práticas do racismo no espaço escolar**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/4887>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

In: ISMÉRIO, Clarisse; PREVEDELLO, Carine (Orgs.). Nem tudo são rosas [recurso eletrônico]: refletindo os preconceitos, as lutas e conquistas femininas. São Paulo: Vecher, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.47585/nemtudosaorosas>>.

Autorretrato das narrativas de mulheres docentes: poesias de desenhos pessoais e profissionais

Paula Lemos Silveira¹ e Vaneza Silva da Rosa²

doi.org/10.47585/nemtudosaorosas10

¹ Doutoranda em Educação (UNISC), Mestra em Educação (UNISC), <http://lattes.cnpq.br/3732348490192281>, e-mail: paulalsilveira@mx2.unisc.br

² Doutoranda em Educação (UNISC), Mestra em Educação (UNISC), <http://lattes.cnpq.br/3732348490192281>, APAE, e-mail: vsrosa@mx2.unisc.br

Introdução

Para compreendermos as nossas narrativas de vida, faz-se necessário nos apresentarmos e nesse sentido optamos por sermos identificadas por um dos nossos sobrenomes: A Silveira e A Rosa. Justificamos as escolhas, pois cada sobrenome traz consigo narrativas afetivas, experiências que nos tocam em nossas diferenças. Ecos de vozes em nossas memórias, ou que permanecem silenciadas com o tempo. Recordações que nos permitem olhares analíticos para nós mesmos.

Inspiradas pelas palavras de Mário Quintana, analisamos que o poeta constrói a poesia em distintos atos: O de criação da obra e o de se construir enquanto pessoa. O título do poema mostra a necessidade do Poeta em se auto-retratar para o outro, segundo Quintana (2021):

“No retrato que me faço - traço a traço - ...
às vezes me pinto nuvem, às vezes me pinto árvore...
às vezes me pinto coisas de que nem há mais lembrança...
ou coisas que não existem mas que um dia existirão...
e, desta lida, em que busco - pouco a pouco - minha eterna semelhança,
no final, que restará? Um desenho de criança...
Terminado por um louco!”
(QUINTANA, 2021, p.1).

Sendo assim, fomos provocadas por nossas narrativas marcadas por muitos retratos que se constituem em autorretratos nos quais, inventamos cores, traços, linhas, palavras, sentido singular mas também plural pois, cada uma de nós traz consigo as relações que nos afetaram e afetam em nossos percursos existenciais. Por isso, somos vozes de muitas outras vozes, somos professoras porque de alguma maneira tivemos professores que nos deixaram a sua presença com: conhecimentos, afetos, insegurança, receptividade, alegria, em outros aspectos que foram sentidos em nossas experiências escolares, acadêmicas e pessoais.

Desta forma, temos o objetivo de compreender como as nossas narrativas de vidas pessoais e profissionais respondem aos nossos modos de ser pessoa e docente. A problemática que nos movimenta se apresenta na seguinte questão: Como as narrativas de vida pessoais e profissionais respondem aos nossos modos de ser na personalidade e profissão?

Desenhamos os nossos autorretratos, traço a traço, alinhavados numa colcha de retalhos. Tais alinhavos, movimentam-se em suas linhas, pontos, não permanecendo em um único lugar. Em cada alinhavo um novo começo, algo desconhecido que poderá ser sentido nas relações com os outros.

Dito isso, é relevante mencionar que nas narrativas das nossas experiências pessoais e profissionais, em algum acontecimento que, na vida fomos interpeladas, iremos nos encontrar. Não porque escolhemos este encontro, mas fomos escolhidas por ele. E a partir dele os nossos vínculos afetivos se transformaram em relações de amizade, pois para cada uma de nós, os nossos percursos de vida se desenham em:

[...] encontros e desencontros, [...]. Alguns desses encontros, poucos, talvez, possam ter sido escolhidos por mim [...] Outros, certamente me encontraram e por eles fui escolhida. Sou feita por uns e por outros a tal ponto que não consigo mais distingui-los [...]. (GARCIA, 2018, p. 163).

E a partir desses, um autorretrato de si mesmo que deixou-se ser afetado por pluralidades, tornando-se quem sabe, um outro desejado, talvez uma reinvenção de si, trazendo descritos em seus desenhos narrados a permissão de novos olhares que nos permitem a escuta de nossas próprias vozes. Um desfazer do que está em nós, sendo feito para outro recomeçar.

As imagens narradas como uma fotografia serão um artefato que produz algo, capta gestos, retratando movimentos que geram memórias eternizadas em uma imagem, podemos também produzir nossa auto imagem artística, nos autorretratando através de nossa própria selfie nos identificando apenas por uma pose tais análises nos levam a pensar na identidade dos estudos culturais que segundo

o autor Hall (2006, p.8), identidades culturais trazem aqueles aspectos de nossas identidades que surgem de nosso “pertencimento” a culturas étnicas, raciais, lingüísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais e pode-se dizer que o autorretrato se configura como uma maneira de representação da própria identidade do incluído.

Ao iniciar o nosso desenho, pensamos aqui na docência como uma ampla temática, que se entrelaça às nossas autorias nas narrativas de vida. Sendo assim, a pesquisa qualitativa proporciona um modelo de entendimento profundo de ligações entre elementos, direcionado à compreensão da manifestação do objeto de estudo (MINAYO, 2007). Assim, a abordagem qualitativa aplica-se ao estudo, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produto das interpretações que os seres humanos fazem, de como vivem, constroem seus artefatos através de si mesmos, sentem e pensam (TURATO et al, 2008). Cada uma, com seus retalhos moldaram essa colcha, justamente porque lança aos nossos sentimentos o que somos, algo que nos une e nos constitui como humanos.

Baseados em nossas experiências de tudo aquilo que nos toca, nos passa, nos desafia, nos movimenta enquanto seres docentes. Assim, buscamos:

[...] à docência como um lugar privilegiado de experimentação, de transformação de si, de exercício genealógico-lugar de indagação sobre de que modo nos fizemos desta e não daquela forma, de que modo temos recusado ser isto ou aquilo, no caso, como docentes. (FISCHER, 2009, p.94).

Com isso estamos assumindo a nossa docência como desenhos entre diferentes traços, nesses desenhos, em que somos as artisteiras de nossas vidas, vamos percorrendo cada traço ao desconhecido na medida em que as nossas histórias estejam sendo narradas.

Muito mais que um conjunto de técnicas de pesquisa, as nossas trajetórias de vida representam então uma perspectiva colocada frente à construção do conhecimento social. Uma abordagem como esta visa reconhecer as inúmeras facetas deste processo construtivo / narrativo que denominamos em geral por ciência, indistintamente do campo ou área do conhecimento a que possa ser aplicada. A

construção de trajetórias de vidas envolve também a compreensão da nossa relação enquanto mulheres, corpo e sociedade, de nossas fases da vida tendo como foco analítico as experiências docentes que se entrelaçam. Experiências aqui pensadas a partir dos estudos de Larrosa (2020).

Ter experiência em algo é, antes de tudo, estar imerso em eventos ou ações [...] que trazem consigo suas próprias lições, seu próprio aprendizado, seu próprio conhecimento [...], e é uma condição da experiência estar envolvido em fazer, em uma prática imersa no mundo que nos chega, que nos implica, que nos compromete ou, às vezes, que exige ou nos impõe. (LARROSA, 2020, p. 1).

Então, fomos interpeladas por esta analogia dos desenhos como autorretratos de vidas, possibilidades na construção do conhecimento social em contextos contemporâneos frente a importância da mulher e de sua trajetória que para Larrosa (2020, p.3) “são experiências que envolvem o corpo que é o lugar onde cada história singular é inscrita”, o lugar, onde sentimentos e pensamentos se manifestam em batimentos cardíacos, em palavras, em imagens.

Buscamos nos desenhos, nossa própria identidade enquanto mulheres, que movimentam-se em seus emaranhado de fios, costurando uma colcha de retalhos. Entrelaçamos e inventamos nossos tons, traços, espaços, modos de existências na personalidade e profissionalização. Os autorretratos que os percursos da vida nos fazem pintar e narrar, nos permitindo diferentes modos de sentir e olhar para nós mesmos.

Neste sentido, as nossas narrativas irão produzir relações com cada uma de nós, de modo singular e também plural, como já foi dito anteriormente, sinalizando desta maneira possibilidades para compreendermos as dimensões do pessoal e profissional no ser professora. Assumindo a nossa autoria nesta escrita não como:

[...] domínio, mas de compromisso, que não seja de apropriação, mas de transformação. Que exista alguém dentro de nossa forma de escrever, de nossa forma de pensar, de nossa forma de viver. Seja o que for. Que mantenhamos, ao menos, a mínima dignidade de escrever sem mentir e sem mentir para nós, num presente cada vez mais difícil e nunca garantido. Numa primeira pessoa cada vez mais impossível, mas sempre perseguida. Numa distância crítica cada vez mais

problemática e mais cética, mas cada vez mais livre. Ao mesmo tempo no singular e no plural. Escrevendo. Pensando. Vivendo. Sempre no devir. (LARROSA, 2004, p. 42).

Portanto, nossos desenhos são experiências de diferentes invenções: mulher, mãe, dona de casa, professores e administradoras de nossas vidas em constantes transformações de carreira, estudos, trabalhando em nossas instituições de ensino. Como olhares distintos para a construção de nossa existência enquanto obra de vida, onde o autor, personagem e narrador como diz Larrosa(2011) se unificam na pessoa. na E nesta analogia de desenhos em retalhos iremos tecer os nossos autorretratos, as palavras irão contornar as imagens, lugares, cheiros, pessoas, fatos, vozes e até mesmo o silenciamento, como experiências sentidas na relação consigo mesmo ao encontro de outros num compromisso ético, político e social.

O Autorretrato da Silveira

Ao escrever meu autorretrato como uma representação, me sinto uma artista, em que a história está nos inúmeros autorretratos pintados que expressam a luta para permanecer viva, estampada em um desenho, que faz sentir tudo que sou e que talvez faça sentido para alguns leitores. Invento e reinvento o que eu imagino, desejo ou talvez idealize ser. Constitui-se do meu discurso feito na primeira pessoa, como minha, autobiografia visual, em uma revelação de um olhar voltado sobre si mesma, fico reflexiva ao me descrever pensando em quais traços utilizar.

Desconfio que tento encontrar minha identidade em um autorretrato, onde se pintam de várias maneiras, através de palavras rabiscadas em meu imaginário, por onde vagam as lembranças passadas, para que venham ter importância, contribuindo para o momento, até mesmo sonhos que ainda não foram, mas que ainda serão realizados, escrevo com as tintas fazendo rabiscos, que talvez só faça sentido para minha pessoa que escolhe a tinta com amor de artesã, cabendo a cada leitor compreender conforme a sua interpretação o

desenho pintado através dessas singelas palavras, que segundo o autor:

As palavras determinam nosso pensamento porque não pensamos com pensamentos, mas com palavras, não pensamos a partir de uma suposta genialidade ou inteligência, mas a partir de nossas palavras. E pensar não é somente “raciocinar” ou “calcular” ou “argumentar”, como nos tem sido ensinado algumas vezes, mas é sobretudo dar sentido ao que somos e ao que nos acontece. (LARROSA, 2002, p.2).

Ao trazer minhas primeiras reflexões através das palavras, faço uma luta entre elas, sendo essa uma luta em vão, pois pinto as letras de um poema, como uma música, em que me pergunto quem sou? Sou a Silveira, nasci na região da campanha, no estado do Rio Grande do Sul, mulher, filha de marceneiro, um artista e de uma mãe dona de casa, batalhadora, vida simples, sem pompas, mas graças aos meus pais recebi uma educação rica em caráter e valores.

Em versos componho uma flor, essa flor se alterna em cor, entre um bloco, uma caneta desenho minha família com muito amor que ao iniciar minha vida fui presenteada com quatro irmãs, que são minhas próprias vidas vivenciando uma infância maravilhosa, sendo eu a segunda mais velha, seguindo os passos dos meus pais, que me ensinaram trabalhar mas estudar como foco principal, pois ambos, tinham muita preocupação com o futuro das maninhas, mulheres, inseridas em uma sociedade não tão feminista.

Morando em um mundo totalmente desenhado, colorido, moldo minha escrita em que me pergunto: Quem sou hoje? Docente, casada com o Maneco, vindo de um primeiro casamento, constituímos uma família não tanto tradicional mas pautada no amor, tenho um filho que é meu enteado, pois a minha natureza não me permitiu ser mãe, mas também, sou mãe de um cachorro, sendo assim, aqui esboço meu primeiro desenho, como um retalho que me constitui desde minhas primeiras instituições ou relações sociais. Em meio a minha família, compreendi a escrita das palavras amor, respeito, vida, gratidão e acolhimento.

Nesse desenho, penso ser importante traçar aqui nesse esboço, algo que me constitui, que é minha formação para que possa tornar-se visível e inspirar a outros. Assim, passo a rabiscar meus primeiros

traços que teve início, sem eu perceber, em um curso no SENAC, de informática. Nos anos 80 surgiram os primeiros microcomputadores, logo em seguida, me ofereceram vaga no setor de tecnologia de uma loja, fiz um teste, fui selecionada, trabalhando com digitação, logo em seguida operação fazendo algumas rotinas de backup, trabalhei com diferentes sistemas, de cadastro, notas, crediário.

A empresa de consultoria que desenvolvia os sistemas para loja, me convidou para trabalhar com consultoria de software, o dono da empresa era professor em uma universidade, eu havia iniciado minha faculdade em Ciências Contábeis e influenciada por ele passei para o curso de Informática, me formei bacharel em Informática, com esse mesmo chefe, que foi meu professor orientador e ao mesmo tempo, um mês antes de minha defesa sofreu um grave acidente e veio a falecer. No meu trabalho final eu mantive o seu nome como meu orientador, sendo esse meu segundo desenho traçando meu início profissional e universitário.

Esse mesmo professor, chefe, orientador, antes do seu falecimento, solicitou que preenchesse uma ficha em uma escola de cursos em que ele era diretor, eu estava concluindo um curso de hardware, logo que me formei, fui chamada, por outro diretor que assumiu o lugar do meu antigo chefe. Iniciei as atividades dando manutenção em equipamentos.

Nessa escola assistia as professoras em sala de aula pois a escola era toda com divisórias de vidro, uma proposta muito moderna e interessante. Eles atendiam crianças de escolas conveniadas de todas as séries e níveis escolares até adultos. Em um dos dias de trabalho uma das professoras faltou e pediram para que eu ficasse com as crianças, foi um amor à primeira vista, houve um encantamento.

Passei a trabalhar com as crianças e logo em seguida percebi que os alunos mais jovens me chamavam para que eu auxiliasse, perdi o medo e passei a trabalhar com todas as idades, em diferentes cursos, na área de informática, essa escola era vinculada a uma universidade e a administração resolveu fechar a escola, entregando o prédio, então fomos para uma sala da universidade, fui para uma sala do curso técnico em Informática da universidade na qual fiz uma seleção e ingressei desde o ano de 2000.

Procurando compreender a minha constituição identitária como profissional então docente a partir das vivências pessoais mescladas às experiências formativas compreendidas desde a inserção nesse universo

formativo, em que Tardif (2008), cita que os ingressantes na docência, além dos aprendizados adquiridos na formação, carrega consigo saberes das experiências de sua vida estudantil como respaldo, fazendo articulações entre o tempo e aprendizagem do trabalho docente que se diferenciam das outras profissões.

Sendo assim o professor passa por diversos aprendizados em sua formação sendo afetados por diferentes saberes da experiência que os constituem. que segundo Larrosa (2000):

Se a experiência é o que nos acontece e se o saber da experiência tem a ver com a elaboração do sentido ou do sem-sentido do que nos acontece, trata-se de um saber finito, ligado à existência de um indivíduo ou de uma comunidade humana particular; ou, de um modo ainda mais explícito, trata-se de um saber que revela ao homem concreto e singular, entendido individual ou coletivamente, o sentido ou o sem-sentido de sua própria existência, de sua própria finitude. (LARROSA, 2002, p.8).

Então em 2002 passo a ser docente, tratando daquilo que me constitui como ser docente, ao mesmo tempo que movimenta concepções, balança certezas. São grandes os desafios diários de quem trabalha em uma das instituições de ensino superior comunitárias, sendo uma na Região da Campanha no Rio Grande do Sul. Essa instituição é minha segurança em um lindo desenho que redesenho. Pintura em quadro de uma universidade que desenvolve seu papel pautada em causas sociais, mantém várias ações voltadas para comunidade, temos um hospital universitário que atende a comunidade carente diariamente, demonstrando responsabilidade social.

Nesse autorretrato que estou inventando ser, a artista que estuda e trabalha com as tecnologias se mostra apaixonada por espaços virtuais pois estes também são espaços de conhecimento. Sendo essas as primeiras rabiscos iniciais como docente no ensino superior, houve a necessidade de planejamento, como docente da graduação, em uma disciplina de Educação e Tecnologia, conduzindo uma turma de alunos, estudantes de Pedagogia que coloriram minha vida, como diz Larossa (2002, p. 8) o saber da experiência é um saber particular, subjetivo, relativo, contingente, pessoal considerando que em minha vida surgiram novos desafios, em 2002 conclui especialização em educação, me ofereceram o cargo

de Coordenadora do Curso Técnico em Informática, de 2003 até 2012. Concomitantemente, entre os anos de 2009 a 2017, trabalhei como administradora em Ambientes Virtuais de Aprendizagem, os quais eram utilizados como apoio às disciplinas presenciais.

Em 2016, fui aprovada para cursar Mestrado em Educação, na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), dando início aos primeiros passos desenhados como uma talvez, possível pesquisadora e escritora.

Já em 2019, ingressei no doutorado, passei por problemas de saúde, mas recuperada dei continuidade aos meus estudos que no momento penso ser importante sempre estudar para visualizar esses novos modos de modos de ser docente, diante da transformação digital e das crescentes demandas do trabalho docente.

Dessa maneira, visualizo as oportunidades que me são dadas como uma possibilidades de (re) desenhar, os novos modos de ser docente com o envolvimento das tecnologias. Necessitando novos olhares, procurando perspectivas ou combinações possíveis para as articulações conceituais que geram estranhamento que aqui se justifica para essa vontade de saber, de atualizar-se, que talvez seja um entrelace entre as experiências pessoais e acadêmicas que para o autor Larrosa:

A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece. (LARROSA, 2002, p.2).

As reviravoltas metodológicas em sala de aula são resultados das valorizações sociais da atualidade, no que se refere ao conjunto coletivo subvertendo as mentalidades e os valores tradicionais. Neste sentido, talvez seja relevante refletir sobre as mudanças nas ações docentes e como essas poderão repercutir nos modos de ser docente, como uma bússola procurando uma direção, um horizonte.

Uma das tecnologias que nos movimentou foi o advento da Internet rede de comunicação entre milhões de computadores e pessoas conectadas, proporcionam a interação, essas tecnologias

chegaram para ficar, não tem volta e contribuem para essa desacomodação no ensino sendo considerado um dos desafios, oportunizando mudanças nas ações docentes devido a socialização em tempo real do conhecimento e acesso imediato de informações.

Dessa maneira, focada na área da Educação, traço minha escrita voltada para as tecnologias digitais, os ambientes virtuais, tecnologias móveis em grande expansão e a atual valorização da Modalidades educacionais em diferentes espaços são modelos que nos proporcionam novas experiências tanto para o docente como para o discente ainda mudando a maneira de como nos relacionamos, nos comunicamos e que ainda poderão gerar grandes mudanças em todos os aspectos relacionados a nossa vida, que aqui admito ser uma questão inquietante, pois proporcionam criação, reinvenção e inovação em que os docentes em constante transformação.

Trago em meu autorretrato que é uma forma de pintura, que demonstra a noção do meu ser, como em um modelo retratado, de minha autoria em que sou a própria artista em vários redesenhos, ao longo dos últimos 21 anos de carreira como docente, traçando minha auto performance, uma trajetória de luta, que me dispus a criar, considerando que é minoria das mulheres que possuem formação nas áreas das tecnologias, que aqui nesse espaço, desenho, redesenho, unindo, reunindo meus processos criativos, sempre imaginando as possibilidades que as tecnologias proporcionam, na sua abrangência, disponibilidade no mundo virtual em que presencialidade é substituída por acessos, de que também reinventam transformando-se em novos desenhos de escrita, da comunicação, capazes de diminuir distâncias, ampliar conhecimento. Enfim, nesse momento em que coloco um ponto final em minhas narrativas, convido a Rosa para desenhar o seu autorretrato.

Autorretrato da Rosa

Nos meus desenhos em suas formas indefinidas deixados nos pedaços de retalhos por alguém que me afeta, sigo em meus rabiscos, traçando a beleza da minha arte, não somente em sua

exterioridade, mas também, nas relações que a constituem. O meu autorretrato está nos movimentos da vida, com diferentes tonalidades, nas linhas que são onduladas, às vezes curvas outras retas. Sigo inventando o meu ser mulher, mãe, professora e pesquisadora. A minha história de vida começa em uma cidade localizada na região central do Rio Grande do Sul- Santa Maria da Boca do monte, caracterizada por seu vento norte. Ventos que movimentam os meus pensamentos, me fazendo recordar da minha mãe, narrando os fatos que antecederam o meu nascimento. Na gestualidade do seu corpo, olhares e palavras, os acontecimentos eram narrados. E, com eles entendi que para nascer foi necessário as linhas de fuga, para eu resistir às negações do meu pai motivadas pela ausência de recursos financeiros e também pela falta de uma relação estável de casamento. Entretanto, quando eu nasci, o lugar da negação foi perdendo as suas forças, pois o movimento do amor foi se tornando mais potente, possibilitando diferentes afetos potencializadores das nossas vidas. E tais afetos, também são sentidos no ser professora e pessoa, nas exclusões que perpassam olhares, palavras, silenciamentos, gestos, enfim, o que movimenta as nossas existências.

Na infância fui desacomodada por experiências familiares de amorosidade, um irmão, descobertas, inquietudes, amizades não quantificadas, brincadeiras comigo mesma, com o meu irmão e com duas amigas que permaneceram comigo nos percursos da vida. O tempo não era marcado pelos movimentos e contagem dos ponteiros de um relógio e sim pela lentidão de um:

[...] parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço. (LARROSA, 2015, p. 25).

E nos passos dessa lentidão que me tocava seguia os percursos da minha história, em cada retalho um autorretrato, às vezes com diferentes estampas, ou apenas de uma cor, neles fui traçando as

minhas rosas, pois sou feita de muitas outras, algumas com espinhos que me machucaram e ainda são doloridos, com outras, algumas das minhas pétalas caíram, no entanto, trago comigo o meu sorriso, assim como está escrito na música de Almir Sater (*Tocando em frente*) “eu já chorei demais”.

Nesses lugares por onde eu andei a minha família foi e continua sendo a âncora que me sustenta: a minha mãe, uma mulher movida por sua espiritualidade, o meu porto seguro, o meu irmão, a pessoa amiga, com quem eu posso confiar. O meu pai é um homem de poucas palavras e sorrisos, mas que sempre me incentivou a estudar. Por algum tempo, a nossa relação foi conflituosa, conflitos motivados pelo uso de álcool- o meu pai por muitos anos foi uma pessoa alcoólatra e agressiva. Todavia, chegou um tempo em que a doença lhe fez parar, possibilitando-lhe um outro começo. E foi assim, que juntos inventamos os nossos afetos para outros desenhos nos retalhos da vida pintar. Por fim, a minha filha, a grande surpresa, o amor em potência que fez desaprender o aprendido, me tornando mãe.

Pois bem, nos ritmos dos meus passos, experienciei lugares, sentimentos, relacionamentos, conhecimentos, modos de ser pessoa em estradas e atalhos. As minhas narrativas são práticas de um cuidado que tenho comigo mesma, por isso me autorizo a contorná-las a partir dos lugares que eu habitei ou que ainda estou habitando. Pois, o cuidar-se de si implica um voltar-se para si mesmo, para haver possibilidades de encontro com o outro. E assim, faz-se “necessário manter as relações de amizade”. (FOUCAULT 2004,p. 5)

Desse modo, movimentada por minhas recordações me encontro com o curso de Educação Especial, na Universidade Federal de Santa Maria o qual começou a ter sentido para mim no 4º semestre, quando comecei a trabalhar como bolsista no projeto intitulado *Laboratório de alfabetização: Repensando a formação de professores*, fato que me fez aproximar a minha vida acadêmica da profissional. E ao ser interpelada por esse profissional, conclui o curso de graduação em educação especial e nos alinhavos dos retalhos que esse me deixou, na Escola de Educação Especial Recanto da Esperança APAE, DE CHAPECÓ (Santa Catarina) no ano de 2004, reiniciei outro autorretrato, o desenho da professora atuando no cargo de coordenadora pedagógica. Como também, retomei o meu

percurso acadêmico no curso de Pós-Graduação em Psicopedagogia Institucional na Universidade Regional de Chapecó (UNOCHAPECÓ). Logo após a conclusão do curso, me senti afetada na experiência de ser professora horista nessa instituição.

Todavia, o meu desejo era retornar ao Rio Grande do Sul, e fui traçando linhas para conquistá-lo. E assim, cheguei em sua concretização por meio da aprovação e nomeação em um concurso público municipal, no segundo semestre do ano de 2007, para o cargo de professora de educação especial para alunos com o Transtorno do Espectro Autista³, em uma cidade do Vale do Rio Pardo, na região Sul do Brasil. Tais experiências recordadas me permitiram sentir os afetos, inventando o meu modo de ser pessoa e professora, sendo “estrangeira num novo território”, (ROOS, 2014, p.48).

Por meio dessas invenções fiz possíveis escolhas e uma delas foi a aprovação no curso de Mestrado em Educação, na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), no ano de 2016. A professora começou a pintar um autorretrato da pesquisadora.

E também foi nesse curso, o meu encontro com a Silveira, como um ímã nos atraímos, permanecemos juntas, não somente na escrita, na pesquisa, mas na docência enquanto vida. “pensar no tempo vivido por cada uma de nós. Refletir sobre a docência, profissão escolhida e exercida por nós. Colocarmo-nos atentas ao presente e à docência, atendendo a ambos, sendo tocadas e tocando, tanto o presente quanto a docência”. (SILVA;TOMASEL, 2018, p.108).

Nesses encontros em que fomos sendo tocadas, cada uma foi desenhando as suas experiências, pessoais, profissionais e acadêmicas, em algumas situações estivemos juntas, companhias que como diz (Foucault 2014) que provocam fissuras na solidão.

No mestrado eu fui pintando as minhas pétalas nas disciplinas, leituras e escritas, grupos de estudos com professores e colegas, inclusive com a Silveira, se não estivesse na presença física, estava em meus afetos e pensamentos.

Nessas pinturas, eu fui me inventando, busquei expandir território e nessas tentativas de me inventar, cheguei ao término de 2018 com um objetivo concretizado: a aprovação no curso de Doutorado em Educação na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), a mesma instituição do mestrado. Entretanto, devo dizer que antes de chegar a essa aprovação, as minhas incertezas e inquietações em continuar seguindo ou não, a vida acadêmica, foram amenizadas pela companhia da minha amiga Silveira, ou seja, o nosso vínculo afetivo me impulsionou a continuar nesse percurso. Uma vez que, os afetos que nos unia eram mais potentes que as minhas incertezas. Sendo agora, aluna caminhante em um curso de pós-graduação, no doutorado, estou me permitindo estudar as docências, vidas afetadas por outras vidas, como nessa escrita em que as palavras ditas ou não ditas, são a presença de diferentes autorias que se aproximam para narrar a si mesmo em seus desenhos nos pedaços de retalhos, expressando os seus autorretratos poéticos.

Considerações finais

Como uma exposição artística em que ao mesmo tempo se vive, se desenha, aqui compomos nossos autoretratos, em nossas performances na qual nós atestamos uma possível veracidade dos fatos, narramos nossas experiências entrelaçadas como pesquisadoras desde o mestrado, colegas também de doutorado, em uma necessidade crescente de pensar, não um pensar porque se quer, mas porque algo, ou alguém, nos faz pensar e assim compomos nossa maneira de ser-no-mundo, tendo alguns encontros e desencontros em nossos caminhos.

Com os nossos desenhos de imagens únicas, as nossas narrativas foram compostas de maneira sutil e aberta, possibilitando interpretações e identificações. Dentro deste contexto, foram analisadas as obras de duas artistas que se permitiram a partir das suas singularidades, expressar

³ Transtorno do Espectro Autista (TEA) - Terminologia usada nos dias atuais e que se refere a déficits na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, P.50).

a pluralidade de linguagens, compondo pessoalidades, formação e profissionalização, como uma sobreposição de imagens em série.

Em nosso emaranhado de fios, traços, pontos, desenhos bordados, nos encontramos em nossas escritas nos identificando como: mulheres, mães, donas de casa, docentes, estudantes, pesquisadoras, pintando nosso autorretrato por traços de amizades de encontros de saberes compartilhados de maneira potente.

Sendo assim, ao desenharmos nosso autorretrato, com as mão livres, agora então pintamos nosso autorretrato em vários traços, trazendo uma única imagem de mãos dadas, redesenhamos nossas maneiras de ser docente procurando atribuir sentidos, identificando nossas marcas pessoais em nossas maneiras de pintar ou desenhar, deixando registros ao anoitecer, em seus alinhavos madrugada a dentro e finalizando ao amanhecer.

Referências

AMERICAN PSCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-V**: manual de diagnóstico de transtornos mentais. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos V**: Ética, Sexualidade e Política. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Dourado Barbosa. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos & Escritos V**: Ética, Sexualidade, Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 1-14.

GARCIA, Maria Manuela Alves. Experiências de docência e pesquisa em uma universidade pública. In: FABRIS, Elí T. H.; DAL'IGNA, Maria C.; SILVA, Roberto R.D. (Org.). **Modos de ser docente no Brasil contemporâneo**: articulações entre pesquisa e formação. São Leopoldo: OIKOS, 2018. p. 161-178.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Rev. Bras. Educ.** n. 19. Rio de Janeiro, jan./abr. 2002.

LARROSA, Jorge. A operação ensaio: sobre o ensaiar e o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 27-43, jan./jun. 2004.

LARROSA, Jorge. **El Professor Artesano**. Editora: Noveduc. 2020.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **O sujeito da educação**: estudos foucaultianos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 35-84.

LARROSA, Jorge. **Tremores**: escritos sobre experiência. Belo horizonte: Autêntica, 2015.

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do Conhecimento**: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007. 406 p.

QUINTANA, Mário. **Autorretrato**. Disponível em: <https://www.pensador.com/mario_quintana_auto_retrato/>. Acesso em: 18 mar. 2021.

TURATO, E. R. *et al.* Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n.1, p. 17-27, jan. 2008.

ROOS, Maria da Glória Munhoz. **Alegria de uma docência**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2014.

SILVA, Miriã Z.; TOMASEL, Soraia. Socialização e desejos: a docência terapêutica em dois atos. In: FABRIS, ELÍ T. H.; DALIGNA, Maria C.; SILVA, Roberto R. D. (Org.). **Modos de ser docente no Brasil contemporâneo: articulações entre pesquisa e formação**. São Leopoldo, RS: OIKOS, 2018. p. 108-125.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

In: ISMÉRIO, Clarisse; PREVEDELLO, Carine (Orgs.). Nem tudo são rosas [recurso eletrônico]: refletindo os preconceitos, as lutas e conquistas femininas. São Paulo: Vecher, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.47585/nemtudosasorosas>>.

Por uma liberdade toda nossa: da opressão à emancipação das mulheres

Samanta Bergmam¹ e Fabiane Lazzaris²

doi.org/10.47585/nemtudosasorosas11

¹ Graduanda de Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Pampa, <http://lattes.cnpq.br/5570258734990619>, e-mail: samantabergmam.aluno@unipampa.edu.br

² Professora Adjunta do Curso de Licenciatura em Letras Línguas Adicionais - Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Doutora em Literaturas de Língua Inglesa pelo Programa de Pós-Graduação do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), coordenadora do projeto Grupo de Estudos Feministas (GEFEM) e representante do Comitê Institucional Gênero e Sexualidade (PROEXT) da UNIPAMPA/Campus Bagé, <http://lattes.cnpq.br/8975383125445316>, e-mail: fabianelazzaris@unipampa.edu.br.

As amarras

“*Quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem*”
Rosa Luxemburgo

Sempre definidas por terceiros e por muitas vezes assumindo o papel de coadjuvantes na história (inclusive, em suas próprias vidas), mesmo quando não o eram, a trajetória das mulheres é marcada por tentativas constantes de libertação da subalternidade. Antes mesmo do termo ‘feminismo’ vir à tona, ou de uma maior abertura de fala existir, a relação linguagem-mulher é estabelecida há milênios, ao carregar consigo juízos de valor muito bem definidos e pouco flexíveis. Em estudos referentes a esse fato, como a obra *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*, escrita por Judith Butler e o artigo *Uma análise discursiva das identificações de gênero*, contido na obra *Mulheres em discurso. Gênero, linguagem e ideologia*, com autoria de M. Zoppi-Fontana e A.J. Ferrari, encontram-se discussões sobre como a língua exerce uma função social, sendo concretizada através da fala, no sentido de que cada escolha vocabular, quando realizada, dá-se pela ausência de uma outra, ou seja, dentre as inúmeras possibilidades terminológicas que estão à disposição, o indivíduo seleciona aquela que melhor traduz, não só o que deseja expressar, como também a que melhor contempla seus posicionamentos internos e visões de mundo. Logo, entende-se que nenhuma combinação é neutra, pois sempre traz arraigada em si, questões relacionadas ao contexto sócio-histórico do falante que a emprega.

Com relação às chamadas ausências, ou silenciamentos, há uma tendência explícita de sobreposição de termos, na qual um é “dominante” e, na falta deste, é que pode surgir um outro. Assim, para deixar mais lúdica a explicação, podemos denominar esse segundo termo de “submisso”, já que para existir, necessita sempre estar em oposição a um primeiro já existente. Sendo assim, levando em conta que, possivelmente, a linguagem forma a realidade, e que, “não existe nenhuma realidade social para uma dada sociedade fora de seu sistema particular de sexo-gênero”, ou seja, fora das “categorias mutuamente exclusivas e exaustivas

de masculino e feminino” (LAURETIS, 2019, p. 150), a categorização do ser feminino ficou historicamente relegada à oposição do hegemônico conceito de masculinidade.

Como exemplifica o trecho de Djamila Ribeiro (2014, p. 458), no qual evidencia que “[...] um dos grandes problemas em relação à definição da mulher, é que esta não é considerada um ser autônomo, não é definida em si, mas relativamente ao homem, em oposto ao que é ser homem”. Diante das questões levantadas, é comprovado por inúmeros estudiosos que durante muito tempo (e até hoje), que as definições da palavra “mulher” ou se dão associadas à conceitos como “aquela que é fêmea”, ao trazer nessa frase uma animalização explícita, ou ainda, “aquela que não é homem; que é do sexo feminino”, propondo recortes bastante semicerrados, por usar como critérios: 1) a definição de homem como principal e primeira e, 2) partir de uma visão meramente biológica do que é o ser feminino.

Dentro dessa perspectiva, nota-se claramente o quanto a linguagem é um reflexo das dinâmicas sociais e como elas também são reforçadas para gerar um ciclo vicioso, um regime hierárquico até nos termos constituintes da língua. Como recorda Djamila Ribeiro (2014, p. 459), “na nossa língua, em muitos livros, utiliza-se a palavra homem para designar a humanidade. Se num grupo de várias mulheres estiver presente um homem, a flexão de gênero para designar essas pessoas será no masculino.”, e ainda comenta que isso não só traz impactos individuais, mas também coletivos, pois a partir da definição de terceiros sobre a palavra e o ser ‘mulher’, é que implicitamente são definidos também, os conceitos associados à essa nomenclatura, como a performatividade do feminino, da estética, do comportamento e do papel social que deve ser desempenhado.

Conforme afirma Judith Butler (2019, p.213 - 214),

Nesse sentido, um gênero não é de forma alguma uma identidade estável do qual diferentes ações acontecem, nem seu lugar de agência; mas uma identidade tenuamente constituída no tempo – identidade instituída por meio de uma repetição estilizada de certos atos. [...] uma identidade construída, uma performance em que as pessoas comuns, incluindo os próprios atores sociais que as executam, passam a acreditar e performar um modelo de crenças.

Portanto, a formação de determinadas crenças relacionadas aos gêneros se dará a partir da repetição insistente de atos ilocucionários como “lugar de mulher é na cozinha e lavando louça”, “a mulher tem de ser bela, recatada e do lar”, ou “meninos vestem azul e meninas vestem rosa”. A linguagem, os gestos e os signos são o que constitui uma simbologia social e, dessa forma, agentes sociais formam uma determinada realidade por meio da linguagem. (BUTLER, 2019, p. 213).

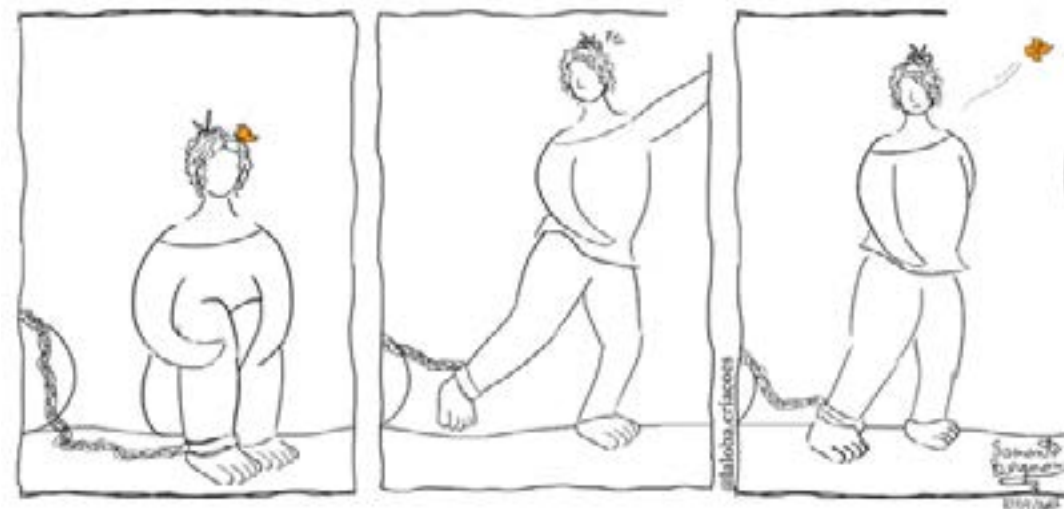
Em continuidade, tais reforçadores estão presentes nas mais distintas instâncias de influência cultural, como a Igreja, em seu caráter de instituição social. Não cabe nesta passagem adentrar à credos e crenças particulares, senão apenas no âmbito descritivo de algumas passagens. Dessa forma, é indiscutível a ordem cronológica empregada no livro de Gênesis, na qual primeiro foi criado Adão, e a partir da costela dele, só depois, formou-se Eva³, tal qual vimos acima, sobre primordialmente existir e conter, maior importância e amplitude na palavra “homem”, do que na palavra “mulher”, que depende desta primeira para depois surgir. Em outros trechos, observam-se constantes orientações sobre como a mulher deveria agir perante a sociedade, ao seu marido e em relação às suas vestimentas, prezando sempre manter em si um “[...] espírito manso e quieto”⁴, bem como atitudes obedientes para com seu esposo⁵.

É de suma importância ressaltar que qualquer ação e processo em favor da permanência desse imaginário coletivo e falocêntrico, resulta em consequências reais e em enormes atrasos históricos, que dificultam ainda mais a autonomia dos corpos femininos. É através da utilização da linguagem como método de dominação que os corpos femininos são simbolicamente e subjetivamente construídos. No entanto, sabemos hoje que conceitos de feminino ou feminilidade são puramente representações, “um posicionamento inserido no modelo fálico de desejo e significação, não se trata de uma qualidade ou propriedade da mulher.” (LAURETIS, 2019, p. 143). E mesmo assim, ainda hoje nossos corpos são objetificados, somos sexualizadas precocemente e não temos plena autonomia sobre nosso próprio

útero, para mencionar apenas alguns exemplos.

No entanto, em vista de que são os falantes que constituem a língua e são capazes de modificá-la sob suas demandas, pode surgir o seguinte questionamento: Então, onde estavam as mulheres para exigirem seu lugar nessa construção, frente à comunidade letrada? Pois bem, a questão não está em “onde”, já que elas por sua vez, estiveram ali, vivendo na mesma época em que os homens também o faziam. As perguntas que deveriam ser fomentadas, porém, seriam: Ao que elas foram submetidas, a ponto de sequer serem ouvidas ou, ainda, de não encontrarem a sua própria voz? Que guilhões as impediram e ainda as impedem? E avançando mais, é plausível de se perguntar: Teríamos plena noção das amarras que nos diminuem, ainda hoje?

Figura 1 - 1ª sequência: As amarras



Fonte: Samanta Bergmam, 2021.

³ Gênesis 2:18-25. In: Bíblia do Pregador Pentecostal, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2016.

⁴ I Pedro 3:4. In: Bíblia do Pregador Pentecostal, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2016.

⁵ I Pedro 3:5-6. In: Bíblia do Pregador Pentecostal, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2016.

A revolução

“*Não se nasce mulher; torna-se mulher*”

Simone de Beauvoir

Em *Um Teto Todo Seu* (1929), Virginia Woolf explica em que medida a posição que a mulher ocupa na sociedade do início do século XX, acarreta dificuldades para a expressão livre de seu pensamento e para a produção da escrita criativa feminina, livre de sujeição. Para exemplificar seu argumento feminista, Woolf imagina a existência de uma hipotética irmã de Shakespeare chamada Judith, que, assim como o irmão, era dotada de capacidade intelectual e talento artístico. No entanto, enquanto o irmão era enviado à escola e aprendia latim, a irmã aprendia a remendar roupas e cozinhar. Talvez se arriscasse a rabiscar algumas páginas, às escondidas, para não ser repreendida pelos pais. Enquanto o irmão se aventurava em Londres, ela, por sua vez, era preparada para ser noiva. Então, Judith foge para Londres, tenta trabalhar no teatro, mas o teatro não era coisa para uma mulher respeitável na época (na verdade, as mulheres não podiam atuar na Inglaterra Renascentista). Por fim, engravida e, impossibilitada de alcançar seu potencial intelectual e artístico, tira a própria vida em uma noite de inverno, e, portanto, nunca teria a oportunidade de se tornar uma brilhante dramaturga, como seu suposto irmão.

Assim, Woolf, através de um dos ensaios feministas mais importantes da história da literatura, apresenta uma resposta possível à pergunta: “onde estariam as mulheres para lutar por seus direitos?” Por isso, vale ressaltar aqui, que a linguagem e a educação podem funcionar tanto como instrumentos de perpetuação de poder, mantendo o *status quo* e bloqueando o acesso de determinados grupos às instâncias de ascensão social, quanto como instrumento de subversão de elementos hegemônicos, geralmente através de ressignificações simbólicas.

No ensaio icônico, Woolf discorre sobre a importância da emancipação financeira das mulheres, concluindo que para uma mulher conseguir escrever ficção e ser prestigiada, ela não pode ter de prestar

contas a ninguém, daí a importância de toda mulher ter um “teto todo seu”. Estamos lidando aqui com a primeira onda revolucionária feminista: as mulheres exigem direitos iguais de cidadania, direito à educação, direito a propriedade e posse de bens, ao divórcio e, acima de tudo, o direito ao voto. Não suficientemente alertas às amarras do capitalismo enquanto modo de produção patriarcal, as mulheres clamam por sua inserção na sociedade do acúmulo.

Em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (1884), Friedrich Engels descreve que o desenvolvimento do conceito de propriedade privada é a “grande derrota histórica do sexo feminino”, uma vez que, instituída a propriedade privada, os homens buscam garanti-la para eles e seus herdeiros através da manutenção da família monogâmica, o que envolve em grande medida, o domínio total sobre o útero da mulher.

Controlando a sexualidade das mulheres com a exigência da virgindade pré-nupcial e a determinação do duplo padrão de julgamento sexual do casamento, os homens garantiram a legitimidade da prole, assegurando, assim, seu direito à propriedade. (LERNER, 2019, p. 49).

Ou seja, a família monogâmica patriarcal passa a ser uma unidade econômica na qual o trabalho doméstico da mulher se tornou um serviço não remunerado, logicamente, à serviço do marido ou pai. Sendo assim, as mulheres são relegadas à esfera doméstica e retiradas de toda a participação na produção social.

O sufrágio feminista, com suas demandas de inserção social, ao mesmo tempo que questiona o patriarcado e as relações de poder, serve de ferramenta de manutenção dessas mesmas relações na medida em que solicita a inserção de direitos em um sistema que não contempla as mulheres. O que esperar da inserção das mulheres em um modelo social e econômico dominado por homens? Gerda Lerner em *A Criação do Patriarcado* (1986), afirma que “Leva muito tempo para que as mulheres entendam que receber papéis ‘iguais’ não as tornará iguais enquanto o roteiro, os objetos de palco, o cenário e a direção ficarem estritamente a cargo dos homens.” (LERNER, 2019, p. 38).

Simone de Beauvoir (1975), em entrevista televisiva concedida, ressalta o seguinte ponto: “Nunca se esqueça que basta uma crise econômica, política ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida.”. Um espaço que sempre é contestado, uma diversidade de vivências que constantemente precisa ser legitimada e uma quebra árdua de estereótipos, são o que mais marcam o longo caminho em direção a liberdade e a humanização dos corpos femininos.

Há quem afirme que já avançamos muito. São décadas de luta das mulheres! Estamos, possivelmente, na quarta onda feminista, ao traçar relações entre gênero, classe, raça e sexualidade, questionar as performances de gênero e exigir que respeitem nossos corpos, nossas regras. Mas, ainda assim, somos subjugadas, silenciadas, violadas. Teriam as mulheres uma natural propensão à servidão? A construção performativa do feminino servil, desenvolveu nas próprias mulheres uma espécie de altruísmo compulsório: como se independentemente de como fossem tratadas, deveriam estar dispostas a atender qualquer pedido, desejo ou ordem a qual eram submetidas. Tal repetição seriada tornou-se tão agressiva a ponto de, mesmo infelizes, com suas ressalvas ou até mesmo conscientes de sua condição, as mulheres continuavam (quicá continuam) a suprir as demandas sociais, conjugais e maternas, acarretando em uma vivência (ou sobrevivência) incompleta e imposta. Desse modo, até os dias de hoje praticamente toda fala, ação, gesto, estímulos visuais e sonoros ainda nos induzem a reafirmar tal comportamento social.

Em alguns casos mais extremos, esse padrão de acatamento e estadia é denominado *Ciclo da Violência*, termo criado em 1979 pela psicóloga Lenore Walker (FERNANDES, 2018), e que contempla três fases que agem como uma espécie de teia na qual muitas vezes, sem nem perceber, a mulher já está envolta e não consegue se desvencilhar. Seriam elas: 1) o aumento de tensão; 2) o ataque violento e 3) a calmaria ou a “lua de mel”. A situação de submissão e subalternidade não é uma zona de conforto, como alguns podem equivocadamente compreender. Deve-se considerar a complexa teia de opressão

pela qual as mulheres são submetidas há séculos.

Entende-se através do exemplo da teia, que um inseto, por mais forte e astuto que seja, raramente consegue se livrar de uma teia bem construída, pois mesmo que ele se debata e se esforce, a aranha vai lhe aprisionando ainda mais, sendo difícil sair ileso sem nenhuma ajuda. Imagine, então, uma teia construída há milênios com o objetivo de diminuir o feminino, uma relação opressiva de anos e um apagamento histórico de séculos, feito para silenciar toda e qualquer mulher! Alguns levantarão elucubrações sobre mulheres que se destacaram ao longo dos séculos: o que podemos dizer de Cleópatra, Joana D’arc, Boudica? Vale lembrar que a historiadora Gerda Lerner ressalta que “Não existe uma só sociedade conhecida na qual ‘mulheres como grupo’ tivessem poder de decisão sobre os homens ou definissem as regras de conduta sexual, ou mesmo controlassem as transações de casamento.” (LERNER, 2019, p. 58). Ainda, torna-se relevante apontar que o feminismo sempre se preocupou com o debate estrutural, ou seja, “Não se trataria de afirmar experiências individuais, mas de entender como o lugar social ocupado por certos grupos restringe oportunidades” (RIBEIRO, 2019, p. 60) É preciso fazer o cruzamento das relações entre raça, gênero, classe e sexualidade para entender os dispositivos fundamentais de opressão dirigidos a determinados grupos.

Observar e admitir a realidade em que se vive é o primeiro passo para uma transformação maior, mesmo que depois, outras instâncias sejam fundamentais nessa luta, como a reivindicação por direitos, representatividade e respeito. Apesar de atitudes individuais provocarem algum tipo de libertação, é necessário que pensemos como grupo. A demanda das mulheres é coletiva, pois como afirma Audre Lorde “Não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas”. O patriarcado não afeta todas as mulheres da mesma maneira. Privilégios de raça e classe amortecem parte da opressão que algumas mulheres vivem. Para outras, a inexistência dos mesmos privilégios é o que diferencia oportunidades e condições de vida. Em alguma medida o nosso locus social define a diferença entre viver e morrer.

Figura 2 - 2ª sequência: A revolução



Fonte: Samanta Bergmam, 2021.

A liberdade

“Tranque as bibliotecas, se quiser; mas não há portões, nem fechaduras, nem cadeados com os quais você conseguirá trancar a liberdade do meu pensamento”

Virginia Woolf, *Um Teto Todo Seu*

O conhecimento é incendiário: a faísca de uma simples sinapse pode se alastrar para um esclarecimento gigante, um raciocínio crítico, uma autonomia de si mesma. Não à toa que o acesso a qualquer troca que possa vir a somar e agregar, está entre as primeiras coisas a serem detidas nos regimes totalitários ou em crises de poder, como já foi evidenciado por Beauvoir anteriormente. Ao utilizar a palavra “conhecimento”, vale ressaltar que não pode nem deve ser incluído apenas a compreensão do conhecimento acadêmico, haja vista que as vivências e os saberes precisam ser entendidos como diversos

entre si, sem acontecer qualquer sobreposição ou juízo de valor sobre eles: o conhecimento em si e sobre si, independente de como se manifeste, é emancipatório.

Sendo assim, é preciso reconhecer as pequenas resistências internas e diárias: a mãe que decide educar os filhos de uma maneira diferente de como foi criada, a senhora que costura e cozinha e a partir disso consegue pagar os estudos da filha, a moça que decide não ter filhos, as jovens que entrelaçam as mãos ao caminhar na rua, a mulher que decide voltar-se para o veganismo, o grupo de vizinhas que organiza uma horta comunitária, entre outros exemplos que têm seu lugar e fazem parte dessa vastidão de vivências. Todas essas ações e muitas mais têm igualmente seu lugar de (r)existência, não só pelo destino de suas vidas, mas também para a colaboração de um presente e de um futuro melhor para a vida de outras pessoas, para além de seus recortes e dos grupos que exercem maior atuação. Não obstante, é preciso perguntar: como nos libertaremos enquanto grupo? Até quando seremos subjugadas?

María Lugones, a partir da concepção de colonialidades de poder (2005) de Aníbal Quijano, propõe uma releitura da modernidade colonial capitalista e acrescenta uma nova leitura sobre gênero e raça, dentro da lógica da imposição colonial. Ou seja, a lógica opressora e colonizadora da modernidade colonial, determinaria também as relações de gênero, e, claro, raça. Desse modo, Lugones ainda afirma veementemente que, “a imposição colonial dos gêneros atravessa questões ecológicas, econômicas, governamentais, atravessa a relação com o mundo dos espíritos, o conhecimento, bem como as práticas diárias que nos ensinam ou a cuidar do mundo ou a destruí-lo.” (LUGONES, 2019, p. 357). Sua resposta em relação às formas de resistir às imposições coloniais vigentes até hoje está na comunalidade. Lugones aponta para uma resposta coletiva na (re)produção da vida diária, na qual a liberdade virá, também, em forma de resistência coletiva.

Ninguém resiste à colonialidade dos gêneros sozinho. Somente é possível resistir a ela com o entendimento do mundo e com uma vivência que é compartilhada e consegue entender as próprias ações – garantindo certo reconhecimento. As comunidades, e não os indivíduos, possibilitam o fazer; as pessoas produzem junto das outras, nunca em isolamento. O boca a boca, a passagem de mão em mão das práticas vividas, dos valores, das crenças, ontologias,

espaço-tempo e cosmologias constituem as pessoas. A produção da vida diária, na qual existimos, produz nossos Eus, à medida que nos provêm vestimentas, comida, economias e ecologias, gestos, ritmos, habitats e noções de espaço e tempo [...] esses caminhos não são apenas diferentes: eles afirmam um ideal da vida acima do lucro, de um comunismo acima do individualismo [...] (LUGONES, 2019, p. 372 - 373).

O conhecimento e o acolhimento, em seus significados mais amplos, podem fortalecer a luta por liberdade, para algo muito mais profundo do que se pode imaginar: para uma autodefinição de si próprias, no plural. Não apenas para uma, nem para um recorte do feminino, mas para toda sua diversidade de vivências e experiências, sem amarras, grilhões ou podas, que tendem a ser feitas muito cedo, como se para evitar a descoberta de uma força interior que, desde sempre, esteve ali. A construção de uma linguagem mais plural, compreensiva e respeitosa depende da liberdade e, a liberdade por sua vez, depende da potência que há em nossas vozes, quando são ressoadas em conjunto, pois independente do que digam ou tentem nos fazer acreditar, essa potência existe e está pronta para revolucionar.

Figura 3 - 3ª sequência: A liberdade



Fonte: Samanta Bergmam, 2021.

Referências

BEAUVOIR, S. de. (1975). **Por que sou feminista**. Entrevista de Simone de Beauvoir concedida para o programa “Questionnaire”, por Jean-Louis Servan-Schreiber. Disponível em: <<http://prceu.usp.br/uspdiversidade/genero/simone-de-beauvoir-porque-sou-feminista-1975/>>. Acesso em: 3 jun. 2021.

BÍBLIA do Pregador Pentecostal, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2016.

BUTLER, Judith. Atos performativos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.) **Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 213 – 234.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Boitempo, 2019. 196 p.

FERNANDES, Tainah. O que é, como enfrentar e como sair do ciclo da violência. **Agência Patrícia Galvão**. 10 dez. 2018. Disponível em: <<https://agenciapatriciagalvao.org.br/destaques/o-que-e-como-enfrentar-e-como-sair-do-ciclo-da-violencia/>>. Acesso em: 7 abr. 2021.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de Gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.) **Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 121 – 156.

LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. Tradução de Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019. 375 p.

LUGONES, María. Rumo a um Feminismo Decolonial. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.) **Pensamento Feminista**: Conceitos Fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 357 – 378.

RIBEIRO, Djamila. **Linguagem, gênero e filosofia: qual o caminho criado para as mulheres? Uma abordagem Wittgensteiniana**. Belo Horizonte, v.5 - n.9, p.453-463. 1º sem. 2014. ISSN: 2177-6342. Disponível em: <<http://www.periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/7674>>. Acesso em: 20 fev. 2021

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. São Paulo: Pólen, 2019. 112 p.

WOOLF, Virginia. **Um Teto Todo Seu**. Tradução de Bia Nunes de Sousa e Glauco Mattoso; [capa: Andrea Vilela], 1ª ed. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

ZOPPI-FONTANA, M; FERRARI, A.J. Uma análise discursiva das identificações de gênero. In: ZOPPI-FONTANA; FERRARI, A.J. (Org.) **Mulheres em discurso**. Gênero, linguagem e ideologia. 1ª ed. Campinas: Pontes, 2017. v. 1. 276 p.

In: ISMÉRIO, Clarisse; PREVEDELLO, Carine (Orgs.). Nem tudo são rosas [recurso eletrônico]: refletindo os preconceitos, as lutas e conquistas femininas. São Paulo: Vecher, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.47585/nemtudosasorosas>>.

A naturalização do abuso ao feminino: atenção mulheres, um passo à frente quem nunca foi molestada!

Stéfani Romero¹ e Silvia Vargas²

doi.org/10.47585/nemtudosasorosas12

¹ Acadêmica do curso de Psicologia do Centro Universitário da Região da Campanha – Urcamp, <http://lattes.cnpq.br/7591778522046689>, e-mail: stefanimachadoromero@gmail.com

² Doutoranda em Psicologia da Universidade de Buenos Aires, <http://lattes.cnpq.br/0804203045431848>, e-mail: psi.silviavargas@gmail.com

Introdução

Nascer mulher é enfrentar a probabilidade de ser abusada na infância, se criar mulher é ver o corpo mudando sob a curiosidade e cobiça do olhar masculino, ser mulher é ter que enfrentar o abuso, diário e cotidiano nos locais mais inesperados, das pessoas mais próximas, em casa, do marido, do pai, irmãos, na escola, dos colegas, professores, coordenação, no trabalho, novamente dos colegas, do chefe, todos espaços que se depreende serem seguros. Ser mulher é contar com a certeza de, no mínimo, ser molestada. Segundo Araújo, Ana Paula (2020, p. 13) “A maior parte dos homens não tem ideia de como é esse dia a dia, mas a verdade é que é uma vida de estratégias mentais e práticas para evitar ser tocada contra a vontade”.

As principais teóricas que nortearam esse estudo foram Ana Paula Araujo, Virgínia Woolf, Simone de Beauvoir e Maria Rita Kehl. Autoras que abordam as questões feministas de forma ampla e com uma teia de ligações e acontecimentos que envolvem o passado e a atualidade. Mulheres que se permitem ser resilientes e craquelar essa visão do feminino submisso, falar por si e de si para que a informação desconstrua o machismo presente no inconsciente coletivo.

A discussão sobre o abuso ao feminino tem sua importância na evolução de direitos e a modernização da mulher no mercado de trabalho e fora de casa, para que se faça de forma mais igualitária libertando as capacidades e vontades de cada uma. O objetivo é o termino da estigmatização do corpo da mulher como o pecado erótico que serve ao masculino, a visualização da importância da mulher como constituinte do mundo e crescimento resiliente das mulheres abusadas.

O preconceito histórico contra o feminino

O mundo sempre pertenceu aos machos. Nenhuma das razões que nos propuseram para explicá-lo nos pareceu suficiente. É revendo à luz da filosofia existencial os dados da pré-história e da etnografia que poderemos compreender como a hierarquia dos sexos se estabeleceu. (BEAVOUIR, 2019, p.95).

Baseando-se na explicação criacionista, mais antiga e ainda popular, da existência do ser humano na terra, mitológica ou não, Adão e Eva na crença cristã, são os primogênitos que deram origem ao resto da humanidade. Deus criou Eva da costela de Adão e a apresentou – presenteou - ao homem. Além da mulher, compondo o eterno pecado feminino por ter comido a maçã e oferecido ao homem, ganhou o lugar de “tentação” junto com a serpente e terminou com o paraíso em que viviam. Ser criada a partir de um pedaço do homem, arraigou sua dependência na história e na cultura, além de uma dívida eterna no imaginário humano.

A representatividade feminina na história é vasta, porém a fisiologia da mulher, sua condição de sexo frágil, excessivamente explorada, a impossibilitou de muitas participações similares ou até maiores que as do homem ao longo da história. Antes do avanço da ciência e a existência de pílulas anticoncepcionais como meio de prevenção a uma gravidez indesejada, a maioria das mulheres, dependendo do meio socioeconômica e cultural em que estavam inseridas não tinham a opção de não engravidar, acabavam tendo muitos filhos e a vida se resumia em meses de gestação, amamentação e, em um curto período, a possibilidade de engravidar novamente. Ser gestante, principalmente quando havia esta grande frequência, poderia levar a problemas físicos e até a morte, pela gravidez de risco, problemas no parto, ou ainda, sem os cuidados necessários, o corpo poderia se debilitar de tal forma a não ter mais condições de gestar, parir ou viver.

A mulher ‘pertencia’ ao homem e, a sociedade ignorava os abusos sofridos dentro do casamento.

Pelo casamento, a mulher não é mais emprestada por um clã ou outro; ela é radicalmente tirada do grupo em que nasceu e anexada ao esposo; ele compra-a como compra uma rês ou um escravo e impõe-lhe as divindades domésticas; e os filhos que ela engendra pertencem à família do esposo. (BEAVOUIR, 2019, p.118).

Além da mulher ser ignorada como um ser social, com sua individualidade e peculiaridades, ela também era marginalizada pela lei. O Código Criminal do Império do Brasil - 1830, primeiro código penal brasileiro independente de Portugal, previa, por exemplo, que se o estupro se casasse com a vítima ele era inocentado do crime de estupro, pois o casamento seria uma reparação já que a mulher não era mais “pura” e

de acordo com as convenções sociais do século XIX, seria difícil que essa se casasse com outro homem. Esse formato de lei saiu do código penal apenas em 2005 (ARAUJO, 2020, p.295), sim 2005, há 16 anos.

Molestar, estuprar, abusar da esposa, em sua maioria, não era visto como errado, muito menos como crime e, na rua por estranhos, também poderia, dependendo da conduta que a mulher exercia diante da sociedade, ser julgada como vítima ou culpada.

Até 2005, o Código Penal Brasileiro ainda caracterizava o estupro como “ter conjunção carnal com uma mulher honesta”. Isso significava que, se a vítima trabalhasse como prostituta ou se tivesse a reputação de ter tido vários parceiros sexuais, a pena para o agressor era menor. (ARAUJO, 2020, p.294).

Quem seria a “mulher honesta (!?)”, em um espaço/tempo que essas mesmas leis eram redigidas somente por homens, infelizmente não muito distante da realidade que temos hoje. O Estado ou o homem, seja ele pai, marido ou companheiro ainda legisla sobre o corpo da mulher acima do seu próprio querer.

O corpo da mulher ainda pertence ao Estado brasileiro, o aborto é legalizado limitadamente, sendo aceito apenas em casos de estupro, sendo o termo e situação estupro amplamente questionável, ou se for de risco a vida da gestante. Podendo haver uma contrariedade a liberdade da mulher como dona de si. Ter um filho indesejado muda todos os sentidos construídos até então e implica em prejuízo socioemocional e afetivo para ambas as partes – mãe/bebê. Além de ter que passar por 9 meses de uma gestação indesejada, tem o parto, o período da amamentação, criação e até mesmo, se a adoção for uma opção, isso também exige maior desgaste por conta da burocracia que o aborto extinguiria. Cabe analisar que com a não legalização do aborto aumentam os riscos que a mulher corre, pois isso não as impede de cometê-lo de modo clandestino, correndo perigo e risco de morte. Não é uma questão de o feto já ser uma pessoa ou não, é a inadmissibilidade do aborto, a opção inexistente de poder decidir o que acontece com o próprio corpo, de não desejar gestar naquele momento ou ainda, não mais, visto que até mesmo para um processo de laqueadura a mulher precisa de autorização escrita e assinada de seu marido ou companheiro.

O aborto como questão de direito individual remete a um dos fundamentos do feminismo contemporâneo: o princípio democrático liberal do direito aplicado ao corpo; direito baseado nas ideias de autonomia e liberdade do liberalismo, expresso na máxima feminista “nosso corpo nos pertence”, que se difundiu internacionalmente a partir dos países centrais e marcou as lutas feministas relacionadas à sexualidade, à contracepção e ao aborto. A apropriação do corpo também significava para as mulheres a possibilidade da livre escolha da maternidade. No caso brasileiro, essa influência foi clara no início do feminismo contemporâneo (1970/85) e, posteriormente, será ressignificada na adoção do conceito de direitos reprodutivos, a partir de meados dos anos 1980. (SCANOVE, 2008).

Contextualizando o feminino à cultura, vê-se explícito na literatura a visão do homem para a feminilidade, o valor que é falado, mas não é tido. O embelezamento em escritas masculinas ao longo da história valoriza a mulher como algo belo e o tratamento para com ela se mostra o averso.

Ela permeia a poesia de capa a capa; está sempre presente na história. Domina a vida de reis e conquistadores na ficção; na vida real, era a escrava de qualquer garoto cujos pais lhe enfiassem um anel no dedo. Algumas das palavras mais inspiradoras, alguns dos pensamentos mais profundos da literatura vieram de seus lábios; na vida real, ela pouco conseguia ler, mal conseguia soletrar e era propriedade do marido. (WOOLF, 2014, p. 66 e 67).

Torna-se difícil o processo de individualização da mulher a partir de uma sociedade patriarcal. O preconceito existente por simplesmente ser mulher, a dominação masculina e a submissão feminina que aumentam a desigualdade de gênero estimula a problemas para o feminino, como relacionamentos abusivos, feminicídios, violência física, psicológica, entre outras.

Nascer desvalorizada

A desvalorização do nascimento de uma menina pode se tornar explícito quando o pai, considerado ainda, em muitos lugares, o provedor, responsável pelo financeiro da casa e com um emprego valorizado,

não tem quem herde os seus bens, ou não confia na capacidade de uma mulher, filha e herdeira, para gestão do patrimônio que construiu. Ter um filho homem, em uma sociedade regida pelo machismo, se associa a ter um herdeiro, uma representação masculina da família que dará também continuidade ao legado através de seu sobrenome passado a seus filhos. Ter uma filha mulher geralmente está ligado ao sentimento de proteção, futuramente passado ao marido, ato demonstrado nos casamentos quando o pai “entrega” a filha ao futuro esposo. É um fato histórico o ensino da maioria das mulheres ser, ainda hoje, dirigido aos cuidados com a casa, tendo seus “dotes” analisados a partir das competências em gerir um lar para que no casamento o marido tenha ganhos e vantagens.

Observa-se que as mulheres tinham direitos legais à propriedade, mas o exercício do poder sobre os bens estava condicionado a práticas sociais. Solteiras, esposas e, mesmo viúvas, dependiam de que não houvesse oposição de parentes do sexo masculino, ou do juiz de órfãos da localidade, para usufruir do patrimônio. (MELO e MARQUES, 2018, p.4).

Como representação machista desse patriarcado, os sobrenomes familiares são, culturalmente, o do homem e a passagem de nomes importantes aos filhos, seguidos por – Junior, Filho, Neto. Assim, o papel da mulher na história é lembrado por representações de apoio aos “seus” homens em guerras, literatura, ciência, entre outros. Lembrado como a que auxilia, que reza, que ora, como a dona do lar, que tem como objetivo ser prestativa, subserviente, econômica e virgem até o casamento – “dote” que gera feminicídios até hoje – mãe e esposa fiel.

Como representatividade feminista, muitas mulheres resolveram não possuir o sobrenome do marido, ser lembrada pelo seu próprio nome, pelas suas conquistas e obter também uma função com renda, buscando por formação e qualificação, afim de prover o seu próprio sustento.

Gilmore Girls – seriado estadunidense, com suas sete temporadas originais tendo sido realizadas entre 2000 e 2007 e com um revival em 2016 conhecido como Gilmore girls - um ano para recordar, tem como protagonistas, duas mulheres, mãe e filha, independentes, inteligentes e feministas. Gilmore,

mantendo a cultura machista é o sobrenome do pai de Lorelai, que engravidou aos 16 anos e após ver que ao continuar no núcleo familiar teria que se casar e ter uma família, excluindo seus objetivos de liberdade e conhecimento do mundo com independência, fugiu e criou sua filha sozinha.

Morena, com a pele pálida e olhos azuis, Rory na verdade se chama Lorelai Gilmore, assim como a sua mãe. Ainda no episódio piloto da série, a personagem explica que a genitora estava na maternidade quando começou a refletir sobre o motivo de ser aceitável que os homens coloquem os seus próprios nomes nos filhos. Então, “o feminismo falou mais alto”, e ela decidiu dar o seu nome à filha. (LIMA, 2018, p. 30).

Em muitas sociedades as meninas são desprezadas já no seu nascimento, são assassinadas ou abandonadas a própria sorte e isso é culturalmente aceito, principalmente em países do oriente que promoveram por muito tempo a “lei do filho único”. Nesta situação o entendimento dado ao nascimento de um bebê menina era de estorvo, despesa, problema, prejuízos. A solução estava em se livrar daquela criança e tentar novamente, na busca do filho homem. Assim, seja pelos atributos dados a sua força, potencialidade, resistência, inteligência ou meramente para herdar o nome de seu pai e levar seu sobrenome, ou linhagem, adiante, ainda não está distante a necessidade machista de as famílias gerarem um filho homem e seguir considerando mulheres como “acidentes de percurso”, “vacilada” e ou, na melhor das opções “princesinha do papai”, sendo, em todas as formas, além de desqualificação, extremamente abusivo e esse abuso se desdobra em muitas formas.

O abuso na infância

Vê-se na criança a pureza, a fragilidade, um ser de menor voz e conseqüentemente, menos direitos frente a sociedade. A criação, educação, sociabilidade, a vida de um menor está diretamente vinculada aos adultos que o cercam, principalmente os de maior proximidade, como pais, irmãos, avós, tios, primos. Assim como os cuidados necessários, a crueldade que está ligada ao domínio físico, a manipulação emocional e as consecutivas ameaças podem emergir do mesmo ambiente. Ter a vítima

dentro de casa é ter autoridade sobre ela. Como explicar, seja na infância ou, mesmo depois, na vida adulta que o ‘mau’ veio de quem, em realidade, deveria cuidar e proteger?

Uma menina abusada na infância vai carregar traumas para a vida toda, transformando esse trauma em alguma forma de superação, ou, sem o apoio necessário, se rendendo a ele e tendo uma vida movida a lembranças ou a falta delas, sem conseguir estabelecer um relacionamento estável, relações sexuais de qualidade e vínculos afetivos saudáveis.

Para Freud, médico neurologista, nascido em 1856, mais conhecido como o fundador da psicanálise, existem mecanismos de defesa que se estabelecem na psique humana quando há um acontecimento real com significado traumático. Esses mecanismos de defesa atuam apagando as lembranças do consciente e levando-as para o inconsciente, fazendo com que o indivíduo não tenha lembranças do ocorrido, mesmo que sinais de um trauma venham à tona no dia a dia sublimados em atitude e/ou escolhas deste. O recalcque como defesa primária é a existência de um afeto penoso, que transforma o desprazer em prazer quando exclui as memórias traumáticas da lembrança.

Minha memória é como um grande vaso que foi derrubado de uma janela. Todos os pedaços estão lá – alguns grandes, outros pequenos, e outros reduzidos a poeira. Enquanto tento colá-los, reunindo uma memória à outra, partes da história tornam-se claras e nítidas, mas sempre restam muitas lacunas e passagens perdidas. (JAMIESON, 2010, p.15).

O abuso acontece, em sua grande parte, no meio familiar, motivo que dificulta e, por vezes, impede a procura por ajuda e apoio. Cria-se um impasse emocional, além das vítimas terem maior dificuldade em contar para suas famílias sobre o fato, muitas famílias quando tomam conhecimento, não acreditam, não apoiam e, desta forma, aumentam o sentimento de culpa agregado a dor da violência sofrida. A dor do silêncio, ou ainda, do fato negado, dói tanto ou mais que os abusos sofridos. Segundo Araújo, Ana Paula (2020, p. 33) “As famílias não tocam no assunto por constrangimento ou receio, apesar de a maior parte dos casos ocorrer dentro de casa, considerado abuso intrafamiliar.”

Admitir tal situação em âmbito familiar, muitas vezes faz emergir segredos transgeracionais que a ‘lei do silêncio familiar’ havia guardado desde há muito. Sabe-se que um abusador, antes foi vítima. Assim como sabe-se também que nem toda vítima se tornará um abusador, porém para que isso ocorra é necessário quebrar os segredos de família, permitir que histórias sejam contadas para que possam ser compreendidas, entendidas, esgotadas e não mais apenas repetidas, reproduzidas, principalmente por entender que nem todo abuso é físico. A crueldade se manifesta de muitas formas e a ignorância, o desconhecimento dos fatos, história e situações é um de seus maiores propagadores.

O abuso no entretenimento infantil

A normalização do abuso, além de permear o inconsciente coletivo, pode possuir várias fontes de origem. Pensemos em imagens e exemplos nos quais as crianças se baseiam para constituir o seu eu. Além da construção errônea da identidade de mulher, em seus papéis sociais, a partir de situações distorcidas presenciadas no seu cotidiano familiar, pai x mãe, pais x outras figuras femininas da família, programação de entretenimento, seja filmes, novelas, reality.

Pegemos os exemplos dos contos de fadas, neles as mulheres são bruxas, madrastas assustadoras, tem inveja uma das outras, mas também há donzelas em perigo, que só podem ser salvas por uma forte e maravilhosa figura masculina. Uma criança, inocente em seus entendimentos, que se constitui a base de representações errôneas ou negativas sobre sua identidade de gênero, terá quais capacidades ou competências sócio emocionais desenvolvidas neste substrato de informações?

Em um conto de fadas de grande destaque, que apesar de provavelmente já existir antes, teve sua primeira publicação em 1697, no livro Contos da Mãe Ganso de Charles Perrault, enfatiza a “perda de inocência” da criança “devorada” pelo mundo mau e pelo homem abusivo, encontramos Chapeuzinho Vermelho. Menina que anda com uma capa, objeto simbólico de proteção contra o que a cerca, e leva doces para sua avó doente, acreditando que comer coisas boas além de ser a fonte de

prazer dos adultos também seria a cura. Ao sair na rua com duas opções de caminho, representação da ‘dúvida’ atribuída ao feminino, escolhe um e para em vários momentos, aqui na representação do ‘deslumbramento’, sempre encantada com o que vê. Ao chegar na casa da avó e se deparar com uma imagem diferente do que a de costume, temos a representação ‘distração’ quando ela questiona o aspecto estranho da imagem da avó, obtendo respostas abusivas que tem o objetivo de revelação de um mundo de medo e perversão. Após o fim das perguntas e respostas, o lobo, animal assustador e peludo que estava disfarçado de vovó, devora a menina.

Chapeuzinho andou por muito tempo colhendo flores e só parou quando não cabia mais nenhuma em suas mãos. Depois foi para a casa da avó. Estranhou que a porta estivesse aberta e quando entrou achou tudo tão esquisito que pensou: “Ai, meu Deus, por que estou com essa sensação estranha de medo? Eu sempre gosto tanto de estar na casa da vovó”. Então foi até a cama, abriu o cortinado e lá estava a avó com a touca enfiada na cabeça, cobrindo o rosto, com um aspecto estranho. “Oi, vovó! Mas que orelhas grandes você tem!” “É para te ouvir melhor.” “Vovó, mas que olhos grandes você tem!” “São para te ver melhor.” “Vovó, mas que mãos grandes você tem.” “É para te agarrar melhor!” “Mas, vovó, que terrível boca enorme é essa?” “É para te comer melhor.” E com isso o lobo saltou da cama, pulou sobre a pobre Chapeuzinho e a engoliu (GRIMM, 2018, p. 106-107).

Mesmo em sua reedição, em que um caçador consegue salvar a menina e a vovó, o medo e a salvação ainda são vinculados a figura masculina. O mesmo que ampara, antes devora, reforçando claramente sua postura de poder.

A busca da mulher por uma construção saudável em meio a uma sociedade abusiva

A constituição da cultura machista oprime mulheres, as molestadas, as violentadas, uma vez que essa opressão vem também da parte feminina da sociedade, nascida, criada e ensinada sobre o “pecado” desde o “original”, dos tempos de Eva, ao do corpo feminino, a eterna “culpa” que a mulher

carrega pelos abusos sofridos e silenciados. A violência contra o feminino não se estrutura apenas sob o estupro, está ligada também ao abuso emocional, físico, moral, doméstico, sexual, de gênero, intrafamiliar, econômica ou financeira e institucional.

Uma sociedade abusiva não tem como base apenas um apoio governamental falho, tem um apoio familiar, um apoio feminino, um apoio de propriedade do corpo falho. A quantidade de meninas que na sua criação, aprendem a baixar a cabeça é um fenômeno transgeracional que se perpetua pelos séculos, o medo ou o chamado respeito ao homem vem de uma visão machista e distorcida promovida inclusive dentro de casas das consideradas famílias tradicionais, respeitáveis, ortodoxas. A coerência não está em culpar a mulher pelo que ela é, mas sim em culpar o homem pelo que ele faz.

Opõe-se por vezes o “mundo feminino” ao universo masculino, mas é preciso sublinhar mais uma vez que as mulheres nunca constituíram uma sociedade autônoma e fechada; estão interligadas na coletividade governada pelos homens e na qual ocupam um lugar de subordinadas; estão unidas somente enquanto semelhantes por uma solidariedade mecânica; não há entre elas essa solidariedade orgânica e, que assenta toda uma comunidade unificada; elas se esforçaram sempre – nos tempos dos mistérios de Elêusis como hoje nos clubes, nos salões, nas reuniões beneficentes – por se ligar a fim de afirmarem um “contra universo”. Mas é ainda no seio do universo masculino que o colocam. (BEAVOUIR, 2019, p.407).

Traumatizadas

A interação com meio, do micro ao macro, se torna mais difícil após o trauma de um abuso. Encontrar forças para interagir e voltar ao que era com suas relações importantes é difícil e nem sempre possível. Uma mulher estuprada fica traumatizada. Uma jovem que anda na rua e escuta gracejos sobre o seu corpo, vindo de uma pessoa que não tem direito de falar sobre isso, também. Uma menina que é molestada sem nem entender o que está acontecendo, ainda mais.

Ser mulher é sair na rua torcendo que não seja violentada, é olhar para trás consecutivamente enquanto anda sozinha na rua, às três horas da tarde ou da madrugada. Os traumas gerados pelo

abuso são graves e podem levar ao suicídio em falta de apoio para o enfrentamento.

Muitas vítimas desenvolvem ansiedade, depressão, estresse pós-traumático, pânico, pesadelos e culpa por terem uma vida promíscua reativa. Não se trata de julgamento moral, nem daquelas que se trancam, evitam qualquer tipo de relação e parecem pudicas, fora de seu tempo; nem daquelas que tem sexualidade compulsiva. Trata-se de algo sofrido para as próprias mulheres. Elas passam a ter uma vida tensa e há aquelas que chegam ao ponto de tentar suicídio. (ARAUJO, 2020, p.252).

O trauma pode levar a fragmentação do eu, partes que se perdem. A falta de vontade em brincar, a dificuldade em conviver, a fobia escolar. Um estranhamento ao olhar no espelho e ver que a vontade de se arrumar mudou, de sair diminuiu, de se tocar se tornou amedrontadora. É um olhar diferente sobre a vida, enfrentar o trauma não significa que, seja criança, jovem ou mulher, vai lembrar detalhadamente do que aconteceu. As vezes esquecer, se torna a opção mais plausível, ou possível, de acordo com o seu mundo, revivendo em flashbacks ou pesadelos sem se reconhecer por inteira.

Quem sou eu?

Para o feminino, valoriza-se a possibilidade de se permitir entrar em transe como meio de sobrevivência, para não surtar com a sociedade. Ter o sentimento de ser algo para o mundo e não pra si.

Desde a infância, a erotização é forte, menstruar, independentemente da idade, é virar mulher, é usar roupa justa, ter que estar sempre bem penteada, gastar o seu tempo para que haja valorização vinda do seu meio. Ser mulher é viver se procurando em meio a uma confusão de ser o que? No mínimo o que a sociedade e a cultura determinam, em geral, muito longe de ser o que a mulher, enquanto sujeito de direitos e desejos, seria naturalmente, se assim lhe permitissem.

A visão popular brasileira, não diminuindo o machismo existente em outros países, é que a mulher é um corpo sensual, erotizado que vive batalhando para chegar ao que um homem é. É a

prostituta, a garçonne, a professora, a dona de casa, funções de servir ao outro, não se ser servida. Ser molestada, abusada, estuprada, é ser vista como serva, como menos, uma construção desvalorizada do feminino. O encontro a uma profissão, uma universidade, cargo de destaque são de maior luta e suor que para o sexo masculino. Ser promovida é ter tido relações com o chefe, notas boas é porque está saindo com o professor, gostar de futebol é ser maria chuteira, admirar carros é ser maria gasolina, estar grávida depois de poucos encontros é aplicar o golpe da barriga, usar roupa curta é “pedir para levar”, beber nos finais de semana é ser “vagabunda”, não se maquiar é ser desleixada. Títulos comumente dados as mulheres diminuindo todo o seu ego e fragilizando suas conquistas ou quereres, rótulos que costumam valorizar e manter a figura masculina como parte necessária no sucesso feminino. Como se descobrir, quando tudo o que te caracteriza é julgado como errado?

Os sentimentos de isolamento, de frustração das expectativas amorosas depois do casamento, de dificuldade de expressar emoções e conflitos, a luta por manter alguma autoestima quando os filhos cresciam (ou quando não se tinha filhos), a inibição diante dos homens e ao mesmo tempo a hostilidade abafada em relação a eles, as fantasias e os anseios por uma felicidade vaga e sempre fora de alcance são aspectos frequentes nos relatos de vidas das mulheres – tanto os confessionais quando os ficcionais. (KEHL, 2016, P. 81).

É mostrado, em comportamentos e grupos sociais, papéis exercidos a muitos anos que são colocados como feminino. A normalização da colocação de rótulos para um crescimento e desenvolvimento feminino baseado em preceitos que destinem a mulher como fonte de virilidade masculina. Ao longo dos anos o avanço da visibilidade feminina cresceu, ainda que considerado lento e com necessidade de maior expressão e popularidade. A mulher ainda é muitas vezes citada em suas conquistas dito popular “fez igual homem”, a valorização a partir do conceito de masculinidade impera quando algo foi feito com êxito. Ou foi feito por um homem ou por uma mulher que se assemelhe a ele neste fazer.

Torna-se importante alertar para a dificuldade de se dissociar do que domina, e a dificuldade de uma construção de individualidade a partir disso. A introspecção a partir da separação se faz

necessária para a análise de um ser único e, conseguir ver as particularidades já existentes, mas reprimidas pelo meio em que se inseria.

A cultura europeia dos séculos XVIII e XIX produziu uma quantidade inédita de discursos cujo sentido geral era promover uma perfeita adequação entre as mulheres e o conjunto de atributos, funções, predicados e restrições denominado *feminilidade*. (KEHL, 2016, P. 40).

A resiliência necessária para ser mulher

No Brasil, o termo “resiliência”, até ser utilizado, a partir do fim da década de 1990, nos estudos de psicologia e se espalhar para um público leigo por meio de matérias de autoajuda veiculadas na mídia, era desconhecido da maior parte da população. Não fazia parte do vocabulário coloquial brasileiro. E o que se poderia saber sobre ele nos dicionários e o que reflete o uso que os falantes da língua fazem de uma palavra era seu significado técnico ligado à física. (BRANDÃO *et al*, 2011).

A resiliência na física está relacionada a resistência e, nas ciências humanas, relaciona-se a capacidade de construção e reconstrução em meio a adversidades. Referindo-se aos problemas acometidos contra as mulheres desde muito tempo, se construir, inserida no sexo comumente oprimido, onde a possibilidade de sofrer com isso, de diferentes maneiras, está exposta desde o nascimento, gera uma necessidade de resiliência para que possa haver uma reconstrução acima das vivências traumáticas, uma transformação das experiências ruins em algo significativo e que agregue de certa forma na vida destas.

Desde o final da década de 1970, o conceito de resiliência tem sido estudado pela Psicologia e tem se tornado bastante popular, sendo usado para entender as consequências e a evolução de eventos considerados danosos. Assim, ao invés de ressaltar a impotência e o sofrimento, a preocupação se voltou para o entendimento da capacidade de resistir às adversidades, bem como sobre a força necessária para a saúde mental se restabelecer após a exposição a riscos. Procurava-se, portanto, compreender melhor a habilidade que algumas pessoas desenvolvem para se reequilibrar frente às adversidades. (MARTINS, 2011).

Ser uma mulher e fazer parte de uma revolução em andamento para um mundo feminino resiliente, não se trata de possuir uma armadura e não se machucar, fazendo-se lembrar sua ancestralidade onde as mulheres eram caladas e obrigadas a sofrer seus abusos e molestas quietas e ainda assim, manter a família e casa, sendo fiel ao marido e “honrando” por uma reputação aceitável em um meio indigno, é sobre se permitir sofrer, viver seus sentimentos, falar e tratar deles e ainda assim, evoluir. Com isso, o peso de ser resiliente aumenta, não é sofrer, é também tratar. Reviver muitas vezes e contar para pessoas de confiança para que possa ter um sentimento de acolhida e desenvolvimento.

Se trata de construir um meio não violento a partir de um que foi, é a reinvenção de algo penoso em superação. Ser feminina é ser resiliente, é superar para estar sã. É ressignificar.

Considerações finais

Ao final da realização deste artigo, somado ao nosso percurso de vida de mulher reforçamos ainda mais a certeza da necessidade da luta diária e cotidiana na afirmação do feminino em seus direitos e na resiliência aí implicada. O desenvolvimento da mulher segue se dando em uma sociedade machista e abusiva, apesar de se estar vivendo a segunda década do século XXI. Ainda em muitos “rincões” do nosso Brasil o lugar da mulher e o papel que lhe cabe, não está muito diferente do que reza a história. Quando pensamos no contexto global, a infinidade de exemplos que poderíamos citar de mulheres que fizeram e vem fazendo a diferença no cenário sociopolítico cultural é gigantesca, porém a visibilidade que lhes é dada segue sendo quase nenhuma. Faz-se indispensável promover e proporcionar espaços de fala, discussão e reconhecimento à mulher. Desde há muito não se é minoria, mas seguimos sendo vistas e tratadas como se fossemos. Seguimos sendo motivos de piadas e deboches nos espaços familiares, corporativos e até mesmo sociais, ocupando cargos e funções de igual ou maior importância e recebendo menos que os homens, sendo coagidas a silêncios intermináveis por medo da vergonha, culpa e retaliação. Chega de abuso.

Basta dos estigmas impostos a mulher como “presa” dá e na sociedade. A revolução que

possibilitaria um sistema igualitário baseado nas vontades e desejos de indivíduos únicos, tem ligação direta com o movimento feminista ainda crescente e carente de compreensão e entendimento.

Referências

ARAÚJO, Ana Paula. **Abuso**: a cultura do estupro no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2020.

BEAVOUIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BRANDAO, Juliana Mendanha; MAHFOUD, Miguel; GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria. A construção do conceito de resiliência em psicologia: discutindo as origens. 2011. **Paidéia, Ribeirão Preto**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 49, p. 263-271, ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2011000200014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 8 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.106 de 28 de março de 2005**. Altera o código penal. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11106.htm>. Acesso em: 14 abr. 2021.

GRIMM, Jacob; GRIMM, Wilhelm. **Contos maravilhosos infantis e domésticos**. São Paulo: editora 34, 2018.

JAMIESON, Alice. **Hoje sou Alice**: nove personalidades, uma mente torturada. 1. ed. São Paulo: Larousse do Brasil, 2010

KEHL, Maria Rita. **Deslocamento do feminino**: a mulher freudiana na passagem para a modernidade. 2. ed. São Paulo: Boitempo. 2016.

LIMA, Daniele Marques. **Tal mãe, tal filha? A representação das mulheres em Gilmore Girls**. Universidade Federal da Bahia Faculdade de Comunicação. Salvador, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/25961>>. Acesso em: 25 maio 2018.

MARTINS, Rosimeire de Carvalho. Abuso sexual e resiliência: enfrentando as adversidades. **Rev. Mal-Estar Subj. Fortaleza**, v. 11, n. 2, p. 727-750, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482011000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 8 abr. 2021.

MELO, Hildete Pereira de; MARQUES, Teresa Cristina Novaes. **A partilha da riqueza na ordem patriarcal**. 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/19727>>. Acesso em: 20 maio 2021.

PERRAULT, Charles. **Contos da mãe gansa**. 1. ed. São Paulo: SESI – SP, 2018

SCAVONE, Lucila. Políticas feministas do aborto. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 675-680, ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000200023&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 8 abr. 2021.

SCHLACHTER, Lina; BEIVIDAS, Waldir. Recalque, rejeição, denegação: modulações subjetivas do querer, do crer e do saber. **Ágora (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 207-227, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982010000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 abr. 2021.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. 1. ed. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

In: ISMÉRIO, Clarisse; PREVEDELLO, Carine (Orgs.). *Nem tudo são rosas* [recurso eletrônico]: refletindo os preconceitos, as lutas e conquistas femininas. São Paulo: Vecher, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.47585/nemtudosasorosas>>.

Histórias de leves enganos e parecenças: a literatura subversiva de Conceição Evaristo

*Wilma dos Santos Coqueiro*¹

doi.org/10.47585/nemtudosasorosas13

¹ Doutora em Letras pela Universidade Estadual de Maringá e Docente adjunta do Colegiado de Letras da Universidade Estadual do Paraná/campus de Campo Mourão, <http://lattes.cnpq.br/0153461918591041>, e-mail: wilmacoqueiro@gmail.com

“Escrevo o que a vida me fala”²: Considerações iniciais

Em “O direito à literatura”, o grande crítico literário brasileiro Antonio Candido, concebe a literatura como um fator indispensável de humanização, por considerá-la “o sonho acordado das civilizações”. Para ele, ela “confirma o homem em sua humanidade, inclusive porque atua em grande parte no subconsciente e no inconsciente” (2011, p. 175). Assim, na sua concepção, todas as pessoas, independente de raça ou classe social, deveriam ter direito a certos bens que são *incompressíveis*, ou seja, necessários, como casa, vestuário, moradia, alimentação, saúde e amparo à justiça pública, assim como o direito à crença, ao lazer, a resistência à opressão, e (por que não?) o direito à arte e, por extensão, à literatura, como “ler Dostoiévski ou ouvir os quartetos de Beethoven” (CANDIDO, 2011, p.172).

Candido salienta que todas as formas e gêneros literários são importantes e têm papel formador, mas destaca a literatura social – tendência da qual faz parte Conceição Evaristo – como aquela que analisa o universo social e procura corrigir suas iniquidades. Como exemplo dessa literatura que apresenta posição social e humanitária, o autor destaca a poesia abolicionista do poeta romântico baiano Castro Alves (1847-1871), cuja obra “foi em parte um poderoso libelo contra a escravidão, pois ele assumiu posição de luta e contribuiu para a causa que procurava servir” (CANDIDO, 2011, p. 181). Candido distingue também a importância do romance social de Vitor Hugo, *Os miseráveis*, publicado na França em 1862, como obra que coloca o pobre como protagonista da narrativa – cujos personagens eram, até então, invariavelmente da elite – focalizando suas mazelas e trazendo como um dos temas básicos “a ideia de que a pobreza, a ignorância e a opressão geram o crime” (CANDIDO, 1989, p. 183).

Ainda segundo o crítico, em terras brasileiras, a representação do pobre, embora tenha havido presenças esparsas na ficção naturalista do século XIX, só ganhara relevo no decênio de 1930 com os romances de autores como Jorge Amado, Graciliano Ramos e Rachel de Queiroz, entre outros. Para Candido, nessa literatura de tonalidade social, “o homem do povo com todos os seus

problemas passou a primeiro plano e os escritores deram grande intensidade ao tratamento literário do pobre” (CANDIDO, 2011, p. 185). Essa literatura de “desmascaramento social” caracteriza a ficção de Evaristo, cujo cenário das periferias é repleto de personagens que têm suas vidas marcadas pela violência, pela miséria e pela opressão.

Bárbara Araújo Machado (2014) , em seu artigo “Escre(vivência): a trajetória de Conceição Evaristo”, ao traçar um pouco da trajetória pessoal e literária da autora, chama a atenção para as origens pobres da escritora mineira, nascida em uma favela em Belo Horizonte, em 1946, seu ingresso no magistério e seu envolvimento no Movimento Negro, quando radicou-se no Rio de Janeiro, o que lhe possibilitou que escrevesse de forma a retratar o universo negro com tanta propriedade e preocupação social. Machado destaca ainda que a autora mineira sempre declara, em entrevistas, que sempre teve consciência de ser negra e que essa consciência também está ligada à condição de classe, uma vez que “as mulheres de sua família sempre trabalharam como empregadas domésticas para importantes escritores/as mineiros como Otto Lara Resende, Alaíde Lisboa de Oliveira e Henriqueta Lisboa “ (MACHADO, 2014, p. 247). Essas relações de classe, também lhe propiciam a consciência de subalternidade – a autora também trabalhou como doméstica desde os oito anos de idade – o que também comparece em sua literatura. Para Evaristo, conhecer Carolina Maria de Jesus, a mulher negra e favelada que publicou a comovente obra *O quarto de despejo*, em 1960, sobre as agruras vividas na favela, e foi traduzida para vários idiomas, significou muito na sua constituição como escritora:

Quando mulheres do povo como Carolina, como minha mãe, como eu também, nos dispomos a escrever, eu acho que a gente está rompendo com o lugar que normalmente nos é reservado. A mulher negra, ela pode cantar, ela pode dançar, ela pode cozinhar, ela pode se prostituir, mas escrever, não, escrever é alguma coisa... é um exercício que a elite julga que só ela tem esse direito. Escrever e ser reconhecido como um escritor ou como escritora, aí é um privilégio da elite. (EVARISTO apud MACHADO, 2014, p. 249).

² Fragmento da apresentação da autora à coletânea História de leves enganos e parecenças (EVARISTO, 2017, p. 17).

Ao trilhar a vida acadêmica, com doutorado concluído em 2011, em literatura comparada, pela Universidade Federal Fluminense, a autora, estreia na literatura com o poema “Vozes-Mulheres”, publicado em 1990, na coletânea *Cadernos negros*, o que marca sua filiação na Literatura Negra Brasileira. Quando publica o romance *Ponciá Vicêncio*, por uma editora pequena, a *Mazza*, a escritora teve que bancar a publicação com recursos próprios. Algo semelhante ocorreu em 2011, quando publicou a coletânea de contos *Insubmissas lágrimas de mulheres*, pela editora Nandyala, e teve que bancar 60% dos custos da publicação. Isso mostra que, mesmo sendo uma autora de destaque no cenário nacional, com livros traduzidos para outras línguas, é estranho que a autora tenha, até recentemente, que custear suas publicações, ocupando uma posição marginalizada no campo editorial da Literatura Brasileira. Para Machado, “essa situação revela o lugar de gueto que a literatura negra ainda ocupa dentro do campo editorial amplo, bem como a posição problemática da literatura negra em relação à literatura brasileira.” (2014, p. 260)³.

Já em seu livro *O que é lugar de fala?*, a filósofa feminista Djamila Ribeiro traz discussões relevantes acerca do feminismo negro para abordar como escritores/as negros/as podem falar sobre as realidades vivenciadas pelos seus grupos sociais e raciais. Desse modo, o lugar de fala não se refere a uma voz individual, mas sim expressa uma coletividade, pois considera a expressão de grupos sociais, buscando dar visibilidade àqueles historicamente excluídos e reconhecimento aos seus discursos / às suas vozes. Segundo a autora:

A nossa hipótese é que a partir da teoria do ponto de vista feminista, é possível falar de lugar de fala. Ao reivindicar os diferentes pontos de análise e a afirmação de que um dos objetivos do feminismo negro é marcar o lugar de fala de quem as propõem, percebemos que esta marcação se torna necessária para entendermos realidades que foram consideradas implícitas dentro da normatização hegemônica. (RIBEIRO, 2019, p. 61-2).

³ É interessante observar que, mesmo tendo estreado nos Cadernos Negros anos de 1990, Conceição Evaristo, que sempre publicou em editoras afro-brasileiras e sem grande projeção no mercado editorial, muitas vezes arcando com a maioria dos custos de sua obra, só tem ganhado mais destaque no cenário brasileiro nessa segunda década do século XX, sobretudo no meio acadêmico com suas obras tornando-se objetos de pesquisas de iniciação científica, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Nesse sentido, é importante observar que a candidatura da autora para a Academia Brasileira de Letras, em 2018, mesmo apoiada por uma petição com mais de 20 mil assinaturas e grande campanha de seus fãs nas redes sociais, foi preterida em favor do cineasta Carlos Diegues, o que mostra a dificuldade que autores/as negros/as têm, ainda hoje, de receberem reconhecimento por suas produções literárias.

⁴ Fragmento da apresentação da autora à coletânea História de leves enganos e parecenças (EVARISTO, 2017, p. 17).

Nesse sentido, as considerações de Ribeiro contribuem para analisarmos alguns contos selecionado de Conceição Evaristo e seu percurso na literatura, pois mostra que grupos socialmente excluídos – como o das mulheres negras – começam a se ver em lugares privilegiados – no caso, no espaço acadêmico e no mercado editorial- e a reivindicarem que suas vozes sejam ouvidas. Desse modo, a visibilização do lugar de fala propõe a pluralidade dos pontos de vista, desconstruindo a ideia de um discurso único – de um sujeito masculino, branco, heterossexual e cristão – que por muito tempo predominou no universo literário, constituindo o cânone das obras clássicas que são consideradas como as únicas dignas de serem lidas e valorizadas como patrimônio cultural.

A coletânea de contos *Histórias de leves enganos e parecenças*, corpus de reflexão desse trabalho, foi publicada em 2016 e é composta por doze contos e um novela, que abordam um universo povoado por personagens negras – em sua maioria mulheres – que sofrem diferentes formas de opressão e violência, mas que buscam afirmar suas subjetividades. Embora a coletânea traga elementos discursivos e temáticos recorrentes em outras coletâneas, como *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011) e *Olhos d'água* (2014), ela traz elementos inovadores na ficção evaristiana ligados ao insólito e ao imprevisível.

“A vida está para além do que pode ser visto, dito ou escrito”⁴: as subjetividades femininas autênticas na ficção evaristiana

A coletânea de contos *Histórias de leves enganos e parecenças*, publicada originalmente em 2016, uma obra marco em um ano de grandes conturbações políticas, traz uma galeria de personagens femininas bastante diversas entre si. Essas personagens que sofrem diversos tipos de opressão, geralmente advinda de critérios como raça, classe e gênero, também são capazes de impor

suas vontades e de fazer valer suas vozes. Em uma prosa sutil e elegante, uma das marcas apontadas pelos críticos acerca da obra de Evaristo, em contos cuja marca temporal nem sempre é identificada, a escritora mineira matiza experiências femininas, cuja marca é a resistência, sobretudo ligada à corporeidade, à memória e à ancestralidade.

Em uma obra em que se sobressai posturas éticas e humanitárias, sem cair no tom doutrinário, as personagens femininas agem de forma responsiva em seu embate com uma sociedade misógina, racista e profundamente desigual. De acordo com a professora Assunção de Maria Souza e Silva, no posfácio ao livro, “os contos de Conceição são contos-personagens que se realizam pelas falas dos personagens no ato de rememorar a prática do cotidiano que, por sua vez, remetem à condição étnica dos gêneros” (SILVA, 2017, p. 107). A crítica ainda pontua aspectos importantes na urdidura da narrativa evaristiana que é a figura do narrador-ouvinte. Para Silva, o fato de as narradoras, geralmente mulheres, exercerem “a função de ouvinte e de contadora da história alheia que não deixa de ser também histórias de si mesmas” (SILVA, 2017, p. 110), o que aponta para a ideia de empatia e sororidade feminina.

Embora vários contos tragam nuances que oscilam entre a sutileza e a brutalidade do mundo, protagonizados por mulheres autênticas e combativas, nesse trabalho, o foco de análise recai em dois contos que mostram diferentes formas de subjetividades femininas. Tanto em “A moça de vestido amarelo” quanto em “A menina e a gravata” comparecem personagens jovens em processo de formação humana, identitária e cultural.

De acordo com Silva (2017), nessa coletânea, “Conceição toma a decisão de percorrer a seara do insólito, do estranho, do imprevisível” (p. 104). São essas incursões por situações insólitas que, aos moldes da literatura fantástica, tendem a provocar hesitação nos leitores. Contudo, Silva enfatiza que nos contos evaristianos, o insólito não se caracteriza da mesma forma que nas obras fantásticas ocidentais. Nesse sentido, os acontecimentos estranhos que comparecem nos contos parecem apontar para um “realismo animista”, termo que Pepetela, escritor africano, cunhou para caracterizar algumas narrativas africanas.

Isto porque a existência da atuação de forças da natureza, da alteração dos fenômenos que modificam a ordem natural das coisas, a crença em entidades capazes de intervir na rotina dos personagens, etc. são estratégias concebidas por um modus operandi revelador da maneira de pensar, de ser e de existir de uma dada comunidade, cujas origens advêm da diáspora africana. (SILVA, 2017, p. 106).

De fato, no conto “A moça do vestido amarelo”, em que ocorre a mistura de rituais católicos e africanos, a presença do insólito está ligada à atuação de forças da natureza, que caracteriza esse “realismo anímico”. A garota Dóris da Conceição Aparecida, em uma de suas primeiras falas, teria balbuciado a palavra “a-ma-e-lo”. Como se sabe, essa cor relacionada ao sol e ao ouro, geralmente simboliza alegria, riqueza e fertilidade. Para Chevalier e Gheerbrant, essa é “a mais expansiva e mais ardente das cores, difícil de atenuar e que extravasa sempre dos limites em que o artista desejou encerrá-la” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2009, p. 40).

À medida que decorre a história, o simbolismo do amarelo ligado à divindade da religião iorubá Oxum – orixá das águas doces, e que representa a riqueza, a beleza e a fecundidade feminina – vai ficando mais evidente nas atitudes da menina que coloria todos seus desenhos dessa cor e, aos sete anos, sonha com a moça de vestido amarelo. Esses fatos, despercebidos pela família católica da menina, só é vislumbrado pela avó que “sabia muito bem de que moça a Sãozinha estava falando” (EVARISTO, 2017, p. 23). Para os demais parentes, “a moça que enfeitava os sonhos da menina, só podia ser a Santa em suas diversas aparições de ajuda e milagres: Senhora Aparecida, Senhora Conceição, Senhora do Rosários dos Pretos, Senhora Desatadora de Nós, Nossa Senhora dos Remédios, a Virgem de Fátima” (EVARISTO, 2017, p. 24).

Ao ser informado dos sonhos da menina, o padre que realizaria sua Primeira Comunhão – ritual de passagem católico de iniciação à Eucaristia, quando os/as adolescentes obtêm o direito de receber “o corpo e o sangue de Cristo”, materializado na hóstia sagrada – é breve e preciso ao responder que “deixasse estar, cada qual sonha com o que está guardado no inconsciente. E no inconsciente nem a força do catecismo, da pregação e nem as do castigo apagam tudo” (EVARISTO, 2017, p. 24). Nesse sentido, o padre recupera a teoria freudiana acerca do inconsciente humano como um local de leis próprias, onde predominam as

pulsões que fogem ao controle das instituições repressoras. Para Freud, há formas de tradução do conteúdo inconsciente para o consciente e uma dessas formas de acesso ao conteúdo reprimido do inconsciente seria por meio dos sonhos⁵, que se configuram como uma espécie de realização de um desejo. De acordo com ele, “Podemos, portanto, legitimamente dizer o que quer que o sonho possa nos oferecer, ele obtém seu material da realidade e da vida psíquica centrada sobre essa realidade” (FREUD, s.d., p. 20).

A presença do insólito ocorre justamente no momento da comunhão, quando o rosto da menina se ilumina, revelando a força da ancestralidade e da espiritualidade das religiões de matriz africana, com a aparição de Oxum – a moça do vestido amarelo que aparecia nos sonhos da menina – materializada na água que transcorre pela igreja:

Uma luz intensa amarela brilhava sobre ela. E a menina se revestiu de tamanha graça, que a Senhora lá do altar sorriu. Uma paz, nunca sentida, inundou a igreja inteira. Ruídos de água desenhavam rios caudalosos e mansos a correr pelo corredor central do templo. E a menina em vez de rezar a Ave-Maria, oração ensaiada por tanto tempo, cantou outro cumprimento. Cantou e dançou como se tocasse suavemente as águas serenas de um rio. Alguns entenderam a nova celebração que ali acontecera. A avó de Dóris sorria feliz. Dóris da Conceição Aparecida, cantou para nossa outra Mãe, para nossa outra Senhora. (EVARISTO, 2017, p. 24-5).

Com efeito, a garota com dois nomes oriundos do panteão católico, “Conceição” e “Aparecida”, impõe sua voz e legitima a ancestralidade herdada da avó ao, em um local sagrado do catolicismo, dançar e entoar cântico à Mamãe Oxum. Dessa forma, há uma afirmação da subjetividade negra de Dóris, autenticada pela inundação inusitada da água, símbolo da orixá africana, na igreja. A respeito do significado da água, elemento recorrente na ficção de Evaristo, Chevalier e Gheerbrant apontam “três temas dominantes: fonte da vida, meio de purificação, centro de regenerescência” (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2009, p. 40). Na religião iorubá, Oxum, rainha das águas doces, tem sua história

ligada às águas, elemento de sua importância não apenas no culto dos Orixás, mas também para a vida no planeta: “Para os yorubás, Oxum é a responsável pelo “líquido amniótico” (água que envolve o bebê no ventre materno) e dona do rio Òsun em Òsogbo, na Nigéria” (OXALÁ, 2012, n.p.). Nesse sentido, a inundação da água no ritual de iniciação cristã da menina aponta para esse resgate ancestral da personagem, como também para a purificação e pacificação sentidas na igreja.

Outro conto bastante emblemático dessa coletânea é o conto “A menina e a gravata”. Em tempos de crescimento de uma onda conservadora no país, que propõe que “meninos usem azul e meninas usem rosa”, a trajetória, em poucas páginas, da singular jovem Fémina Jasmine, desde a infância até a maturidade, é bastante empoderadora. A menina que se sentia fascinada por gravatas, ainda muito pequena, e que, aos quatro ou cinco anos, pediu para usá-las, causava estranheza e preocupação nos pais essa obsessão por uma “peça pontiaguda” que traz em si uma imagem fálica.

Fémina, já mocinha, nunca deixara de demonstrar sua audaciosa predileção por esse charmoso detalhe daqueles que se postavam perto dela. E diante da peça pontiaguda dos distraídos homens, espadas penduradas nos peitoris dos cavalheiros, Fémina os agarrava tenazmente, pela sedutora peça do vestuário. (EVARISTO, 2017, p. 27).

Assim, a garota que passou “sua meninice em constante estado desejante, a juventude e quem sabe a vida inteira também” (EVARISTO, 2017, p. 28), realiza, afinal, seu desejo de portar uma gravata em seu vestuário apenas quando é matriculada em uma escola militar, aos dez anos, e pode, enfim, usar o uniforme com uma gravata preta que todas as outras fariam de tudo para não usar: “A menina se aquietou. E assim foram os seus dias na escola. Fémina se sentia confortável e segura enquanto as outras meninas odiavam o uniforme. (EVARISTO, 2017, p. 28).

É relevante observar que a feminilidade da garota, implícita no nome “Fémina”, também se

⁵ A *interpretação dos sonhos*, publicado em 1900, é considerado o mais importante estudo psicanalítico do médico psiquiatra Sigmund Freud (1856-1939). Nessa obra, Freud apresenta suas teorias originais acerca do sonho como um “caminho para conhecimento do inconsciente”.

revela na sua trajetória pessoal, pois ela se apaixona por um dos meninos mais bonitos da escola, formando com ele “o casal ébano da histórica associação ‘Lírio Negro’” (EVARISTO, 2017, p. 28), ocasião em que amigos e familiares “puderam contemplar a beleza de Fémina. Ela se apresentou enfeitada por uma gravata branca, que sobressaía por entre seus longos dreads, espalhados por suas costas e ombros” (EVARISTO, 2017, p. 28). Nesse sentido, sobressai-se a sensibilidade da autora ao eleger como protagonista do conto uma garota bonita, sensível, que assume seus traços étnicos e que, por gostar de uma peça da indumentária masculina ou ter atitudes viris, não deixa de ter sua feminilidade destacada. A sua subjetividade se impõe no modo como ela decide sobre a sua vida, em suas relações afetivas e na forma ousada de se apresentar no dia do seu casamento:

Entretanto, a imagem mais bonita de Fémina e suas gravatas surgiu no dia de seu casamento. Túlio Margazão seguia de terno branco, da mesma cor do vestido da noiva. A alvura do vestido da noiva era enfeitada por aplicações de minúsculas e coloridas gravatas-borboletas. E não teve a tradicional jogada de buquê. Sim, não teve! As moças presentes que tivessem o desejo de encontrar seu par foram convidadas a se aproximarem de Fémina, e cada qual podia arrancar uma borboleta do vestido da noiva. E assim fizeram. (EVARISTO, 2017, p. 28-9).

Nesse conto, também temos a presença do insólito quando algumas gravatas-borboletas do vestido voam, propiciando que as garotas mais reservadas, que não queriam revelar seus desejos matrimoniais publicamente, pudessem apanhá-las. E ao final do conto, ocorre a revelação de que “dizem mesmo que nenhuma das mulheres que colheu as gravatas borboletas de Fémina Jasmine ficou sozinha. Todas encontraram seus pares” (EVARISTO, 2017, p. 29). Isso mostra a aposta empoderadora da autora em uma celebração do amor entre personagens negras, imprimindo um *happy ending* à narrativa,

bastante raro em textos ficcionais de autoria negra e com personagens negros/as.

Nos contos analisados, pode-se observar que, assim como explica Djamila Ribeiro, “existe um olhar colonizador sobre os corpos negros” (RIBEIRO, 2019, p. 39), o que corrobora a afirmação da feminista e ativista americana bell hooks⁶ de que a mulher negra “carrega todo o fardo da opressão sexista, racista e de classe” (hooks, 2019, p. 45). Contudo, pode-se observar que Evaristo transforma esse corpo negro em fonte de vida e de libertação de padrões estereotipados, ao criar figuras femininas intensas, combativas e resistentes à opressão de que são vítimas, seja da igreja, seja do patriarcado e seus vários tentáculos de dominação. Nesse sentido, pode-se concluir que as protagonistas dos dois contos analisados apresentam uma “subjetividade ativa”, termo criado pela socióloga e feminista argentina María Lugones (2014), em “Rumo a um feminismo decolonial”⁷, para designar a resistência feminina às múltiplas formas de opressão. De acordo com essa ativista, “Em nossas existências colonizadas, racialmente gendradas e oprimidas, somos também diferentes daquilo que o hegemônico nos torna. Esta é uma vitória infrapolítica” (LUGONES, 2014, p. 940). É justamente o que se pode afirmar das personagens evaristianas dos contos analisados: ao resistirem à opressão para se enquadrarem em um ideal religioso ou feminino, forçado pela hierarquia social, eles se tornam diferentes do que as forças hegemônicas impõem como padrão, angariando, assim, existências autênticas.

Considerações finais

A feminista estadunidense bell hooks (2019) afirma a importância de se pensar no movimento feminista como um compromisso político. Dessa forma, rejeita-se a ideia de um feminismo como um mero estilo de vida, pois, para ela, “trata-se de uma forma de resistência que nos engaja numa práxis revolucionária (hooks, 2014, p. 62). Essa também é a proposição do feminismo decolonial de Lugones, que entende a descolonização do

⁶ Esse é o pseudônimo da teórica feminista e ativista social americana Gloria Jean Watkins. A autora opta, em seus escritos, pelo pseudônimo inspirado no nome da bisavó materna, em letras minúsculas, como forma de homenagear a bisavó e destacar sua escrita, em detrimento de sua pessoa. Por isso, a escolha, nesse trabalho, em respeitar a opção da autora.

⁷ Artigo originalmente publicado na revista *Hypatia*, v. 25, n. 4, 2010. Traduzido ao português com o consentimento da autora.

gênero como uma práxis, na qual se decreta “uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada, visando uma transformação vivida do social (LUGONES, 2014, p. 940).

Nesse sentido, a escritora negro-brasileira Conceição Evaristo, com sua literatura de tonalidade social, não se furta desse compromisso político ao criar heroínas que, apesar das situações de fragilidade, de opressão e de desigualdade em que estão imersas, conseguem se impor, construir suas subjetividades e resistir à ordem hegemônica opressora, para a qual se conjugam fatores como gênero, raça e classe.

A potência da narrativa evaristiana, que se impõe com força estética e ideológica na coletânea *Histórias de leves enganos e parecenças*, está na subversão ao cânone e às suas tradições balizadas por séculos de patriarcado, no enfrentamento às regras sociais impostas e na afirmação da identidade negra. Em histórias, marcadas pela oralidade e pela poeticidade – marcas estilísticas próprias da autora, que faz da memória um artifício na criação de suas histórias moldadas por suas vivências – personagens femininas, herdeiras da diáspora africana, reivindicam seus lugares de fala, assim como o direito ao amor, à ancestralidade e à afirmação de suas subjetividades negras.

Referências

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: _____. **Vários escritos**. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Duas Cidades, 2011.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário dos Símbolos**: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números). Tradução Vera da Costa e Silva. 24. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

EVARISTO, Conceição. **Histórias de leves enganos e parecenças**. 5.ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FREUD, Sigmund. **A interpretação dos sonhos**: Partes I e II. Tradução de Constantino Korovaeff. São Paulo: Escala, s.d.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. Tradução de Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo decolonial. Tradução de Juliana Watson e Tatiana Nascimento In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014. p. 935-952.

MACHADO, Bárbara Araújo. Escre(vivência): a trajetória de Conceição Evaristo. **História Oral**, v. 17, n. 1, p. 243-265, jan./jun. 2014.

OXALÁ, Paulo de. Água, o Axé de todos. In: **Extra**. 22 março de 2012. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/religiao-e-fe/pai-paulo-de-oxala/agua-axe-de-todos-4380368.html#:~:text=Oxum%20tem%20toda%20a%20sua,Òsun%20em%20Òsogbo%2C%20na%20Nigéria>>. Acesso em: 30 mar. 2021.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** 1.ed. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

SILVA, Assunção de Maria Souza e. A fortuna de Conceição – Posfácio. In: EVARISTO, Conceição. **Histórias de leves enganos e parecenças**. 5.ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017.



Nem tudo são rosas:

refletindo os preconceitos, as lutas e conquistas femininas

Clarisse Ismério e Carine Prevedello (Org.)

